

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dulphe Pinheiro Machado

**A “Frente Única” no Movimento Estudantil Gaúcho: católicos e
comunistas.**

Porto Alegre

2010

Dulphe Pinheiro Machado

**A “Frente Única” no Movimento Estudantil Gaúcho: católicos e
comunistas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência
Política. Linha de Pesquisa: Teoria política e pensamento social

Orientador: Prof. Dr. Hégio Trindade

Porto Alegre
2010

Dulphe Pinheiro Machado

**A “Frente Única” no Movimento Estudantil Gaúcho: católicos e
comunistas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência
Política. Linha de Pesquisa: Teoria política e pensamento social

Prof. Dr. Hégio Henrique Casses Trindade (orientador)

Prof^a. Dr^a. Mercedes Maria Loguercio Cánepa

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

RESUMO

Esta dissertação estuda a formação da frente única no movimento estudantil gaúcho entre católicos e comunistas no início da década de 1960. Além disso, aborda a militância, o recrutamento e as disputas internas em ambos movimentos. Pelo lado dos católicos, o estudo se inicia na mudança das doutrinas da Igreja Católica que vão desembocar na formação da Ação Católica (AC) no Brasil. A partir da AC se ramificam diversos movimentos laicos, entre eles a Juventude Universitária Católica (JUC) que vai dar origem à Ação Popular. No Rio Grande do Sul, a Ação Popular foi formada por estudantes egressos do colégio Anchieta e por estudantes da JUC. O contato desse grupo com militantes comunistas, além da influência política da revolução cubana e da ascensão de movimentos populares no Brasil e em outros lugares do mundo, inspira a formação de uma frente única no movimento estudantil. Pelo lado dos comunistas, a dissertação se prende às mudanças das diretrizes políticas ditadas pela Internacional Comunista em diversos momentos da história que vão ter reflexo na política interna de alianças do Partido Comunista Brasileiro e por consequência, no movimento estudantil universitário.

ABSTRACT

This work concerns the formation of the united front which involved two crusades - a catholic and a communist - inside the students' movement of Rio Grande do Sul in the beginning of the 1960's. Furthermore, it discusses militancy, recruitment, and internal disputes in both movements. The case-study first approaches the changes in the Catholic Church doctrines which are responsible for a later transformation in the Catholic Action in Brazil. From that organization derived laical movements such as the Catholic University Youth which gave birth to the Popular Action movement. That group of students formed a united front with communists and independent students. They were all inspired by the Cuban Revolution and deeply influenced by the communist doctrine. The present work analyzes how social and political contexts gave shape to that very alliance between communists and catholics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. Comunismo e Catolicismo	12
1.1 O comunismo internacional: aspectos gerais e uma reflexão sobre sua influência no Brasil..	12
1.2 A internacionalização do Partido Comunista e o recurso à frente única.....	15
1.3 O Pensamento Católico.....	25
2. O cenário brasileiro	37
2. 1 As estratégias e a militância do Partido Comunista no Brasil: da ilegalidade à necessidade das alianças	37
2.2 A dinâmica do Pensamento Católico no Brasil	46
2.3 As Origens da Ação Popular no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	51
2.4 Panorama Nacional da Juventude Católica.....	55
3. A Frente Única no Movimento Estudantil Gaúcho	62
3.1 Uma Mudança de Perspectiva: a Ação Popular no Rio Grande do Sul	67
3.2 Os Estudantes, os Comunistas e a Aliança com os Católicos: a crítica ao comunismo como um princípio de legitimação	75
3.3 Visões do Mundo e Militância	80
4. Conclusão	94
REFERÊNCIAS	98

Introdução

Esse trabalho nasceu da pretensão de se reconstituir o cenário político-estudantil no Rio Grande do Sul do início da década de 1960 até o golpe militar em 1964 traçando a partir daquela conjuntura uma análise do recrutamento, das concepções políticas e das influências dos militantes comunistas e católicos de esquerda que construíram uma frente única no movimento estudantil no início da década de 1960. No entanto, quando se iniciou o contato com a bibliografia, com entrevistados e registros em documentos e periódicos da época é que se passou a ter idéia do tamanho da discussão que o movimento estudantil poderia evocar em consequência da relação que esse setor tentou construir, pelo menos no discurso, com outros setores da sociedade como o operariado e o campesinato. Dessa forma, a varredura das redes sociais se estenderia por diversos setores que compunham o cenário político do período algo que, em termos de extensão, se mostraria bastante vasto. Em relação ao recrutamento e à militância, ao longo da pesquisa, verificou-se que esse tema já havia sido abordado de forma ampla (Reis, 2007). Assim, as primeiras incursões pelo assunto já estavam feitas. Isso limitou o trabalho dentro da perspectiva a que se propunha inicialmente, mas por outro lado, permitiu que se pudesse explorar os eventos mais marcantes do período analisando a politização e a militância dos estudantes assim como a base ideológica que possibilitou a aliança da Ação Popular com o Partido Comunista. Além disso, não se pretende elaborar uma história das doutrinas católica e comunista. O trabalho apenas se

apoiou nas contribuições que sua evolução doutrinária teve para o movimento estudantil universitário.

Dessa forma, a questão principal passou a girar em torno dos fatores que favoreceram a frente única. Teria a conjuntura política sido propícia para a aproximação de católicos e comunistas? De onde vieram as diretrizes que ideologicamente deram suporte a uma frente única no movimento estudantil? Em que consistiu a frente única? Por que motivo católicos e comunistas se uniram? O trabalho tentou, então, extrair do período analisado o momento em que a conjuntura se conjugou para a estruturação da frente.

Os movimentos que se valeram de “frentes” para mobilização ampla surgiram em momentos em que atores sociais importantes de sociedades europeias como França e Espanha decidiram unir forças por um bem maior. Do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por um período de crise do liberalismo:

Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara. (Hobsbawm, 2003:115)

A partir do início da década de 1930, as democracias europeias passaram a sentir-se ameaçadas pela ascensão do fascismo. Assim o Front Populaire na França, em 1936, uniu comunistas, socialistas, movimento sindical e intelectuais para lutar contra o fascismo que se espalhava pela Europa. Na Áustria, antes de 1934 a principal força antifascista foi representada pelos social-democratas (Groppo, 2004).

O fascismo não era uma ameaça somente por que queria eliminar a esquerda política e sindical, mas também porque queria o fim da democracia. Dessa forma, os movimentos antifascistas uniam além da esquerda, personalidades do centro e até da direita (Groppo, 2004). Havia também o viés de luta por mudanças profundas na sociedade que passava por uma recuperação após a crise do capitalismo desencadeada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929.

Pelo lado dos comunistas, pelo menos entre 1928 e 1934, a linha antifascista do Komintern considerava que tanto o fascismo como a democracia eram formas de ditaduras burguesas semelhantes. O combate antifascista coincidia com a luta contra o

capitalismo, os principais inimigos eram então o conjunto das forças não-comunistas, incluindo a social-democracia a quem chamavam de “social-fascistas” (Groppo, 2004). Após 1934, com a vitória nazista na Alemanha, a orientação que saiu da URSS foi de diferenciar a democracia liberal e o fascismo e apoiar o primeiro contra o segundo. O fascismo passou a ser considerado a expressão do que havia de pior no capitalismo, contendo elementos reacionários, chauvinistas e imperialistas do capital financeiro. No VII Congresso do Komintern em 1935 George Dimitrov chamou a atenção para a necessidade de alianças defensivas contra o fascismo com movimentos como a social-democracia e forças políticas burguesas hostis ao fascismo. Isso desencadeou o apoio às políticas de frente na Europa. Em abril de 1936, em discurso por rádio, o secretário-geral do Partido Comunista Francês, Maurice Thorez, disse que os comunistas tinham a “mão estendida” aos católicos, em uma tentativa fortalecer a frente nacional que tentava bloquear a entrada do fascismo.

Utilizando como ponto de partida o conceito de Frente Popular, esse trabalho aplica de forma semelhante o conceito de frente no movimento estudantil como sendo uma aliança tácita focada no consenso da ação de grupos de esquerda em benefício do movimento como um todo, sendo que cada grupo integrante preserva suas principais características programáticas:

A Frente Popular é um tipo de aliança centrada na unidade de ação dos partidos de esquerda, democráticos, antifascistas, experimentada pela primeira vez no período de 1934-1935 em alguns países europeus. Remete historicamente à sua antecedente, a frente única, fórmula política fundada no acordo dos partidos que aderiram à Segunda e à Terceira Internacional, com o fim de fomentar e sancionar a unidade de ação em torno de objetivos econômicos e políticos transitórios da classe operária, salvaguardada a fisionomia ideológica e orgânica de cada partido. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004: 528)

No Brasil, a política de “Frente Nacional” ou “União Nacional” chegou como reflexo da situação na Europa que apontava para um possível conflito entre as potências mundiais e os governos nazi-fascistas. Ela havia sido lançada pela Internacional Comunista (IC) em 1935, foi adotada como diretriz com dois anos de atraso, mas na prática, serviu para a formação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 que uniu comunistas, socialistas e ex-tenentes em uma tentativa de fazer oposição ao fascismo que passava a ameaçar o país pela ação do movimento integralista.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o antifascismo aliou católicos e comunistas nos mesmos moldes que tornaram as alianças na França e Espanha, mas a reconstrução

da democracia era o interesse maior de todos. A democracia interessava tanto a comunistas, como a social-democratas e a católicos e a outros grupos que vivenciaram a guerra e a expansão dos regimes nazi-fascistas. Nesse momento, o trabalho intelectual de filósofos como Emmanuel Mounier criou um esforço para a reconstrução da democracia através da colaboração entre os movimentos católicos e de esquerda, buscando também adeptos entre muçulmanos e até mesmo agnósticos. O personalismo comunitário – uma espécie de fraternidade fundada em torno de valores comuns cuja discussão respeitava a pluralidade de crenças - de Mounier teve forte influência no movimento católico brasileiro do final da década de 1950 e início de 1960, principalmente nos militantes que acabaram por formar a Ação Popular (AP).

A Ação Popular surgiu no Rio Grande do Sul da fusão de um grupo de Juventude Universitária Católica (JUC) com um grupo de ex-alunos do Colégio Anchieta. Os estudantes da JUC, em geral, vinham de uma militância de Juventude Estudantil Católica (JEC), ou da Juventude Operária Católica (JOC). Quando entravam na universidade, já passavam a integrar a JUC. Já os egressos do Colégio Anchieta, tinham uma formação diferente, sem militância em JEC. Alguns alunos chegaram a militar nas então denominadas “alas moças” de Partidos como o Libertador (PL) e o Democrata Cristão (PDC) antes de entrar para universidade onde passaram a participar da política estudantil nos centros acadêmicos e depois na União Estadual dos Estudantes (UEE) e na Federação dos Estudantes da UFRGS (Feurgs).

Os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) aqui estudados já chegavam à universidade com alguma experiência de Juventude Comunista, ou de militância na política de seus municípios de origem. Geralmente eram provenientes de famílias que tinham alguma proximidade com o PCB no interior do Estado. A presença do comunistas na política estudantil era de longa data. No início da Década de 1960, eles já dominavam alguns centros acadêmicos e tinham participação no conselho da Feurgs. Na UEE sua atuação era mais restrita, mas ampliou-se a partir da entrada dos católicos nessa entidade no momento em que se mudou para a forma direta as eleições para a UEE, os católicos elegeram para a presidência o ex-seminarista Ernildo Stein em uma disputa que envolveu os centros acadêmicos da capital e do interior.

Esse estudo baseou-se em entrevistas com militantes de ambos movimentos; pesquisa em jornais que circulavam no período; pesquisa em documentos, manifestos,

periódicos produzidos pelo PCB e pelos militantes da esquerda católica e pertencentes a acervos particulares; e levantamento bibliográfico sobre movimento estudantil, Partido Comunista e esquerda católica no início da década de 1960.

A primeira parte do primeiro capítulo discute os aspectos da doutrina comunista no mundo e no Brasil que moldaram ao longo da história as diversas formas de alianças e frentes que os Partidos Comunistas realizavam. A segunda parte do primeiro capítulo discute a doutrina católica e sua liberalização a partir do final do século XIX.

O segundo capítulo trata sobre as doutrinas católica e comunista no Brasil, seus desdobramentos e influências nas políticas de frente do movimento estudantil. Esse capítulo atém-se ainda à história da doutrina católica no Brasil, seus principais pensadores e disseminadores, além de introduzir uma breve descrição da participação e formação de estudantes católicos do cenário estudantil no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O terceiro Capítulo aborda a forma como a frente única se desenrolou na prática no movimento estudantil universitário gaúcho no início da década de 1960. Ele mostra de que modo ocorreram as alianças e disputas internas nos dois movimentos, assim como tenta apontar os fatores da conjuntura política que favoreceram a formação dessa frente única .

1. Comunismo e Catolicismo

*"the priest kept bugging me.
"no offense, Father, but I'd
rather die without
it," I whispered.
"but on your entrance application you
stated 'Catholic.'
" that was just to be
Social..."* – Charles Bukowski

1.1 O comunismo internacional: aspectos gerais e uma reflexão sobre sua influência no Brasil

Inicialmente, os modelos de referência do socialismo marxista-leninista eram encontrados no longínquo oriente. A construção da República Popular da China após a longa marcha de Mao Tse-tung, em 1949, e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) depois de desencadeada a Revolução de 1917 tiveram papel estruturador no comunismo internacional. No entanto, a partir de 1956, com o desembarque de Fidel Castro em Cuba, até 1959, com a vitória da Revolução Cubana, o socialismo passou a ser uma realidade latino americana. Mesmo sem ter a influência

logística e material que tinha à época a URSS, o regime Cubano passou a ser visto como uma nova alternativa para o desenvolvimento de países da América Latina¹.

É curioso perceber que no decorrer dessa pesquisa, nenhum dos entrevistados chegou a mencionar a influência de pensadores latino americanos como José Carlos Mariategui (1895-1930), intelectual peruano que, segundo Lowy (2004), foi o mais importante e mais original pensador da história do marxismo no continente. Ele rompeu com Haya de la Torre em 1927 e fundou o Partido Socialista, que se proclamou filiado à III Internacional. Víctor Raúl Haya de la Torre, assim como Salvador Allende, havia iniciado sua carreira política na militância estudantil (Albuquerque, 1977). Ele fundara a *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) em 1924 que, por aceitar que houvesse um diálogo com as formulações do imperialismo capitalista, deixara Mariategui descontente. Este último, por sua vez, quis dar ao socialismo latino-americano um caráter de criação heróica e não de cópia, onde seria utilizada uma linguagem própria dentro da realidade local. As referências dos militantes gaúchos do movimento estudantil comunista no início da década de 1960 eram relacionadas a Cuba e a União Soviética. Cuba como exemplo concreto de que uma revolução de moldes “latinos” poderia ocorrer, e a União Soviética como fonte de teorias e modelo de organização.

Lowy (2004) menciona outros dirigentes importantes como Augustín Farabundo Martí (El Salvador, 1893-1932), Julio Antonio Mella (Cuba, 1903-1929) - fundador da Federação dos Estudantes Universitários e da seção cubana da Liga Anti-imperialista das Américas. Mella participou da fundação do PC cubano e foi eleito para seu comitê central. Lutou contra a ditadura de Gerardo Machado, o “Mussolini tropical”(Gott, 2006), mas acabou sendo assassinado no México. Esses dois, juntos com Mariategui são “prova da independência de espírito e da autonomia de decisão²” (Lowy, 2004:679) da esquerda latino-americana. Os outros PC's na América Latina eram estreitamente ligados, do ponto de vista intelectual e político ao aparelho do Komintern

¹ Nessa perspectiva, Lowy (2004) distingue 4 grandes períodos na história do comunismo na América Latina: os anos épicos da fundação, de 1920 à 1932; os anos de chumbo do Stalinismo dos anos de 1930 até 1959; os anos do guevarismo, da Revolução Cubana à 1989; o período de crise e indefinição aberto pela queda do Muro de Berlim.

² Tradução livre do Francês

e ao PCUS, reproduzindo com fidelidade esse modelo. Esse é o caso do PC argentino do qual Vittorio Codovilla (1894-1970), nascido na Itália, tornou-se secretário-geral; e do PC do Brasil, que, segundo o autor, foram “traduções” do modelo soviético (Lowy, 2004). Um estudo dos Partidos Comunistas na América Latina mostra que eles, em geral, seguiam as diretrizes do movimento internacional:

Ao longo dos decênios seguintes, todos os momentos decisivos do Movimento Comunista Internacional serão aplicados na América Latina: Frente Popular (anos 1930), apoio ao pacto Molotov-Ribbentrop (1939-1941), aliança com os EUA e a burguesia “antifascista” na América Latina (1941-1947), Guerra Fria (1947-1956), coexistência pacífica (1956-1960). A única originalidade desse alinhamento em relação à estratégia do Movimento Comunista Internacional consistirá na tentativa de traduzir, no contexto específico de cada país, a “linha geral” do movimento”: ver-se-á o PC brasileiro apoiar Vargas a partir de 1943, à medida que se engaja ao lado dos Aliados na Guerra (Lowy, 2004: 680).

O estudo de Ronald Chilcote (1982) sobre o PCB concorda com essa linha de pensamento. Chilcote (1982) faz uma análise das repercussões políticas do comunismo internacional sobre o PCB e conclui que do II Congresso do *Comintern* em 1920, até o VI Congresso do PCB em 1967, a política do partido no Brasil concordou com a política comunista internacional na maioria dos períodos analisados.

No decorrer do trabalho, a maioria dos entrevistados, antigos militantes comunistas, lembrava de mencionar a inexistência do famoso “ouro de Moscou” e afirmava que a ingerência soviética não chegava à política local. Para os brasileiros, havia independência, mas faltavam intelectuais que pudessem construir um modelo comunista nacional ou criticar com profundidade as diretrizes vindas da União Soviética. Nos primórdios do Partido houve resistência à presença de intelectuais:

Aqui no Brasil era muito fraca (a presença de intelectuais), nos anos 20 teve (sic) o Astrojildo Pereira e o Otávio Brandão, eram essas duas figuras principais, depois até acabou, os dois foram expulsos do Partido devido àquela influência do obreirismo que veio da IC na virada dos anos 29/30, depois do VI Congresso da IC que se realizou em 1920, é a tal orientação da IC, muito sectária, afastar os intelectuais, então, nada de intelectual, a política era botar para fora do Partido os intelectuais. (Entrevista com Anita Leocadia Prestes, 2008a)

Segundo Wolikow (2004), a dimensão internacional foi uma componente constitutiva da doutrina e da ideologia comunista e seu vetor de difusão teve uma concepção internacionalista e mundialista da ação política. O autor afirma que o internacionalismo está no cerne de uma visão política fundada sobre uma concepção de interesses gerais da humanidade, onde a união mundial poderia desaparecer com o

desaparecimento das classes. Assim, de acordo com a doutrina leninista de solução da questão nacional, “as verdadeiras causas dos conflitos nacionais residiam no caráter antagônico da sociedade capitalista” (Guilflov, 1982: 3). A temática da paz, por exemplo, era frequente por ser agregadora, pouco polêmica em comparação com o que representava o comunismo para um indivíduo comum. Luiz Carlos Pinheiro Machado, que iniciou sua militância no PCB em meados da década de 1940, menciona o posicionamento da juventude comunista no pós-Segunda Guerra Mundial no que diz respeito à paz:

(...) nós dos Partidos Comunistas, a partir da União Soviética, sempre discutíamos e trabalhávamos a paz, o mundo tem que ter paz, não pode ter guerra, então essa foi uma das razões pelas quais não houve reação da União Soviética (*na Itália e França no pós-Segunda Guerra Mundial*). Na juventude, isso criou um espírito de paz, de que a humanidade deve viver em paz. (Entrevista com Luiz Carlos Pinheiro Machado, 2008)

Chilcote (1982) aponta que no período do conflito sino-soviético e da Revolução Cubana, a política comunista internacional pregava a defesa da luta armada, mas no Brasil havia oposição do PCB às tendências revolucionárias. De maneira geral, o PCB seguia as diretrizes do PCUS, procurando manter coerência do discurso adotado com a prática.

1.2 A internacionalização do Partido Comunista e o recurso à frente única

O movimento comunista já nasceu com pretensão internacionalizante. A Internacional Comunista (IC) foi fundada em 1919, depois da Associação Internacional de Trabalhadores fundada por Marx em 1864, em Londres - considerada a Primeira Internacional - e da Internacional Socialista criada em 1889 em Paris. A IC é considerada a IIIª Internacional. Lênin quis adotar a nomenclatura de “comunista” para designar as organizações revolucionárias.

A IIª Internacional faliu com a guerra em 1914, mas o marxismo havia começado a se fazer influente a partir dos dois decênios finais do século XIX com a expansão dos movimentos operários e socialistas na Europa (Hobsbawm, 1985). Lênin

entendeu o fim da II^o IC como a traição dos partidos social-democratas – principalmente o alemão - que se aliaram à burguesia e ao Estado:

Para os operários conscientes, o socialismo é uma convicção profunda e não um disfarce conveniente para ocultar tendências conciliadoras pequeno-burguesas e de oposição nacionalista. Por bancarrota da Internacional, estes operários entendem a flagrante traição da maioria dos partidos social-democratas oficiais a suas convicções e a solenes declarações feitas durante os discursos proferidos nos congressos internacionais de Stuttgart e Basileia (Lenin, 1959: 251-252)

Com a Revolução Russa em andamento a partir de 1917, fez-se necessário a convocação de um novo congresso de trabalhadores que pudesse orientar a direção geral do movimento nos países em que ele era mais forte como na Inglaterra e na Alemanha. A simpatia à Revolução depois da guerra, principalmente na Alemanha, fez com que Lênin contasse com a possibilidade de uma revolução mundial. O I^o Congresso (1919) foi dominado pela retórica de Lênin que via a revolução como fato iminente, sendo os soviets a forma concreta e a solução prática para transformar a democracia proletária.

O II^o Congresso, de 1920, ordenou as estruturas da Internacional, seus organismos centrais e as seções nacionais, os partidos comunistas. Nesse encontro, formou-se o Comitê Executivo (CE), composto, inicialmente, por 5 membros do Partido Bolchevique, mais 12 membros representando cada um dos principais países. Essa instância suprema deveria reunir-se todos os anos e suas atribuições, definidas de forma geral em 1920, eram examinar e resolver as questões essenciais de programa e de tática em relação à atividade da Internacional Comunista. O Comitê Executivo tinha o poder de controlar as atividades das seções nacionais do Partido e de excluir todos aqueles que violassem as decisões do Partido. A composição do CE foi sendo modificada à medida que cresceu o número de seções nacionais. O objetivo principal do II^o Congresso foi constituir os partidos e que eles tivessem como prioridade a revolução e a conquista do poder político (Wolikow, 2004).

Em face ao fracasso dos partidos socialistas na Europa, os comunistas perceberam a necessidade de uma organização que impulsionasse e dirigisse a luta pela conquista do poder pela revolução. Assim se convenceu constituir novos partidos que se distinguiram claramente dos antigos partidos socialistas. Foram adotadas 21 condições para a adesão à III^o Internacional, o que criou intensas discussões no interior dos partidos socialistas e que chegou a dificultar a filiação do PCB a IC. A adesão não poderia

ser uma simples troca de nome e de afiliação, dessa forma, ocorreram cisões entre revolucionários e reformistas dentro dos partidos socialistas (Wolikow, 2004). Durante a década de 1920, a tendência à centralização e à idealização da disciplina se acentuou em todos os PC's, Lênin chegou a emitir decreto para impedir provisoriamente que houvesse facções dentro do Partido durante a guerra civil russa em 1921 (Pennetier; Pudal, 2004).

No Brasil, os comunistas começavam a se organizar, porém, com um viés anarco-sindicalista. O militante Octávio Brandão escrevia em panfletos de 1919 “O Estado é o Moleque mais frio, mais egoísta, mais desumano do universo” (Brandão, 1978: 180). Já em 1924, o mesmo Brandão afirmaria que “Só Lênin é verdadeiramente mundial, internacional” (Brandão, 1978: 177) compreendendo que a amplitude do pensamento do líder soviético se aplicava à qualquer realidade nacional.

Na segunda fase de constituição dos partidos comunistas, a palavra de ordem foi a bolchevização. A partir do V Congresso, em 1924, logo após a morte de Lênin, a organização dos partidos deveria prepará-los para possíveis revoluções, dando a eles uma estrutura de células e reforço na disciplina ideológica. A IC observara uma viragem na luta de classes juntamente com erros de cunho sectarista e admitira o peso da social-democracia passando a concentrar seus esforços na constituição de uma frente única pela base (Poulantzas, 1978). Durante os anos de 1920 e 1930, os partidos comunistas evoluíram – por etapas e com configurações nacionais diferentes – pela impulsão das diretivas da Internacional Comunista e do crescente peso material e simbólico da União Soviética (Pennetier; Pudal, 2004).

Depois dos insucessos revolucionários da IC, a bolchevização constituiu-se em um objetivo de substituição, o modelo bolchevique exaltado e preconizado foi bastante diferente do modelo de 1917. A Rússia havia lutado contra o Japão em 1904, contra o tzarismo durante a revolução e havia entrado na Primeira Guerra Mundial na pior das condições possíveis. Na luta contra o tzarismo, os revolucionários forjaram a forma de conduzirem as massas mesmo que lhes faltasse uma tradição democrática, no entanto, após 1917, essa forma de condução se transformou em autoritarismo (Dreyfus et Lew, 2004).

Wolikov (2004) diz que esse modelo se caracterizou primeiramente por uma centralização reforçada e um monolitismo proclamado. Segundo ele, a reorganização dos partidos comunistas em um contexto de luta contra Trotski foi manuseada de maneira administrativa e simplista, hostilizando as frações do movimento operário que seguiram outras tradições que não a do socialismo russo:

“Todavia este período é essencial e fundador: as estruturas, os modos de organização e de atividade postos em prática durarão até os anos 1960. Esta longevidade bem indica a importância da reorganização conduzida no início dos anos 1920 pela Internacional: ela criou, inicialmente na Europa e em seguida na Ásia, organizações revolucionárias aptas a agir em circunstâncias políticas dramáticas, vantagem marcada mais pela guerra civil, pela ocupação estrangeira e pela repressão política do que pelo exercício regular da democracia política (Wolikov, 2004: 299)

Na Europa ocidental, a reorganização foi difícil pois existiam espaços políticos democráticos que não fizeram perceber a necessidade de uma nova ordem nos PC's . No IIIº Congresso, em 1921, a IC reconheceu que a fase revolucionária de 1917 estava acabada. Construiu-se então uma nova concepção de revolução mundial como um processo de longa duração em que ocorreria a dissolução lenta do capitalismo através de suas crises agudas. As novas palavras de ordem eram “Ir ao encontro das massas, frente única proletária, governo operário e camponês” (Wolikov, 2004). A tática de frente única parece ter se iniciado oficialmente nesse período. Douglas Hyde (1964), ex-membro do PC britânico, foi editor do Daily Worker, jornal de notícias do PC na Inglaterra. Hyde critica a tática comunista de montar frentes cooptando parcelas ‘progressistas’ da cena política sempre que o partido se sente ameaçado. Ele abandonou o partido em 1948 e tornou-se feroz opositor do PC, mas sua crítica serve para ilustrar o recurso à frente única de que frequentemente se valiam os PC's:

“Onde quer que haja um partido comunista no mundo, haverá ao longo dos anos repetidas demandas pela formação de frentes unidas. A tática de uma frente unida é praticamente tão antiga quanto os próprios partidos comunistas. De acordo com historiadores comunistas, a primeira delas foi oficialmente solicitada em junho de 1921 no Terceiro Congresso da Internacional Comunista. (Hyde, 1964: 10)

Com a morte de Lênin em 1924 a situação da IC ficou difícil. A organização dos PC's em geral era frágil, os quadros estavam reduzidos, a social-democracia havia reconstituído suas forças e tinha uma maior popularidade. Durante a década de 1920, a maioria dos países europeus experimentou crescimento econômico, apesar das seqüelas da guerra:

Foi neste frágil contexto internacional que diferentes capitalismo nacionais se desenvolveram, cada um seguindo seu próprio rumo: capitalismo britânico, entre a combatividade de uma classe trabalhadora que se recusava aos sacrifícios solicitados e a combatividade dos seus competidores estrangeiros; capitalismo germânico, concentrado, dinâmico, expansivo e apoiado por um desejo nacional de superar humilhações; capitalismo francês, mais díspar do que nunca, dividido entre a grande indústria e o trabalho artesanal, entre a calma das províncias e a aventura do império; capitalismo norte-americano, pautado por um rompante de produção em massa, consumo de massa, bloqueios e especulações; e então todos os outros capitalisms: os variados capitalisms europeus, o capitalismo japonês, e as novas produções dos “novos países” para os quais a I Guerra Mundial deu oportunidades iniciais. (Beaud, 2001: 175).

Nesse contexto, o movimento operário se enfraqueceu. Além disso, depois da ascensão fascista na Itália em 1922, o comunismo passou a ter um competidor no terreno de sua ação e, acima de tudo, um perseguidor (Wolikov, 2004). Os comunistas acreditavam numa vitória revolucionária na Alemanha até pelo menos 1923, quando uma insurreição comunista foi rapidamente sufocada em Hamburgo.

A partir de 1924, a concepção bukariniana passou ser a base do esquema revolucionário onde “o dever sagrado da classe operária consiste na repressão absoluta de seus inimigos. Entre o comunismo e o capitalismo é necessário um período de ditadura do proletariado.” (Boukharine et Préobranjenski³ citados por Chatelet; Pisier-Kouchner; Vincent, 1975: 225) Para Stálin, a URSS era a expressão concreta da revolução mundial, já que em nenhum país o PC chegou ao poder, por isso, ao apoiarem a URSS, os PC's estariam ajudando a consolidar as posições da revolução mundial (Wolikov, 2004). No VI Congresso (1926-28), Bukarin ampliou a concepção de Lênin de um processo revolucionário mundial de longa duração composto de avanços e recuos. Ele distinguia 3 componentes que chamava de colônias da revolução mundial: a URSS que construiu o socialismo, o movimento operário revolucionário dos grandes países ocidentais e os movimentos nacionais de países colonizados ou dominados. Os PC's deveriam, nesse contexto, elaborar seus próprios objetivos sendo que a defesa da URSS seria uma dimensão concreta desses objetivos.

Na primavera de 1929, as concepções bukarinianas deram lugar à tese de Stalin, pois o capitalismo enfrentava dificuldades e ele enxergava uma mudança nas relações de classe. A quebra da bolsa de Nova Iorque decretara o fim do liberalismo econômico. A nova tese de Stálin, centralizada na URSS, prognosticava uma onda

³ BOUKHARINE et PRÉOBRAJENSKI. L'A.B.C du communisme. Paris, Maspéro, 1963.

revolucionária iminente. Ele pregava o fortalecimento da luta contra a social-democracia que considerava ser um dos sustentáculos do capitalismo (Stálin⁴ citado por Chatelet; Pisier-Kouchner; Vincent, 1975). Na entrada da década de 1930, a Alemanha passou a tomar o centro das atenções com a luta do PCA contra a social-democracia que se aliara à burguesia e a setores de direita. A chegada de Hitler ao poder sem reação alguma do movimento operário alemão deixou estupefatos os dirigentes da IC.

No Brasil, os militantes enfrentavam problemas pois as indicações da IC não levavam em conta uma leitura da conjuntura nacional, mas sim o sentimento da situação na Europa. Segundo Basbaum, então militante do PCB:

(...) as coisas no Partido iam de mal a pior. Em fins de janeiro, depois de muita insistência de minha parte, encarregaram-me de organizar “Comitês de luta contra a Guerra”, em virtude de instruções da IC que mandava a todo mundo intensificar “campanha anti-guerreira”. Em minha opinião, naquele ano de 1933 que começava, não havia a menor possibilidade de interessar os operários brasileiros na luta contra a guerra, mais ainda num “período de estabilização capitalista (...) tratava-se, sem dúvida de, uma ordem para os Partidos Comunistas da Europa, onde a guerra sempre fora mais do que um fantasma ameaçador. (Basbaum, 1976: 144)

No começo de 1934, depois de 5 anos de orientação classe contra classe, os partidos comunistas estavam mais estruturados e, segundo Wolikoy, “começam a ter um papel nas novas zonas geográficas, tanto no Sudeste Asiático quanto no Oriente Médio e América Latina.” (2004: 309-310). Em janeiro de 1934, as agitações da extrema-direita na França alteraram novamente o centro de gravidade da atividade da IC para esse país, os comunistas propuseram um pacto com os socialistas. Em 24 de outubro de 1934, Maurice Thorez se pronunciou clamando a necessidade de se constituir uma frente popular (o Front Populaire mencionado na introdução deste trabalho) em reação ao fascismo unindo comunistas, socialistas e trabalhadores (Thorez⁵ citado por Chatelet; Pisier-Kouchner; Vincent, 1975). Os PC's deixaram em segundo plano a revolução e se empenharam em lutar pela democracia através de uma política antifascista. No Brasil, essa faceta foi expressa pela formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. O avanço do integralismo preocupava os militantes de esquerda: “Os Integralistas que já namoravam Vargas, passaram a cortejá-lo com seus “anauês.” (Bezerra, 1979: 236). Após o dismantelamento da ANL, um número considerável de militares que estavam

⁴ STALINE. De la déviation de droite dans le Parti Communiste de l'URSS. Paris, Editions Sociales, 1947.

⁵ THOREZ, Maurice. Oeuvres de Maurice Thorez, Paris, Editions Sociales, 1947.

filiados ao movimento ingressou no PCB (Bezerra, 1979). O período 1934-1939 representou um momento de transformação progressiva do movimento comunista através de sua diversificação crescente e de sua maior inserção em realidades nacionais, principalmente em função das frentes populares:

(...) o antifascismo democrático, elemento central da política da Frente Popular, é empregado por um certo número de partidos comunistas cuja atividade se espalha além de um dispositivo doutrinário mal controlado pelos soviéticos. Assim, apesar do monolitismo apregoado, há uma verdadeira heterogeneidade de práticas e de concepções no seio da Internacional Comunista. Longe de ser uniforme, o período da Frente Popular é um momento de evolução e conquistas para os partidos comunistas da Europa ocidental e da América, mas é igualmente uma época de generalização da stalinização da IC (Wolikov, 2004: 312).

Após a assinatura do pacto germano-soviético, a temática do antifascismo e da Frente Popular foi refutada em nome de uma argumentação reatando a denúncia geral do imperialismo. Dizia-se que a URSS havia garantido a paz através de uma política pacifista e que a guerra foi resultado da confrontação dos interesses imperialistas. Em conseqüência, os PC's deveriam romper com a política anterior de aliança e de reivindicações intermediárias.

Do outono de 1939 até a primavera de 1940 os PC's e a IC pouco influenciaram o decorrer dos fatos. A Alemanha ocupou a França facilmente, os comunistas franceses, holandeses e belgas chegaram a entrar em contato com as tropas ocupantes para obter permissão de voltarem a rodar a imprensa comunista até então proibida. No começo de 1941, a IC encorajou os PC's a denunciarem as autoridades de ocupação contra as privações inflingidas sobre a população (Wolikov, 2004). Após a invasão da URSS, os PC's foram convocados a se engajarem no combate contra a Alemanha:

No momento em que a decisão da dissolução da Internacional é tomada por Stalin – já considerada na primavera de 1941 – a IC tem uma orientação que prolonga a evolução iniciada desde 1934. A temática antifascista e patriótica da ação comunista privilegia o enraizamento nacional de cada partido comunista em função de situações nacionais cuja diferenciação é reforçada pela guerra. A dimensão internacional da ação de juncão dos partidos comunistas é, mais do que nunca, identificada à solidariedade com a luta do Exército vermelho e a política do Estado soviético. O desaparecimento da IC não mudará nada desta orientação, ela consolidará o contrário. (Wolikov, 2004: 318)

Stalin dissolveu a Internacional Comunista em 1942 quando assumiu oficialmente sua chefia concomitantemente à do governo Soviético. Durante o período

da guerra a preocupação central dos PC's era o avanço do nazi-fascismo, sendo todos os esforços materiais e intelectuais investidos na contenção desses inimigos. Todorov e Wolikov (2004) afirmam que a expansão comunista pós-Segunda Guerra não deve ser entendida exclusivamente por seu caráter geográfico, mas também em termos sociológicos e culturais:

(...) com efeito, a difusão das ideias comunistas testemunha uma expansão em direção a novos campos da vida social, por exemplo o ensino e a cultura, assim como novas categorias como os camponeses ou as classes médias. (Todorov & Wolikov, 2004: 324)

Segundo os autores, depois da II Guerra Mundial, o estabelecimento do comunismo em todo leste europeu se efetuou em 3 ou 4 anos. Na Iugoslávia e na Albânia os PC's já eram hegemônicos e formaram os governos do pós-guerra com exclusividade. Nos demais países, o PC sempre fez parte dos governos provisórios pós-guerra. Em Portugal e na Espanha os regimes autoritários de tipo fascista deram ao PC um caráter insurrecional e predisposição à luta armada e tomada de poder pela via insurrecional (Todorov & Wolikov, 2004).

No Brasil, durante o breve período de legalidade que o PCB teve em 1946, Luiz Carlos Prestes, que ocupava uma cadeira no senado, manifestava-se em discursos pela preservação da paz, "Contra a Guerra e o Imperialismo" (proferido em 26/03/1946). A oposição promovida pelo grupo anti-comunista provocava o senador alegando que Prestes homenageava a União Soviética por mensagens "teleguiadas" (Konder, 1980). No entanto, a Internacional Comunista havia sido dissolvida e um documento firmado por seus dirigentes afirmava que "as novas condições criadas no mundo exigiam que cada PC elaborasse e aplicasse sua linha em função das complexas situações nacionais em que se achavam seus respectivos militantes" (Konder, 1980: 64).

No pós-Segunda Guerra Mundial, a maioria dos PC's decidiu prolongar as políticas de alianças anti-fascistas. Essa situação durou até a degradação das relações entre EUA e URSS em 1947 e consequente início da guerra fria. Durante esse período de manutenção das alianças, houve um salto no número de membros e a expressividade eleitoral dos PC's aumentou em toda Europa. O crescimento iniciou em 1944, já no final da guerra. Ocorreu principalmente em decorrência da luta de resistência na qual o Exército Vermelho teve papel central no leste da Europa. Quase todos os países da

Europa experimentam um aumento no número de filiados aos PC's e nas primeiras eleições do pós-guerra, houve uma expressiva parcela de votos para os candidatos comunistas. Em 1946, o PC Francês chegou a ter 800.000 membros, o PC Italiano, logo após a guerra, alcançou mais de um milhão de membros (Todorov & Wolikov, 2004). O salto que se experimentou no Brasil com a legalidade concedida ao PCB entre 1945 e 1946 foi muito parecido. Assim, de maneira geral, de 1944 a 1946, o comunismo cresceu na maioria dos países da Europa Ocidental. Mas salvas algumas exceções, após um breve salto, os PC's retornaram à marginalidade e isolamento na cena política com o início da guerra fria.

Em 1947, na chamada 'Conferência dos 9 Partidos'⁶ em Szklarska-Poreba na Polônia decidiu-se criar o Kominform⁷ (Peralva, 1960). Ele não foi uma simples ressurreição da Internacional Comunista, foi um instrumento de coordenação política e ideológica destinado a assegurar a coesão e o controle dos principais partidos comunistas (Todorov & Wolikov, 2004). O Kominform era um novo instrumento para unificar os partidos comunistas da Europa. Ele surgiu no momento em que o Plano Marshall inundava a Europa ocidental com dinheiro americano para a recuperação da devastação causada pela Segunda Guerra Mundial. Era necessário que a URSS se organizasse e fosse capaz de articular, principalmente, os PC's europeus para conter a influência americana, mesmo que as áreas de influência já tivessem sido delimitadas na Conferência de Ialta em 1945.

Na Itália, o Partido Comunista se concentrou na consolidação democrática das instituições e no reconhecimento dos direitos trabalhistas, na França, o PCF defendeu com vigor as reformas das estruturas econômicas e sociais: as nacionalizações industriais e bancárias, a instauração de um sistema de seguridade social e a adoção de um estatuto da função pública (Todorov & Wolikov, 2004: 329). No Leste Europeu, os PC's tomaram o poder entre 1944 e 1948. O comunismo não se instalou de um só golpe com a presença do Exército Vermelho, segundo Todorov e Wolikov (2004), alguns fatores da política internacional foram importantes para definir a presença comunista

⁶ Os representantes dos PC's da União Soviética, Itália, França, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria, Romênia e Bulgária estavam presentes na conferência (Peralva, 1960)

⁷ Kominform é sigla para as palavras russas *Kommunističeskaia Informácia* (Informação Comunista), da mesma forma que o extinto Komintern era sigla para *Kommunističeskii Internatsional* (Internacional Comunista) (Peralva, 1960). Aqui se preserva a grafia utilizadas na fonte. Peralva (1960) utiliza Kominform com 'K', Chilcote (1982) utiliza Comintern com 'C'.

naquela região. A divisão de áreas de influência na conferência de Ialta em 1945 somada à presença do Exército Vermelho contribuíram para a ampliação da influência do PC no Leste Europeu. As maiores controvérsias se davam no plano ideológico, uma vez que a frente antifascista, para comunistas como Georgi Dimitrov era uma política que representava algo bastante diverso da idéia de ditadura do proletariado:

A ambiguidade da situação política dos países do Leste é também devida a fatores de ordem ideológica. O movimento comunista internacional aplicava oficialmente a política da Frente antifascista no quadro do esquema político da “democracia popular” fixado em 1944-1945. Quando de seu retorno à Bulgária em 1945, Georgi Dimitrov desenvolve a ideia segundo a qual a “democracia popular” é um poder democrático, repousando sobre a cooperação dos partidos políticos antifascistas com um papel essencial dos comunistas e das forças de esquerda. De acordo com Georgi Dimitrov, a “democracia popular” não é a ditadura do proletariado. Trata-se de um modelo político diferente daquele da URSS stalinista. Para Stalin, esta ideia é temporariamente aceitável para considerações de ordem geopolítica. (Todorov & Wolikov, 2004: 332-333)

A evolução política dos países do leste europeu seguiu caminhos parecidos. Os partidos social-democratas e socialistas e os PC's foram unificados transformando o sistema político centralizado no partido único; os partidos anti-fascistas aceitaram a hegemonia do PC, ou simplesmente se autodissolveram, como na Bulgária e na Romênia. Novas constituições foram adotadas na maior parte dos países do leste europeu entre 1947 e 1949, estabelecendo as “repúblicas democráticas”, mas colocando em prática um regime stalinista em que vigoraram nacionalizações dos meios de produção, tentativas de coletivização na agricultura e instalação do PC como dirigente da política:

Com o stalinismo aparece na Europa central e oriental uma sociedade homogênea e coerente: a sociedade socialista. Ela é parcialmente igualitária: de um lado, a *nomenklatura* no poder desfruta de privilégios importantes, de outro a junção de trabalhadores governados vive em condições demasiadamente próximas, em termos de rendimentos, de fortunas e de níveis de vida. (Todorov & Wolikov, 2004: 336)

No Brasil. Em agosto de 1950, o PCB lançou um manifesto que passou a aprofundar a política de alianças do Partido, embora ainda proclamasse que a luta armada era a única solução para a tomada do poder. Esse manifesto vigorou até que a Declaração de Março de 1958 estabelecesse uma posição de aliança ainda mais profunda com outros setores da sociedade como a burguesia. No documento de 1950, o Partido sugeria a formação de uma frente nacional:

Dirigimo-nos a todas as personalidades de prestígio popular, aos dirigentes políticos efetivamente democráticos, aos intelectuais anti-fascistas e anti-imperialistas, aos verdadeiros líderes populares, e a todos eles convocamos

para que venham participar da Frente Democrática de Libertação Nacional e lutar pelo seu programa (Vinhas, 1982: 155)

Com a morte de Stálin em 1953, iniciou-se o processo de desestalinização, um processo de reformas que frustrou a tentativa de estabelecer um modelo único de socialismo a todos os países do Leste Europeu. As revelações de Krhushev no XX Congresso em 1956 fizeram com que cada país se sentisse no direito de definir seu próprio projeto de comunismo nacional. Nesse sentido, o XX Congresso do PCUS comprometeu os partidos pró-soviéticos, provocando discussões e rupturas. Na América Latina, a Revolução Cubana abriu um período novo do comunismo:

O triunfo da revolução cubana liderada por Fidel Castro contra a ditadura do General Batista (1959), seu desenvolvimento “ininterrupto” rumo ao socialismo (1960) e seu enfrentamento vitorioso contra uma invasão patrocinada pelos EUA (1961) significa uma ruptura com qualquer um dos dogmas fundamentais do comunismo stalinista: papel dirigente do Partido, caráter nacional-democrático da revolução, impossibilidade de uma via armada. Estes eventos vão inaugurar um novo capítulo da história do comunismo latino-americano, com o surgimento da corrente castrista, ou melhor, guevarista. (Lowy, 2004: 683).

Lowy diz que o guevarismo não foi a única forma de dissidência comunista surgida nos anos 1960. Ele afirma que no Brasil, sob influência do conflito sino-soviético, uma corrente maoísta passou a se manifestar quando velhos quadros do Partido Comunista Brasileiro – João Amazonas, Mauricio Grabois – fundaram em 1961 o PCdoB, Partido Comunista do Brasil. O autor lembra que o PCdoB foi reforçado por quadros da esquerda católica “fascinés par le maoïsme”(Lowy, 2004: 685). São quadros da Ação Popular (AP) que se radicalizaram após o golpe de 1964. A pesquisa aqui efetuada aponta algumas diferenças entre a AP pré e a pós golpe de 1964. O trabalho, no entanto apenas indica a possibilidade de que os militantes da AP pós-1964 têm origem social mais diversificada do que a da Ação Popular pré-golpe. No Rio Grande do Sul, os militantes que fundam a AP são provenientes da classe média alta e classe alta e educados em escolas católicas de elite.

1.3 O Pensamento Católico

Quase do lado oposto ao comunismo no espectro das idéias, o pensamento católico influenciou grandes filósofos fosse por afinidade ou por oposição. A

descristalização da estrutura da Igreja no mundo ocidental começou a partir do Iluminismo quando revoluções começaram a mudar o cenário europeu. A ascensão dos ideais iluministas e a Revolução Francesa trouxeram mudanças à forma como a Igreja se inseria no contexto sócio-político europeu. Ela perdeu espaço quando o pensamento esclarecido passou a criticar sua relação com os regimes políticos. No século XVIII, as tendências ideológicas da ilustração, oriundas em maior parte da França e Inglaterra, preconizavam a exaltação da natureza, a divulgação do saber, a crença na melhora da sociedade por intermédio do conhecimento do homem, a confiança na ação governamental para promover a civilização (Candido, 2006: 43). Um dos cânones da ilustração, Jean-Jacques Rousseau, considerava que o cristianismo romano rompia a unidade social colocando o homem em contradição consigo mesmo ao fazê-lo submeter-se tanto ao chefe da Igreja como ao chefe político (Rousseau, 2001). A obra de Rousseau desempenhou papel importante porque colocou em discussão o modo como a instituição da Igreja relacionava-se com o Estado e com a sociedade da época. Ele criticou a impossibilidade de se estabelecer uma teocracia simples e pura e, antes de tudo, o espiritualismo exagerado do cristianismo:

O Cristianismo é uma religião totalmente espiritual, ocupada unicamente das coisas do Céu: a pátria do cristão não é deste mundo. Ele cumpre seu dever, é verdade, mas ele o faz com profunda indiferença em relação ao bom ou mau resultado de seus cuidados. (Rousseau, 2001: 175)

Além disso, Rousseau (2001) dizia que cada cidadão poderia ter a liberdade de escolher sua religião desde que bem se relacionasse com a moral. O Iluminismo e a Revolução Francesa causaram forte reação do conservadorismo cristão francês e ao mesmo tempo influenciava pensadores tanto liberais como conservadores. As bases do pensamento conservador cristão foram muito bem encaminhadas por Joseph Maistre, que criticava fortemente pensadores como Voltaire. Maistre atribuía à Revolução um caráter satânico e apelava ao pensamento aristotélico para defender o regime monárquico e suas particularidades dizendo que certos homens são naturalmente destinados à escravidão (Nolte, 1970: 112). O conservadorismo cristão em Maistre se expressava pelo nacionalismo naturalista não chegando a se engajar na defesa de um teocracia (Nolte, 1970). No entanto, ele interpretava as palavras de Hobbes apoiadas por Rousseau - "réunir les deux têtes de l'aigle"(Rousseau, 2001: 173)- como sendo o fundamento de uma teocracia totalitária ao unir o poder político e da Igreja em um só.

Mas acreditava que mesmo que essa união acontecesse, o Estado e a Igreja, mesmo que associados, deveriam ser portadores de valores distintos (Nolte, 1970: 117).

De acordo com Nolte (1970), Louis de Bonald foi outro pensador que contribuiu para a doutrina do conservadorismo cristão. Bonald empregava conceitos científicos em uma análise que utiliza noções de “física social” comparando as leis da sociedade às leis imutáveis da física newtoniana. Ele acreditava na hereditariedade do poder, dessa forma, a partir do conceito de naturalidade das leis da física, ou seja, que elas são universais e imutáveis, Bonald incorporou às características do Antigo Regime a concepção de que a ordem estabelecida por Deus era eterna. O representante de Deus na terra, o rei, teria seu poder de forma irrevogável, qualquer revolução que abalasse esse sistema seria considerada um atentado contra as leis divinas. As ideias Iluministas foram incorporadas por diversas correntes de pensamento, incluindo a conservadora cristã, como se pode notar pelo exposto cientificismo de Bonald que mais servia como um sofisma a serviço do conservadorismo que defendia o Antigo Regime, através de “argumentações racionalistas que chegavam à beira da loucura, até mesmo quando seus objetivos foram estabelecer as virtudes do irracionalismo” (Hobsbawm, 2006: 342).

Com o advento da república na França em 1871, alterou-se a forma de relação do conservadorismo cristão com a política. Os movimentos operários passaram a ser organizados e a presença das ideias marxistas agitava a relação do proletariado com a burguesia. O conservadorismo tentou captar a força do movimento operário em meio a um contexto de descontentamento com as condições econômicas, de trabalho, e, principalmente, com o sistema capitalista, canalizando esse descontentamento para a questão do judaísmo (Nolte, 1970). Essa foi a origem do pensamento fascista na França e os principais perpetuadores dessa corrente foram La Tour du Pin, Edouard Drumont e Maurice Barrès, que avançaram as ideias de Bonald e Maistre à posição anti-burguesa, anti-semita e pseudorevolucionária (Nolte, 1970). Um pouco mais tarde, com o *Affaire Dreyfus*, a discussão intelectual polarizada entre Émile Zola e Charles Maurras motivou a criação da *Action Française*. Esse movimento definiu as posições da extrema-direita francesa do início do século XX até pelo menos meados da década de 1920 e foi marcado pelas ideias positivistas, antiliberais, pseudo-revolucionárias, nacionalistas e monarquistas (Nolte, 1970).

Se por um lado o conservadorismo cristão emergiu aliando-se a ideias fascizantes, por outro, a Igreja sentiu-se ameaçada com a proclamação da Terceira República Francesa, com as unificações da Alemanha e, principalmente, da Itália. O prejuízo causado à Igreja pela unificação da Itália gerou conflito com a respectiva elite dirigente estatal. O surgimento de uma elite republicana anticlerical na França e a reforma protestante na Alemanha fizeram com que a Igreja tivesse que repensar sua forma de ação no campo religioso e seu posicionamento frente a questões seculares. Em 1901, Leão XIII lançou sua encíclica *Graves Comuni Re* através da qual defendia a democracia cristã como uma forma de enfrentar os problemas da classe trabalhadora, um maneira de elevar as condições de vida dos homens e mulheres que enfrentavam condições precárias de trabalho e principalmente de moradia na Europa (Fogarty, 1964). Leão XIII já havia iniciado uma pregação nesse sentido quando publicara a *Rerum Novarum* em 1891. A encíclica de 1901 era parte da doutrina social da Igreja iniciada justamente em 1891 no momento em que a Europa começava a enfrentar as primeiras crises de superprodução relacionadas ao capitalismo, causando desemprego e inflação e projetando-se diretamente nas péssimas condições de vida dos operários de países industrializados.

Mesmo assim, Fogarty (1964) descreve que no final do século XIX e início do século XX, os problemas das classes trabalhadoras já estavam em vias de solução na Europa e nos países mais avançados. Porém os países pobres ainda enfrentavam graves problemas relacionados a moradia, desemprego e péssimas condições de trabalho. As crises cíclicas do capitalismo na Europa tinham como resposta a discussão dos rumos desse tipo de modo de produção e do papel do operário como engrenagem principal na evolução desse sistema. As condições de vida e de trabalho necessitavam melhoras e a Igreja, como um ator social perspicaz, percebeu que era crucial que se discutisse isso. Para isso, ela criou níveis de atividades nos quais grupos organizados tais como a Ação Católica aplicariam as novas doutrinas. Esses grupos tinham o objetivo de preparar tanto o laicato, como o próprio clero para atividades políticas, econômicas e sociais. Segundo Fogarty (1964), a Ação Católica tinha o objetivo de “formar consciências” e de preparar o laicato e membros do clero para atuarem, ou, pelo menos, terem uma postura adequada frente às problemáticas determinadas pela conjuntura social. Ela surgiu como uma colaboração dos leigos com a apostolado hierárquico no pontificado de Pio XI (1922-1939) (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004). Era, na verdade, um projeto que

englobava o homem e a sociedade e que pretendia reconduzir o homem à fé e “recriar um organismo social baseado, em todos os níveis, inclusive no nível da organização civil e econômica, na doutrina da Igreja católica.”(Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2004: 9). Ao explorar a doutrina católica para a democracia cristã, Fogarty (1964) conclui que a linha divisória entre as fontes das diversas correntes de pensamento cristão são tênues:

Um político democrata-cristão da França, Áustria ou Itália talvez protestaria violentamente afirmando que nada tem em comum com os monarquistas cristãos, os antisemitas ou os clérigos de setenta anos, ainda que salte à vista dos historiadores que dos grupos monárquicos, antisemitas e clericais se alimentou a Democracia Cristã nestes países. Impossível escrever a história de um movimento sem a do outro. (Fogarty, 1964: 54)

Da mesma forma que a conservadorismo cristão fez parte da formulação dos ideais fascistas na França e Itália, por outro lado na Bélgica, na própria França e na mesma Itália teve origem o catolicismo liberal que produziu pensadores como Mounier, Congar, Manzoni, Lebret, entre outros. Ao mesmo tempo, entre intelectuais, escritores e artistas europeus, entre os românticos tardios e realistas, a leitura da Bíblia fazia parte de sua formação, sendo eles católicos ou não. O texto bíblico era rico em referências, conhecido do público em geral e fonte rica do pensamento clássico:

A Bíblia teve uma considerável influência literária, principalmente sobre todos os escritores chamados de românticos ou realistas. Essa influência foi muito menosprezada. No entanto, seria possível invocar em favor do estudo do hebraico uma parte dos argumentos literários dos quais nos servimos para defender o estudo do grego e do latim. Chateaubriand foi o primeiro que entendeu essa influência da Bíblia, mas confundiu-a demasiadamente com o “gênio cristão”. O gênio cristão é um produto híbrido, no qual estão misturados e intimamente casados o espírito hebraico e o espírito grego, mas no qual predomina sempre o platonismo grego: as ideias mais elevadas da filosofia cristã vem da Grécia e do Oriente. (Guyau, 2009:241)

Dessa forma, a partir da metade do século XVIII o pensamento católico passou a se ramificar da mesma forma que as reformas, revoluções e guerras diversificaram os sistemas políticos europeus. Se de um lado o pensamento católico chegou a associar-se ao fascismo, por outro, produziu cristãos como Mounier, Lebret e Congar preocupados com a questão social da doutrina da Igreja e que foram responsáveis por um encaminhamento mais à esquerda de uma visão de mundo cristã. No Brasil, esses pensadores começaram a ser incorporados pelo movimento estudantil em meados da década de 1950.

Com a crise do início da década de 1930, a polarização entre os partidos de esquerda e direita na França jogou os partidos mais moderados em um desarranjo

fazendo com que eles buscassem novas soluções para se posicionarem de forma mais estável no sistema político. Na França, os comunistas angariavam o apoio da classe trabalhadora urbana enquanto os socialistas tinham sua base nas classes médias e nas áreas rurais entre os nacionalistas. As correntes centristas conservadoras e pragmáticas em suas atitudes eram expressas pelo liberalismo pós-iluminista de Alain⁸, cujas proposições colocaram em descrédito o papel do governo central e clamavam por uma limitação do poder do Estado. Dentro desse corpo de atitudes políticas, estava uma pequena corrente democrática cristã. Segundo Kelly (1979), Mounier era um jovem católico que queria participar da busca por soluções políticas, sociais e ideológicas para a crise pela qual se passava, ele tinha um desejo de inovação, comum aos intelectuais do período, o que tendia a mascarar a diferença entre eles. Nem todos eram católicos, mas a ideologia que provia sua principal referência era católica. Mounier criticava os cristãos que tinham uma identificação próxima com os elementos mais reacionários da burguesia. Ele via a burguesia como uma categoria inimiga, sendo essa inimizade mais moral do que econômica.

As ideias do filósofo francês eram extremamente palatáveis. Ele transitava pelos clássicos da filosofia com facilidade e clareza. Apresentava uma filosofia que proclamava à ação. Além disso, o personalismo, filosofia a qual Mounier esforçou-se em propagar, emergiu em um momento de reconstrução da democracia e da própria Europa devastada pela guerra. Em 1938, Ele já havia chamado atenção para os perigos do fascismo:

O fascismo francês brota por toda parte. Se pode dizer que não tem chefes nem grandeza: tanto melhor, ainda há tempo de atuar. Mas não fiquemos prevenidos por isso, nem dispensados de iniciativa: não se combate o fascismo, que reforça com a sua aparição a derrota definitiva do organismo social e seus médicos, se combate as situações e o espírito pré-fascista. (Mounier, 1988: 35).

Após a guerra, surgiram novas demandas com a reconstrução da Europa. Em 1946, Mounier procurava apontar a necessidade do apoio comunista em uma reestruturação da sociedade:

Se o comunismo exerce fascinação contra ou em seu favor, fascinação que teve tempo de sair de moda, é porque tem que haver nele algo que nos toca o coração. Ademais, devemos comprovar que existe hoje uma demarcação política mais profunda que a dos partidos. Esta demarcação passa entre os que não podem dirigir-se aos comunistas globalmente tomados mais do que por

⁸ Émile-Auguste Chartier

uma disposição fraternal, mesmo quando os combatem, e aqueles cujo anticomunismo, seja socialista ou reacionário, é o reflexo político dominante. Estamos juntos aos primeiros. (Mounier, 1988: 136).

Mounier admitia a força do Partido Comunista no imediato pós-guerra entre a classe operária e enxergava a possibilidade de uma revolução. A partir desse fato, ele afirmava ser ingenuidade que qualquer mudança que fosse ocorrer na era industrial se daria sem a participação de classe operária e por consequência sem o Partido Comunista. A unidade do Estado Francês, para Mounier, dependia dessa classe, uma vez que ele considerava a classe média impotente politicamente em função de sua posição delicada em uma zona social de fratura (Mounier, 1988).

Mounier participou dos momentos iniciais da revista *Esprit*. Ela publicava artigos de intelectuais cristãos (havia escritores católicos, protestantes, ortodoxos e socialistas) progressistas. Ele foi convidado por Georges Izard e André Déléage para dirigir a revista que os dois estavam fundando. Após mais de um ano de preparos, formação de grupos de estudos, seminários e tentativas de fundar uma ação que fosse uma *Troisième Force* entre o capitalismo e o comunismo, a *Esprit* teve seu primeiro número publicado em outubro de 1932. Mounier escreveu nesse primeiro exemplar um artigo intitulado “*Refaire la Renaissance*”. Segundo ele, o renascimento foi o marco, para os católicos, do surgimento do individualismo que indiscriminadamente destruiu a ordem católica medieval e afetou a Igreja e a vida espiritual (Kelly, 1979). A partir daí, o filósofo francês passou a estruturar suas ideias em torno da diferenciação do individualismo e do personalismo.

A revista encampava uma revolução espiritual e moral que desencadearia transformações políticas e sociais, no entanto, “*Le spirituel*” para Mounier, poderia fazer referência, ao mesmo tempo, ao conceito bergsoniano de espírito, algo separado do material, do corpo, ou à noção cristã de forças espirituais, tanto à Igreja em suas manifestações temporais, como aos valores da mente e da inteligência, como também à inteligência em geral fosse ela religiosa ou secular (Kelly, 1979). Kelly afirma que, para Mounier, a crise pela qual o mundo passava naquele período era provocada por forças materiais e, embora essa crise fosse real, ela era apenas o sinal visível de uma profunda desordem no mundo espiritual:

Mounier deixou claro que sua batalha principal não deveria ser lutada na arena política, nem eram primordialmente políticos seus objetivos; mas uma vez que

política e espiritualidade estavam historicamente ligados, ele sentiu que não poderia evitar o problema. (Kelly, 1979:34)

Para Mounier, o personalismo era uma forma complexa de compreender o indivíduo porque definia estruturas: “O personalismo não é um sistema. – o personalismo é uma filosofia, não é apenas uma atitude. É uma filosofia, não é um sistema” (1960: 14). Segundo ele, havia duas maneiras centrais de compreender essa filosofia:

Podemos partir do universo objetivo, demonstrar que o modo pessoal de existir é a mais alta forma de existência, ou que toda evolução da natureza anterior ao homem converge no momento criador em que surge este acabamento do universo. Diremos que a realidade central do universo consiste num movimento de personalização, não sendo as realidades impessoais, ou mais ou menos largamente despersonalizadas (a matéria, as espécies vivas, as ideias) mais do que perdas de velocidade ou demoras da natureza no caminho da personalização.(Mounier, 1960: 18)

Mounier pregava o espiritual e o moral como valores do indivíduo e não como valores superiores, extracorporais, sobrenaturais. Ele acreditava que o individualismo e o coletivismo eram meias verdades, argumentava que o renascimento viu o nascimento do indivíduo como o valor metafísico central, alheio a tudo, agressivo e inteiramente auto-centrado. Segundo ele, esse tipo de humanismo dominava o mundo ocidental e tinha provido a desculpa para opressão e brutalidade invocando os valores do liberalismo. Ele declarou que defenderia o ser humano contra sua assimilação na máquina estatal comunista, mas não cairia no erro oposto de defender o liberalismo individual. Nesse sentido, a revista *Esprit* reuniu diversos intelectuais em torno da tentativa de idealizar alternativas político-sociais através de uma teoria fundada em princípios cristãos mas que tentava fugir das correntes mais conservadoras.

Mounier assimilou ideias de Maritain, assim como de diversas outras correntes filosóficas, tratando de traçar distinções acerca do indivíduo:

Levando em consideração a opinião de Maritain, Mounier distinguiu a pessoa do indivíduo; o individual significaria o puramente material, e em consequência as menores dimensões do humano. A pessoa seria igualmente distinguida pela consciência de si mesma, como deveria perceber-se em uma introspecção prolongada, disse Mounier, para uma liberdade definitiva até mesmo do mais profundo escrutínio. Era como um centro invisível ao qual tudo estava anexado, ele sugeriu, mas não se tratava de um fenômeno isolado, nem estava localizado no espaço. “Pessoal”, ele sugeriu, seria sinônimo de “espiritual”, e para falar de uma pessoa seria necessário designar a presença espiritual em um homem, além do tempo, espaço ou consciência, que constituiriam uma moral absoluta. (Kelly, 1979:48)

Assim, a história da pessoa, segundo o filósofo, é paralela à história do personalismo. Ela não se desenvolvia apenas no plano da consciência, mas no plano do esforço humano para "humanizar a humanidade" (Mounier, 1960:19). Mounier era contrário ao pensamento grego. Dessa forma, o cristianismo romperia com esse pensamento: "o indivíduo humano deixa de ser o cruzamento de várias participações em mais gerais realidades (matérias, ideias, etc.), para ser um todo indissociável, cuja unidade, porque no absoluto assente, precede a multiplicidade." (1960:22). Em Hegel o autor francês enxergava um idealista do impessoal:

Hegel fica-nos sobretudo como o arquiteto imponente e monstruoso do imperialismo da ideia impessoal. Todas as coisas, todos os seres, se vão dissolvendo na sua representação; não foi por acaso que ele veio defender a total submissão do indivíduo ao Estado. Mas não devemos esquecer, por isso, tudo o que o personalismo deve a Leibniz e a Kant, e a dialética da pessoa a todo o esforço de reflexão do pensamento idealista. (Mounier, 1960:26)

Além de certa crítica a Hegel, o diretor da revista *Esprit* quis unir determinados aspectos do pensamento de Kierkegaard e de Marx. Segundo ele, Kierkegaard, face ao "sistema" simbolizado por Hegel e seu "degradado espiritualismo", afirma o irredutível surto da liberdade:

Paralelamente a Kierkegaard, Marx acusou Hegel de fazer do espírito abstrato, e não do homem concreto, o sujeito da história, reduzindo à Ideia a realidade viva dos homens. (...) Parece, pois, que aquilo a que se podia chamar a revolução socrática do século XIX, ou seja, o assalto contra todas as forças modernas de despersonalização do homem, se separou em dois ramos: um deles, através de Kierkegaard, chama o homem moderno, deslumbrado pela descoberta e exploração do mundo, à consciência da sua subjetividade e da sua liberdade; o outro, através de Marx, denuncia as mistificações a que o conduzem estruturas sociais enxertadas na sua condição de material, e lembre-se que o seu destino não depende somente do seu coração, mas das suas mãos. Lamentável separação! Com o correr dos tempos, a separação entre as duas linhas mais se acentuou, e a missão da nossa época é, talvez, não a de as reunir naquilo em que elas não poderão jamais encontrar-se, mas sim de ultrapassar suas divergências para uma unidade de que se exilaram. (Mounier, 1960:28-29).

A Revolução Francesa, segundo o autor, teve um aspecto individualizante na sociedade europeia. O individualismo encontrou terreno favorável na fase conquistadora do capitalismo e desenvolveu-se rapidamente. Ainda segundo Mounier, o Estado liberal cristalizou-o nos seus códigos e nas suas instituições, embora professasse um personalismo moral (de raiz kantiana) e político (ao gosto burguês). O autor adiciona a isso o fato de que o romantismo desenvolveu as paixões do indivíduo, percorreu todas as gamas da afetividade e arrastou-o para o isolamento. No período

pós-revolucionário, o filósofo via na técnica um aspecto de brutalização do espaço do indivíduo:

(...) o brusco e repentino surto de técnica rompe as fronteiras do indivíduo e os seus espaços fechados, e instala em todos os campos os grandes espaços e as relações coletivas. Acossado, o individualismo começa a recear, quer a anarquia em que sossobra, quer o coletivismo que o ameaça. A sua tendência é para cobrir com o nome de “defesa da pessoa” as suas manobras de bastidores. (Mounier, 1960:31)

Um dos inspiradores de Mounier, Charles Bernard Renouvier, denunciava como perigosas a paixão metafísica e a procura pela unidade política. Mounier comentava que esse tipo de interpretação desembocava no anarquismo e “esterelizava” a obra de autores como Proudhon. Assim, Mounier tomava de Jacques Maritain o realismo desmistificador que viera de São Tomás. Ao mesmo tempo, ele se alimentava nas descrições das estruturas do universo pessoal de Gabriel Marcel e Karl Theodor Jaspers para construir o seu personalismo. Além disso, com a revista *Esprit*, o personalismo sofreu duas “pressões laterais” do movimento de renovação existencialista e do movimento de renovação marxista:

o primeiro contribuiu em larga escala para renovar problemas personalistas: a liberdade, a interioridade, a comunicação, o sentido da história. O Segundo incita todo o pensamento contemporâneo a libertar-se das mistificações idealistas, a partir da comum condição dos homens, e a ligar a mais alta filosofia aos problemas da cidade moderna (Mounier, 1960:31)

Em sua obra “O Personalismo”, Mounier organizou as estruturas do universo pessoal. A primeira estrutura seria a “existência incorporada” na qual o homem é integralmente corpo e integralmente espírito, ao contrário do que pensava Bergson que dizia que o espírito se opunha à matéria surgindo daí um problema metafísico:

Esse problema é nada menos que o da união da alma ao corpo. Ele coloca-se para nós de uma forma aguda, porque distinguimos profundamente a matéria do espírito. E não podemos tomá-lo por insolúvel, pois definimos espírito e matéria por caracteres positivos e não negações. É verdadeiramente na matéria que a percepção pura nos colocaria, e efetivamente no espírito que penetraríamos já com a memória. Além disso, a mesma observação psicológica que nos revelou a distinção da matéria e do espírito nos faz ver sua união. (Bergson, 1990:148).

A segunda estrutura, que vem com aspectos emprestados do existencialismo, é a comunicação. Mounier organiza essa estrutura em atos originais como libertar-se de si mesmo: “só liberta o mundo aquele que primeiramente se libertou a si próprio” (1960: 61); compreender, no sentido de captar as singularidades das pessoas; tomar sobre si os destinos, tarefas, alegrias e desgostos dos outros; dar, na definição do ato

gratuito, generoso; ser fiel às dedicações pessoais, ao amor, à amizade. A terceira estrutura é a conversão íntima em que "a vida pessoal começa com a capacidade de romper contatos com o meio, de *ripostar*, de recuperar, para, através duma unificação tentada, se constituir uma só" (Mounier, 1960: 78).

A quarta estrutura é o afrontamento. Dado que Mounier considerava que existir seja dizer sim, aceitar, aderir, embora se nunca houver recusa, a pessoa deixa-se "submergir", então "existir pessoalmente é também e muitas vezes saber dizer não, protestar, desligar-se." (1960:95). A quinta estrutura é a liberdade com condições. O filósofo afirma que a liberdade não é uma manifestação espontânea, é a pessoa que se faz livre, depois de ter escolhido se tornar livre. Aqui, apesar da influência existencialista, ele se distancia dessa corrente que vê a liberdade como indistinta do ser e da realidade humana: "o homem não é *primeiramente* para ser livre *depois*: não há diferença entre o ser do homem e seu ser-livre" (Sartre, 1983: 67). A sexta estrutura de que fala Mounier é a eminente dignidade, a busca por uma postura superior do cristão em relação à história: "um cristão sensível à importância central da Encarnação na sua religião, não desprezará as realizações históricas por causa de suas impurezas." (1960: 142). A última estrutura sobre a qual Mounier disserta é o compromisso. Nesse ponto o filósofo ressalta o compromisso com a ação, um ponto central no personalismo e que inspirou os movimentos católicos: "Dada a estreita ligação no personalismo existente entre pensamento e ação, poderíamos esperar que ele definisse, não somente métodos e perspectivas gerais de ação, mas também linhas precisas de conduta." (1960:163). É pela ação que as ideias de Mounier pretendiam se diferenciar do marxismo e do existencialismo que ele buscava a raiz de toda motivação da pessoa:

Ser para fazer, conhecer para agir: a revolução personalista, entre a personalidade da pessoa, o pensamento e a ação, reata o laço interior que o idealismo cortara, que o marxismo se recusa a estabelecer. À força de se refugiar no pensamento e de evitar uma tomada de posição, o idealismo difundiu a crença de que o pensamento é inútil à ação, que a procura da verdade é uma distração, e não um ato. A ação seguiu desde então o seu caminho às cegas, os homens puseram-se a pensar com todas as suas forças confusas, com a sua hereditariedade, com os seus reflexos, como os seus gestos, com as suas emoções, exceto com o pensamento. (Mounier, 1967: 304-305)

Mounier representou uma ramificação do pensamento católico enveredando-se por caminhos diversos dos de Jacques Maritain, embora houvessem pontos sobre os quais os dois autores tivessem um olhar comum. Se Maritain teve clara influência na geração de católicos como Alceu Amoroso Lima, Mounier foi quem abriu caminho para a

entrada de uma corrente mais à esquerda no movimento católico ao chamar a atenção para a necessidade de cooperação com os comunistas após uma análise crítica da realidade européia do pós-Segunda Guerra. Através da influência marxista, as ideias de Mounier toranaram-se sedutoras para intelectuais católicos que percebiam a necessidade de os cristãos agirem em frente às mudanças que ocorriam no mundo pós-guerra. No Brasil do final da década de 1950 e início da década de 1960 esse tipo de formulação caiu como uma luva nas mãos de movimentos que começavam a se posicionar criticamente em relação ao contexto da sociedade brasileira.

2. O cenário Brasileiro

“A liberdade consiste no engajamento e o engajamento se transforma em prático-inerte, é o que eu quis, o que eu quero e o que vou querer.”
J-P Sartre

2.1 As Estratégias e a militância do Partido Comunista no Brasil: da ilegalidade à necessidade das alianças

É preciso que se veja através da história do Partido Comunista os principais instrumentos utilizados para a imposição de políticas e para formação de quadros e infiltração em movimentos de todo tipo. Os termos “aliança”, e “frente única” são bastante freqüentes no vocabulário de um partido que viveu a maior parte de sua existência na ilegalidade.

Gildo Marçal Brandão (1995) faz uma análise da contribuição do PCB à política brasileira. Entre seus apontamentos está o fato de que o Partido Comunista foi a única grande escola de ciências sociais da qual o país dispôs até pelo menos a década de 1970, tendo o PCB sido tributário de uma construção bastante peculiar:

Composição social inusitada, abrangência geracional da experiência prestista, enraizamento histórico tenentista, fisionomia intelectual tributária do stalinismo – nada disso é suficiente para elucidar o modo de ser e a trajetória do Partido Comunista. (Brandão, 1995: 184).

Alem disso, Brandão diz que o Partido teve a vontade formadora voltada para a construção de uma contra-elite dirigente de corte nacional. O Autor afirma que a contribuição positiva do Partido se dá no sentido de que ele reconheceu como necessários determinados meios, mesmo se fossem ferramentas da tirania, porque desejava determinados fins. A contribuição positiva veio aparentemente em forma de pragmatismo maquiavélico, mas também permitiu o debate aberto - e muitas vezes áspero - na tentativa de se chegar a uma decisão.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues (1981), diferentemente da maior parte dos partidos comunistas do mundo ocidental, o PCB não se originou da esquerda social-democrata. O Brasil não possuía uma tradição marxista e os partidos socialistas eram inexpressivos. Entre a intelectualidade radical, a influência principal era do positivismo enquanto, entre os setores sindicalmente ativos do proletariado, predominava o anarco-sindicalismo (Rodrigues, 1981). No entanto, o positivismo tem um importante papel como precursor de aspectos teóricos que mais tarde seriam facilitadores da entrada do marxismo no país. José Murilo de Carvalho afirma sobre os positivistas ortodoxos:

Deve-se-lhes também a introdução do historicismo no Brasil, isto é, da idéia corrente no século XIX segundo a qual a história obedece a leis e segue uma direção única. Este historicismo facilitou a aceitação do marxismo nos anos 1920 em suas variantes mecanicistas e historicistas (Carvalho, 2007:187)

Massardo (2001) diz que na América Latina a ordem conjuntural tornou propício o uso do “marxismo como ciência”. Ele argumenta que a matriz positivista “cientificista” condicionou no sub-continente americano a recepção de Gramsci “ cuyo pensamiento se sitúa siempre en el terreno de la historia”(Massardo, 2001: 73). Ele justifica:

(...) a firme implementação do assim chamado “socialismo científico” em determinados meios latino-americanos de militância, implementação esta que, desde um clima cultural fortemente positivista, havia tornado sua uma noção de “ciência” – traduzida *quid pro* da Wissenschaft alemã – como a “bruxaria superior” (superiore stregoneria) da qual falava Gramsci. (Massardo, 2001: 70)

O discurso historicista está presente tanto nos escritos de comunistas quanto nos teóricos da Ação Popular (AP) na década de 1960. Os depoimentos dos

entrevistados e os documentos analisados revelam a percepção do papel do indivíduo na história tanto pelo lado comunista quanto pelo católico.

O PCB tentou ingressar na IC em 1922. Enviou a Moscou o militante Bernardo Canellas. O Partido Comunista do Brasil não se enquadrava ainda nas 21 condições para a filiação. Segundo Lenin, “ quando foi convocado o I Congresso, na maioria dos países só existiam tendências e grupos comunistas.” (1959: 628). A IC negou a inscrição do PCB, alegando que ele “ainda não é um verdadeiro Partido Comunista”(Pacheco, 1984: 93) por ainda apresentar traços de ideologia burguesa, por ter influência da maçonaria e por ter “preconceitos anarquistas”(Pacheco, 1984: 93). O resultado foi que a IC aceitou o PCB como partido simpatizante. A Comissão Central Executiva do PCB repreendeu o comportamento de Canellas como delegado em Moscou e o culpou pelas críticas recebidas da IC. Ele foi expulso do Partido, que se dispôs a seguir todas as diretrizes da IC incondicionalmente. No V Congresso do *Comintern* em 1924, O PCB, representado por Astrojildo Pereira, foi reconhecido filiado (Chilcote, 1982).

No Brasil, o Partido registrou-se legalmente como entidade civil com sede pública em 1922. Ficou poucos meses na legalidade. Em 5 de julho, houve o levante do Forte de Copacabana e foi decretado estado de sítio. O Partido foi fechado, embora não tivesse envolvimento com o levante militar. Até 1945, o PCB só conheceria um breve período de legalidade entre janeiro e agosto de 1927 (Rodrigues, 1981). Nas eleições de 1930, o PC se preocupou em explorar as oportunidades eleitorais (através do Bloco Operário e Camponês (BOC) para a presidência) – a ilegalidade fez com que o partido desenvolvesse mecanismos de sobrevivência através de alianças.

Depois de 1934, com a adesão de Prestes e dos militares, e a formação da Aliança Nacional Libertadora, “o PCB estendeu sua influência às camadas intermediárias da sociedade brasileira, à intelligentsia e a outras personalidades políticas e culturais de prestígio”(Rodrigues, 1981:371). O PCB tornou-se mais popular e menos operário com a entrada de Prestes e a partir da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo programa dirigia-se ao mesmo tempo contra o fascismo e contra o imperialismo e o latifúndio, em favor das liberdades democráticas, da nacionalização das empresas estrangeiras, da divisão de terras, etc. Nesse sentido, segundo Rodrigues (1981), as preocupações com os problemas da nação predominaram sobre os da classe.

Depois da vitória dos nazistas na Alemanha, em 1933 os PC's fizeram uma revisão de suas táticas. O Partido Comunista Alemão (PCA) subestimou o fascismo e lançou uma ofensiva revolucionária da classe operária, segundo Poulantzas:

(...) a designação global da social-democracia e dos sindicatos social-democratas como social-fascistas, e como inimigo principal, tem uma pesada responsabilidade no malogro da frente única. Não tanto por causa da recusa de qualquer contato “de topo”, e mesmo nível dos escalões subalternos, mas sobretudo por causa da política em relação às *massas social-democratas* – consideradas “perdidas” enquanto estão sob influência da social-democracia.(Poulantzas, 1978:195)

O PCA só propôs uma ação comum à social-democracia em 1933 quando Hitler já estava no poder. No Brasil, a “frente única” enfatizava o respeito às regras do jogo democrático através da disputa eleitoral. Foi dentro desta nova orientação que ocorreu a vitória eleitoral da Frente Popular, na França, Espanha e no Chile (Rodrigues, 1981; Castañeda, 1994). A formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) enquadrava-se nesse espírito. No entanto, a frente única a que se propunham os comunistas era “pela base” nos moldes do que se viu na Alemanha, unindo “camponeses pobres e assalariados agrícolas” e proletariado sem se aliar a outras forças políticas (Prestes, 2008). Segundo Anita Prestes (2008), tanto o PCB como a Internacional Comunista avaliavam que a situação revolucionária no Brasil estava amadurecendo e apelavam à luta armada para a constituição de um governo de soviets baseado na experiência da Revolução Russa. Após a Intentona Comunista, em novembro de 1935, o PCB foi duramente reprimido enquanto travava uma luta contra Getúlio Vargas e o movimento integralista.

Entre 1935 e 1938 houve disputas dentro do PCB relativas a que rumo deveriam tomar as alianças. O Comitê Regional de São Paulo era favorável pelo menos desde 1936 a apoiar Vargas (Prestes, 2001). Em frente à ameaça nazista, os comunistas decidiram que deveriam adotar uma política de “União Nacional” que passou a vigorar a partir de 1938 e que reconheceu Vargas como aliado. Segundo Prestes, “se a direção do PCB, durante o ano de 1938, adotara a política de “União Nacional”, a Internacional Comunista também emprestaria apoio a tal orientação.”(2001: 47). Nesse sentido, a autora afirma que o PCB advogava por uma frente pela democracia e pedia a abolição da Constituição totalitária.

Essa política de “Frente Nacional” ou “União Nacional” foi resultado da conjuntura política internacional que apontava para um possível conflito entre as potências mundiais e os governos nazi-fascistas. Ela havia sido lançada pela IC pelo menos desde 1935. No Brasil, essa aliança demorou mais de dois anos para ser adotada (Prestes, 2001). Mas na Europa essa aliança já havia sido empregada para combater o fascismo de Franco, assim ela só iria se tornar realidade após a experiência espanhola da guerra civil entre 1936 e 1939:

Se consultarmos os pronunciamentos dos principais dirigentes da IC no período que antecedeu o pacto germano-soviético de não-agressão, firmado em agosto de 1939, verificamos, por exemplo, que George Dimitrov, em novembro de 1936, defendia a formação de Frentes Populares congregando “todas as forças antifascistas” na “luta contra o fascismo e a guerra, pela democracia e a paz”, elogiava a experiência das Frentes Populares na França e na Espanha. (Prestes, 2001: 50)

Nesse contexto, segundo Rodrigues (1981), quase todos os dirigentes do período anterior a 1945 tiveram uma carreira rápida e atingiram importantes postos na hierarquia partidária ainda muito jovens. Raramente um membro do Partido tinha mais de 40 anos. Na análise das elevadas taxas de rotatividade da chefia do PCB, o autor diz que é preciso considerar outros elementos além da repressão policial. Nas condições brasileiras, o projeto político a que o PCB se atribuía tinha poucas compensações individuais, além de ser pouco rendoso politicamente. Não havia retribuições que compensassem o militantismo.

A análise sociológica de Rodrigues (1981) constata que a partir de 1930, aumenta a influência dos membros das classes médias nos organismos de direção do PCB:

O esquerdista típico do período anterior à Primeira Guerra Mundial era o operário imigrante anarquista. O esquerdista típico do período subsequente foi o jovem intelectualizado de família tradicional decadente dos Estados pobres. (Rodrigues, 1981: 385)

O trabalho de Rodrigues também conclui que houve uma reconversão das famílias tradicionais e decadentes do mundo agrário para o mundo urbano. Durante o período que isso aconteceu, o Estado desempenhou papel de principal empregador de militantes de esquerda.

A partir da segunda metade da década de 1940, a tradição trabalhista passou a fazer parte do universo comunista, “nesses anos, o PCB acabou se projetando de forma significativa quando realizou alianças com o trabalhismo e, em certa medida, quando foi anexado à perspectiva trabalhista” (Reis Filho, 1997:22-23). Além disso, o crescimento do PCB depois de 1945 atraiu numerosos intelectuais. Foi entre a intelligentsia que o Partido obteve maior influência, controlando numerosas revistas e publicações, assim, como entidades culturais. Já na década de 30, a cisão Trotskista provocara desdobramentos no PCB. Stálin defendia que era necessário assegurar, primeiro, a consolidação do socialismo na Rússia para, em seguida, ajudar os demais povos a se libertar do capitalismo. Para Trotski, esse “socialismo em um só país” era uma traição às idéias de Marx. Em sua obra “A Revolução Permanente”, de 1930, Trotski defendeu a tese de uma permanente ação revolucionária em escala internacional. “O socialismo russo só se consolidaria na medida em que realizasse a proposta política lançada pelo autor do Manifesto Comunista: “Proletários do mundo, uni-vos!” A revolução era internacionalista por natureza.” (Betto, 2005: 25).

A dissidência do PC estruturou-se em agosto de 1933, quando Trotski fundou, em Paris, a Liga Comunista Internacional. Dentro desse quadro, a direção do PCB, na figura de Prestes sentiu que a principal dissidência ocorria em São Paulo. Mandou para lá um de seus principais quadros, Carlos Marighella. Ele foi enviado da Bahia para São Paulo para conter essa dissidência Trotskista, tarefa na qual teve sucesso. O Comitê Central incumbiu Marighella da tarefa de editar a Revista Problemas, para assegurar a ortodoxia stalinista que então se vê ameaçada (Betto, 2005).

As circunstâncias da guerra, que aliaram os EUA e a URSS contra inimigos comuns criaram condições para a legalização do PCB. Seus militantes candidataram-se às eleições da Assembléia Nacional Constituinte. Nas eleições para presidente, senador e deputado federal em dezembro de 1945 o partido elegeu 14 deputados e um senador. Nas eleições de janeiro de 1947, onde se disputariam os cargos para governador do Estado, senador, suplente de senador de 1945 e deputado estadual, o PCB novamente se fez presente. Com o retorno do governo democrático em 1945, a abertura à participação política se mostra uma oportunidade estratégica para a atuação dos partidos. O PCB contou então com aproximadamente 4000 membros, porém, um ano na legalidade proporcionou ao Partido uma expansão considerável, passou a ter 200.000 membros

(Peralva, 1960). Este número é muito maior do que os 50.000 filiados apontados na obra de Leôncio Basbaum (1976).

Em fevereiro de 1956, o relatório Krushev foi divulgado no XX Congresso do PCUS. Só em outubro de 1956 o Comitê Central Brasileiro decidiu abrir o debate sobre a questão. A forma de conduzir a discussão gerou uma luta interna no Partido:

(...) a discussão ampla e aberta foi defendida por jornalistas como Osvaldo Peralva, e ex-militares como Agildo Barata. Eram chamados de “abridistas”. Os “fechadistas” insistiam em manter a questão restrita à cúpula do PCB, ocupada por homens como Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Luiz Teles, Diógenes Arruda Câmara e Carlos Marighella. (Betto, 2005: 32)

As teses defendidas pelo PCUS, de transição pacífica para o socialismo e de coexistência pacífica com as potências imperialistas foram aprovadas pela Comissão Executiva do PCB em 1957. O Partido Comunista Chinês não seguiu o mesmo rumo. Não admitindo mais a ingerência soviética em seus negócios internos, rompeu com a URSS. Esse conflito ideológico semeou uma crise que se iniciou no V Congresso do PCB em agosto de 1960. Soma-se a isso as consequências do relatório Krushev de 1956 que ainda não havia sido discutido abertamente. A partir desse congresso, o PCB passou a defender, em lugar de uma “frente democrática de libertação nacional” uma “Frente única nacionalista e democrática”, abrangendo “a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais”. O proletariado deveria ter o papel dirigente.

Daniel Aarão Reis Filho (1990) aponta que de 1958 em diante os comunistas descobriram amplas e novas oportunidades para o desenvolvimento do país, abandonando a ótica que via uma situação crítica, explosiva e catastrófica. O autor comenta que o PCB passou a perceber divisões e brechas nas elites, o que permitiu imaginar a hipótese de atrair o setor dirigente, a burguesia nacional, para uma frente única. Por isso, ele conclui “que o recurso à força abriu espaço para lutas eleitorais, a valorização das instituições políticas existentes e a via pacífica para a transformação da sociedade brasileira” (1990: 23). Esse novo posicionamento do partido foi divulgado através da declaração de março de 1958. As novas diretrizes do PCB foram recebidas com descontentamento pelos militantes mais esquerdistas:

O PCB lançava novo Manifesto, onde, apesar de caracterizar corretamente o imperialismo e sua ação nefasta ao país, dava uma guinada à direita, em relação ao manifesto de 1950, assumindo uma posição “nacionalista” e “democrática” e, pela primeira vez, aceitando oficialmente a tese do “caminho pacífico da revolução brasileira”. (Pacheco, 1984: 217)

Segundo Prestes (2008), a declaração de março de 1958 teve reflexo sobre toda política de alianças durante o início da década de 1960, principalmente no movimento estudantil, onde o PCB uniu forças com setores da esquerda católica:

(...) a orientação política nesse período vinha da declaração de março de 1958. É uma política que hoje... na época eu achava correta, era muito jovem e tinha chegado da União Soviética, eu estava há muitos anos na União Soviética, estava me entrosando, conhecendo o Brasil, então achava a política correta, mas hoje eu tenho uma visão muito crítica e meu pai, na época, já tinha uma visão muito crítica dessa política. Não era pelo tipo de aliança, o problema é que essa resolução de 1958 ainda se enquadrava naquela visão de que existia uma burguesia nacional progressista e que era possível fazer uma aliança com ela para desenvolver o capitalismo autônomo no Brasil. Então isso era uma visão totalmente errônea porque, na verdade, o capitalismo no Brasil estava se desenvolvendo muito bem sem precisar de revolução nacional democrática, nem de colaboração dos comunistas. Mas isso não se percebia na época, era muito forte a influência da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil junto às esquerdas e junto ao PCB. O PCB, nesse período, não conseguiu articular corretamente a luta contra o imperialismo, pela reforma agrária – na época ainda se falava em heranças feudais, o que não está correto – enfim, com a luta pelo socialismo. Então deixava-se o socialismo, não se preparava os setores sobre os quais tinha influência para isso e ia-se a reboque dessas concepções nacional-desenvolvimentistas. A declaração de 58 é isso, a luta pelo governo nacionalista e democrático em que o fundamental é o desenvolvimento do capitalismo autônomo no Brasil. (Entrevista com Anita Leocadia Prestes, 2008)

Com a declaração, o PCB se propunha a ter uma coexistência pacífica com o capitalismo, aceitando-o como etapa da construção do desenvolvimento nacional. Em 1961, durante a Conferência Nacional do PCB a direção obteve permissão para mudar o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro com a intenção de facilitar o registro eleitoral para o caso de um retorno à legalidade. Isso era um reflexo da avaliação de uma conjuntura política favorável à esquerda brasileira, mas que também causou discórdia entre os dissidentes maoístas:

Aos olhos dos dissidentes maoístas, essa mudança simbolizava o abandono das autênticas posições proletárias e revolucionárias. Convocaram a Conferência Nacional Extraordinária e, em fevereiro de 1962 romperam com o Partido Comunista Brasileiro e prosseguiram organizados no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (Betto, 2005: 33)

Segundo Rodrigues (1981), o V Congresso introduziu duas inovações importantes para a atuação posterior do Partido: a primeira delas era a de que era possível alcançar as reformas populares no regime político vigente em 1960 e que a revolução poderia ocorrer por uma via pacífica, embora não se descartasse a possibilidade de conflito armado. O Partido colocava destaque à ação legal, tentando influir no Legislativo para a obtenção de reformas graduais com mudanças na Constituição de 1946 (Rodrigues, 1981). Daí surge a conclusão que, embora o termo não fosse utilizado, o PCB optava, assim, por uma linha reformista, procurando utilizar e ampliar as possibilidades de atuação legal dentro do sistema constitucional. Nas eleições de 1960, o PCB apoiou as candidaturas do general Lott, para a presidência, e de João Goulart, para a vice-presidência. Após a renúncia de Jânio, em 1961, o Partido apoiou resolutamente João Goulart para a presidência e forneceu, mais tarde a base de sustentação sindical para o governo. No entanto, como em outros estados, o PCB no Rio Grande do Sul foi perturbado por tendências divisionistas (Chilcote, 1982). A presença de João Amazonas no estado e sua permanência após sua expulsão do partido trouxe a discussão sobre a necessidade ou não de luta armada. A dúvida quanto à forma de ação política foi longamente discutida:

Eram evidentes também as divergências entre os membros do comitê executivo regional do partido. Após o golpe militar de 1964, o Comitê Regional do Rio Grande do Sul começou a defender, cautelosamente, a luta armada revolucionária como “uma forma de luta de massas”. (Chilcote, 1982: 263)

A análise sociológica do PCB feita por Rodrigues (1981), diz que o Partido surgiu como um pequeno grupo onde predominavam os elementos de origem popular, principalmente artesãos e trabalhadores qualificados vindos do anarquismo e não da social-democracia. A grande expansão do Partido ocorreu em meados da década de 1930 e coincidiu com adoção de uma plataforma nacionalista dirigida para as “classes médias”. Nesse período o PCB “cresceu para cima”, obtendo a adesão de muitos intelectuais, profissionais liberais e militares dos grandes centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro. De 1945 a 1947, os dados sócio-econômicos e a descrição das atividades dos dirigentes do PCB apontam que quase todos haviam nascido no Norte ou Nordeste, num total de 16 dirigentes, todos eram homens, metade tinha cursado apenas o primário, dois alcançaram o secundário, três cursaram escola militar e três a universidade (Chilcote, 1982). A partir de 1945, o PCB passou a atrair

intelectuais renomados o que lhe proporcionou maior visibilidade principalmente durante o curto período de legalidade entre 1946 e 1947 onde chegou a ter 10% dos votos na eleição para presidente. Sobre o período 1961-1964, Chilcote (1982) afirma que de 74 dirigentes sobre os quais conseguiu informação, 70 eram homens, 4 mulheres; 24 haviam nascido em São Paulo, oito em Pernambuco, seis no Rio Grande do Sul, cinco na Bahia e quatro na Guanabara. Metade da amostra tinha cursado o primário, 31% cursaram o secundário, 4 % escolas militares e 15% fizeram universidade.

Distribuição sócio-econômica dos militantes e dirigentes do PCB

Direção Nacional	Camponeses	Operários	Intelectuais	Outros Burgueses*
1922	Muito fraca	Muito forte	Fraca	Fraca
1934-36	Muito fraca	Média	Média	Média
1945-47	Muito fraca	Média	Média	Forte
1961-64	Fraca	Média a forte	fraca	Forte
Militância Nacional				
1970	Muito fraca	Média a fraca	Média a fraca	Média

*Estimativa sujeita a modificações. Estas categorias nem sempre são mutuamente exclusivas. A caracterização é feita com base numa escala de cinco termos: muito fraca, fraca, média, forte e muito forte. A classificação se relaciona aos números e à importância dentro do partido, não à proporção numérica relativa à classe na sociedade. (Fonte: Chilcote, 1982:196)

Durante a década de 1950 e início da década de 1960, a militância do Partido Comunista Brasileiro concentrava-se prioritariamente nas zonas urbanas, embora tivesse no interior militantes importantes. Segundo as entrevistas realizadas pelo presente trabalho, a totalidade de militantes comunistas vindos de cidades do interior do Rio Grande do Sul teve no decorrer de sua formação escolar primária ou ginasial a presença marcante de um professor comunista ou de uma figura em suas cidades natais conhecida e sabidamente marcada como comunista. Esses professores, ou simplesmente militantes foram descritos como indivíduos extremamente cultos e carismáticos.

2.2 A dinâmica do pensamento católico no Brasil

Em vista da amplitude e da antiguidade do pensamento católico no mundo, este trabalho apenas apresentará uma breve reflexão das principais correntes que tiveram maior influência no Brasil. Segundo Villaça (1975) pode-se dizer que houve duas grandes fases da história “espiritual” no Brasil, a escolástica ou portuguesa e a francesa. A fase portuguesa abrangeu a chegada dos jesuítas na metade do século XVI até sua expulsão em 1759 (Villaça, 1975). Com a expulsão dos jesuítas, a Igreja passou a ser regida pela pluralidade ideológica, tendo lugar várias correntes de pensamento.

Em Portugal, a reforma pombalina atingiu a universidade de Coimbra – que formava grande parte da elite brasileira – introduzindo o laicismo e formas incipientes de enciclopedismo (Villaça, 1975). Pelo enciclopedismo, começou a fase francesa do pensamento católico no Brasil. Villaça afirma que não houve pensamento católico no Brasil ao longo dos dois séculos de influência escolástica, nem durante a influência francesa até praticamente o final do século XIX. O autor aponta a Questão Religiosa da década de 1870 e a figura de Dom Vital como ponto de virada na história do pensamento católico brasileiro. Segundo ele, o conflito entre a Igreja Católica e a Maçonaria foi a primeira afirmação antipombalina da “história espiritual do Brasil”. De acordo com Trindade (1979), na metade final do século XIX, a intelectualidade se descristianizou, enquanto o povo manteve o sentimento religioso tradicional: “O positivismo, o naturalismo e o ceticismo dominam. A geração de 1870 é profundamente influenciada pela laicização da inteligência”(1979: 30).

Embora no final do Império o único intelectual a se declarar católico militante fosse Carlos Laet, segundo Villaça (1975), quem primeiro representou a renovação católica no país foi Júlio Maria de Moraes Carneiro por ter uma postura de militante católico diferente de outros convertidos como Joaquim Nabuco e Felício dos Santos. Carneiro foi o primeiro a ter uma postura que admitisse a separação da Igreja e do Estado, “do Altar e do Trono”, e a pregar a popularização da Igreja (Villaça, 1975; Trindade, 1979). A proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891 puseram fim à capacidade de a Igreja influenciar diretamente a política. Os

novos pensadores que surgiriam a partir dali eram indivíduos que viam o povo como o alvo principal de suas ideias. A sobrevivência da instituição estava ligada a sua popularização. O próprio Carlos Laet defenderia em 1925 a constituição de um partido católico que respondesse à necessidade de os católicos terem um papel político maior na república: “Somos nós os católicos, a maior parte da nação. Estamos cansados de viver de favores. Queremos o nosso lugar ao sol, na democracia brasileira.” (Rodrigues, 1981: 106). Mais tarde essa vontade se desdobraria na Liga Eleitoral Católica (LEC), criada por Dom Leme e Alceu Amoroso Lima em 1932. A LEC seria uma instituição que teria o papel de vigiar os partidos políticos ao se pronunciar sobre os candidatos nos momentos de eleição (Gómez de Souza, 1984).

Júlio Maria de Moraes Carneiro morreu em 1916. Logo após surgiu a figura de Jackson de Figueiredo, um agitador representando a “fase política ou de preocupações absorventemente políticas. O bernardismo. A oposição sistemática às revoluções precursoras da Revolução de 1930. A pregação da ordem contra a desordem” (Villaça, 1975:13). Ele fora um representante categórico da reação antiliberal. Em sua obra, se expressam o catolicismo, a contra-revolução, a ordem e o nacionalismo (Trindade, 1979), tendo sido fortemente influenciado por Farias de Brito principalmente no sentido espiritual. Em 1921, juntamente com o Arcebispo Dom Sebastião Leme ajudou a fundar a revista “A Ordem” e em 1922 o Centro D. Vital. Os escritos de Jackson de Figueiredo e D. Sebastião Leme carregavam a mensagem antiliberal que então começava a se fortalecer principalmente na Europa. A revista e o centro procuraram combater o liberalismo político, mobilizar as elites e estabelecer um diálogo entre o catolicismo e a cultura brasileira (Monteiro, 2006). Trindade considera 1922 um ano crítico para a transição da sociedade brasileira:

Nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contêm, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana da Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à Revista *A Ordem*, de orientação católica, prenuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana. (Trindade, 1979:7)

Nesse cenário, Jackson de Figueiredo conseguiu reunir um grupo de intelectuais em torno do Centro D. Vital dentre os quais destacou-se o crítico literário

Alceu Amoroso Lima. Amoroso Lima converteu-se em 1928, meses antes da morte prematura de Figueiredo e foi fortemente influenciado por Jacques Maritain e por seu *humanismo integral* (Villaça, 1975). Amoroso Lima transformou o movimento católico em um movimento de cultura. Foi adepto da liberdade contra o autoritarismo e, antes de tudo, quis dar um sentido, um “fim” religioso à vida, colocando o projeto católico no centro, como um guia moral. Ele escreveu muito sobre economia, além de reflexões sobre a doutrina católica e interpretações críticas dos papados. Falava sobre o sacralismo crescente e sobre o crescente economicismo, segundo Villaça, “seu apostolado se desenvolveu sobre uma tríplice ideal: universalidade, liberdade e paz” (1975: 113). Durante a Segunda Guerra Mundial, apoiou a democracia e refutou o nazismo e o fascismo. Foi principalmente através da interpretação da Amoroso Lima que Maritain passou a exercer influência na renovação cultural do catolicismo brasileiro a partir do final da década de 1950 (Villaça, 1975).

Segundo Gómez de Souza (1984), durante o Estado Novo não houve tensões entre a Igreja e o Estado. Para o autor, isso ocorreu em função da habilidade de D. Leme de tratar aspectos institucionais da Igreja com abertura à sociedade civil e política, mantendo diálogo com o governo ditatorial, tentando consolidar a AC e preparar leigos para figurarem entre os quadros dirigentes do país. Todo processo de renovação da Igreja que se deu a partir do final da década de 1930 ocorreu no sentido de aproximar-se das elites – a burguesia industrial e financeira emergentes e suas aliadas, as classes médias (Gómez de Souza, 1984). Assim, a reflexão filosófica de Jacques Maritain, que abria o pensamento católico às liberdades, à democracia e aos direitos humanos estabeleceu “uma ponte entre uma reflexão cristã e a sensibilidade liberal dos novos tempos”(Gómez de Souza, 1984:62). Gómez de Souza diz que a Igreja passou a se interessar pelo mundo da cultura, tentando recristianizá-lo reintroduzindo valores cristãos na sociedade, “sobretudo como um mundo de normas, ideias e valores.”(1984:62). Por isso o autor afirma que é desse modo que a JUC inicialmente começa a tratar dos problemas culturais para mais tarde descobrir a “questão social” e depois o compromisso político.

Em 1952 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) surgiu como um dos primeiros lugares de experimentação do trabalho comum dos episcopados nacionais, “prática antecipada da colegialidade, da qual falará dez anos mais tarde o

Concílio Vaticano II” (Gómez de Souza, 1984: 63). Dessa forma, a CNBB tornou possível a elaboração de planos pastorais nacionais embora, a partir de 1961, tenha entrado em conflito com a JUC por causa de sua radicalização. De modo geral, foi uma instituição importante capaz de amparar as mudanças que se sentiam na sociedade:

A CNBB, sobretudo através de seu hábil secretário-geral (D. Hélder Pessoa, Cardeal Câmara, 1952-1964) prosseguirá o diálogo Igreja-Estado que D. Leme começara com Getúlio, no início do “pacto populista”. Ao mesmo tempo surgem as primeiras manifestações de setores da Igreja a favor de reformas sociais. Já em 1950 o bispo de Campanha, muito ligado à Juventude Agrária Católica (JAC), escrevia em carta-pastoral: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. E em torno desse tema começam as manifestações da Igreja institucional”(Gómez de Souza, 1984: 64-65).

Löwy (2000) tenta explicar como a percepção de mudanças políticas e sociais se refletiu na estruturação da esquerda cristã – que deu origem ao cristianismo de libertação, portanto, um ramo mais ligado à Igreja do que a AP (como será visto adiante) e que se orientava pelo ideal de “ver, julgar e agir”. O autor diz que existiam mais comunidades eclesiais de base no Brasil do que no restante do continente. Segundo Löwy em nenhum outro país aconteceu que a maioria da Conferência Episcopal manifestasse, de maneira prudente, sua simpatia pela teologia da libertação. O autor ressalta a importância da ligação privilegiada entre a Igreja Católica francesa e a brasileira:

Ao passo que no restante da América Latina as igrejas locais dependiam da igreja espanhola e da italiana, a do Brasil, que não pode receber uma ajuda suficiente de Portugal, ligou-se progressivamente, a partir do século XIX, à igreja francesa. Ora, desde o final do século XIX a França é um país onde se desenvolve, dentro do catolicismo, uma corrente crítica, anticapitalista, atraída pelo socialismo, que vai de Charles Péguy à CFDT dos anos 60, passando por Emmanuel Mounier, pelos Cristãos Revolucionários da Frente Popular, pelo “Testemunho Cristão”, pela revista Esprit, pela JEC e a JUC, etc. Na década de 1950, há uma grande efervescência na igreja francesa, que vê surgirem as correntes teológicas que levam ao Vaticano II (Henri de Lubac, Yves Congar, Christian Duquoc), bem como outras tendências como sensibilidade social, como os padres operários ou “Economia e Humanismo”. Nada comparável (salvo exceções) ocorreu na Espanha ou Itália. Por isso não é de se admirar que a igreja latino-americana mais próxima do catolicismo francês seja também a que chegou à maior abertura e radicalização”(Löwy, 2000: 230-231)

O clima de debate ideológico do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 contagiou a Igreja, segundo Arantes e Lima (1984) surgiram em seu interior duas tendências. Uma progressista que contava entre os bispos com Hélder Câmara, Antônio

Fragoso e Vicente Távora; entre os padres, com Francisco Lage, Alípio de Freitas, Frei Carlos Josaphat, Almerly e Sena, assistentes da JUC de Recife, José Luiz e D. Jerônimo, assistente e colaborador da JUC da Bahia, Pereira, assistente de Goiás, Henrique Lima Vaz, colaborador da JUC, e Frei Romeu Dale, assistente nacional (Arantes; Lima, 1984). Alguns desses padres haviam estudado na Europa e sofrido influência da teologia francesa:

(...)a Ação Católica e a JUC eram guiadas por “um grupo jovem muito progressista de membros do clero, cuja maioria fora educada na Europa. Esse grupo incluiu figuras como o Padre Henrique de Lima Vaz, o Padre Luiz Sena, o Padre Almerly Bezerra, os religiosos Carlos Josaphat e Matheus Rocha e o francês Thomas Cardonnel. Eles eram os padres mais ativos e avançados do Brasil nesse momento. Graças a eles as linhas avançadas da teologia européia, sobretudo francesa ligada aos nomes de Louis Joseph Lebret, Emmanuel Mounier, M. D. Chenu, Henry Lubac, etc., foram introduzidas no movimento. (Löwy, 2000: 231-232)

A outra tendência de extrema-direita, segundo Arantes e Lima (1984) se organizou em torno da Tradição, Família e Propriedade (TFP) para combater as reformas de base e, principalmente, a reforma agrária. Uma tendência mais moderada de direita, seguem os autores, era composta pelo cardeal Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, pelo Cardeal Silva, da Bahia, pelo Cardeal Vicente Scherer, do Rio Grande do Sul entre outros (Arantes; Lima, 1984).

A tendência progressista absorvera dos filósofos franceses grande parte do que depois tornou-se doutrina nos círculos de discussão da JUC, JEC, JOC, JAC, etc. Essa influência, segundo Löwy (2000), não explica a radicalização que sofreu o catolicismo brasileiro:

Como destacava o eminente sociólogo da cultura Lucien Goldmann, a influência não explica nada. Pelo contrário, ela própria deve ser explicada por certas condições sociais e históricas que determinam uma escolha. Os brasileiros, assim por dizer, “escolheram” suas fontes, selecionaram suas referências ao se interessarem preferencialmente pelas manifestações mais radicais e muitas vezes “heterodoxas” do catolicismo francês. Todo movimento social e cultural “inventa” de certo modo suas fontes, sua origem, seus profetas e inspiradores e os reinterpreta em função de suas necessidades.(...) É claro que esses textos franceses foram lidos e discutidos apenas por uma vanguarda intelectual dentro do catolicismo brasileiro: os estudantes da JUC, (e seus assistentes religiosos), os dominicanos, alguns outros padres, religiosos e intelectuais leigos e um pequeno número de bispos. Mas esta vanguarda exercia – graças à Ação Católica, ao Movimento.(Löwy, 2000: 232-233)

No campo estudantil, os laços do setor de esquerda da JUC foram gradualmente sendo rompidos com a hierarquia da Igreja na medida em que o movimento ganhou autonomia e agilidade (Arantes; Lima, 1984). Na Igreja, a *práxis* desse período se refletiu mais tarde na teologia da libertação, setores da Igreja e movimentos religiosos laicos (JUC, JAC, JEC, JOC, etc., redes pastorais, comunidades eclesiais de base, clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses e de trabalhadores) se organizaram para formar um movimento bastante expressivo em grande parte da América Latina (Löwy, 2000).

2.3 As origens da Ação Popular no Brasil e no Rio Grande do Sul

Et voilà les bienfaits d'une éducation bourgeoise

Jean-Paul Sartre – Les Mains Sales

A Ação Popular surgiu no Brasil como um desmembramento do setor estudantil da Ação Católica (AC). Durante o pontificado de Pio XI (1922-1939), houve grande incentivo ao apostolado leigo mediante cartas e recomendações aos bispos de vários países. Pio XI fora cardeal de Milão e “pró-fascista notório” (Poulantzas, 1978). Foram também instituídas organizações com a finalidade especial de promover e articular sistematicamente o apostolado leigo. A esse conjunto dos movimentos dos leigos se deu o nome de Ação Católica (Sigrist, 1982). Antes de Pio XI, a expressão Ação Católica era usada para “designar genericamente o apostolado leigo, e todos os esforços desenvolvidos, neste campo, para a recristianização do indivíduo, da família e da sociedade” (Oliveira, 1943:21). Ação Católica com letras maiúsculas era o nome da nova organização, ação católica com minúsculas era toda atividade leiga anterior à fundação da AC (Oliveira, 1943). Dessa forma, Pio XI conferiu ao apostolado leigo um novo mandato “inequívoco e solene”, dando-lhe uma nova posição dentro da Igreja. No Brasil, essa organização se formou, inicialmente, com um caráter conservador. O maior precursor da Ação Católica no país foi Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro:

A AC foi criada no Brasil em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, sob o governo de Getúlio Vargas, com o qual conviveu bem. A base para

sua fundação foi o Centro D. Vital, inspirado pela *Action Française*. Fundado em 1922, o Centro aglutinava parte da intelectualidade católica conservadora e defendia um nacionalismo de direita. Sob direção de Jackson de Figueiredo, nos anos 20, apoiou os integralistas. (Ridenti, 1998:3)

Em 1923, Dom Sebastião Leme publicou o livro *Ação Catholica*, “contendo instruções para a organização e funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro” (Sigrist, 1982:15). Também no Rio de Janeiro, surgiu em 1930 a Ação Universitária Católica (AUC) lançada pelo centro D. Vital. Era a primeira tentativa de criar um movimento orgânico e sistemático de Ação Católica nos meios universitários (Sigrist, 1982). O movimento estendeu-se por capitais como Recife, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte.

Em 1935, a Igreja organizou a Ação Católica em ramos: Homens da Ação Católica, Liga feminina da Ação Católica, Juventude Católica Brasileira (masculina) e Juventude Feminina Brasileira (Sigrist, 1982). Isso era o reflexo da abertura da Igreja a uma visão um pouco mais crítica em relação à sociedade capitalista que ocorreu a partir de 1891, com a Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Nela, a Igreja criticava as condições de vida e de trabalho dos operários europeus. Já se vivia o desenvolvimento de uma segunda geração de técnicas industriais e a afirmação de movimentos operários na Europa e Estados Unidos (Beaud, 2001), a Igreja tentava acompanhar os novos tempos. No entanto, não se pode dizer que ela simpatizava com o socialismo. Embora apoiasse o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, a Encíclica rejeitava o socialismo ao defender o direito à propriedade privada. Com Pio XI, em um contexto de radicalização da política europeia no início dos anos de 1930, a Igreja tentou esgueirar-se entre as opções do fascismo, comunismo e liberalismo; e entre o capitalismo e o socialismo. Com a Ação Católica surgiu o mandato dos leigos: “A Hierarquia dá aos leigos um encargo análogo ao que o professor dá ao aluno repetidor”(Oliveira, 1943:22) e o recrutamento tinha na bíblia sua fundamentação: “Não introduzas em tua casa toda sorte de pessoas, porquanto são muitas as traições do doloso.”(Eclesiastes IX, 31-36 in Oliveira, 1943:22). Mesmo que visasse o recrutamento entre as elites, a AC buscava alcançar indiscriminadamente todas as camadas sociais: “O apostolado da AC deve dirigir-se indistintamente a todos os homens, por mais distantes que estejam da Igreja, procurando fazer chegar a todos o conhecimento da doutrina católica. (Oliveira, 1943:160)”. Segundo Oliveira, pretendia-se que a AC fosse simultaneamente um

movimento de massa e de elite, isto é, que se deveria admitir nela pessoas de uma formação muito pouco esmerada, que iriam sendo transformadas em elite. Esse autor chega até a mencionar um apostolado de infiltração que seria uma forma de proselitismo que consistia em colocar o apóstolo nos ambientes não católicos, “e ali trabalhar para a conquista das almas.” (1943:161).

Esse tipo de recrutamento marcou um primeiro momento da AC, quando ainda seguia diretrizes conservadoras e alinhadas ao pensamento católico expresso por intelectuais como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima (Monteiro, 2006). Cândido Moreira Rodrigues (2006) analisou a relação de Alceu Amoroso Lima com a obra de Jacques Maritain, que teorizava sobre humanismo integral e democracia cristã. Amoroso Lima passou de uma posição conservadora a uma posição mais democrática (Mainwaring, 2004) e se tornou o principal “intelectual, no campo laico, a representar e a defender os interesses da Igreja Católica e de um conjunto de movimentos e instituições de orientação católica.”(Rodrigues, 2006: 292). Em 1928, ele assumiu o Centro Dom Vital e passou a dar uma visão mais ambiciosa ao movimento católico, percebendo sua importância em setores como o universitário. Assim, criou-se a Associação dos Universitários Católicos em 1929 e o Instituto Católico de Estudos Superiores em 1932 (Monteiro, 2006).

A Igreja sempre pregara distanciamento da política em seu aspecto formal. Obviamente ela deveria ser desligada de assuntos políticos, mas visivelmente não era o que acontecia. No entanto, pode-se notar a conscientização da Igreja para os problemas sociais brasileiros naquele momento:

Desde 1946 crescia na ACB (Ação Católica Brasileira) a consciência da especialização, para o estabelecimento de uma AC adequada aos problemas do Brasil. Quatro anos de experiência neste sentido foram suficientes para provar que a ACB precisava mudar. Os estatutos de 1946 não atendiam ao campo de ação” (Dale, 1962 in Sigrist, 1982:20)

A JUC acompanhou a linha de evolução do pensamento católico no Brasil⁹, mas no início da década de 1960 passou a enfrentar dilemas de como compor o engajamento com espiritualidade, como combater ideologias contrárias ao cristianismo e como agir dentro do movimento estudantil que vivia um momento de debates e

⁹ Ver descrição detalhada em “A JUC: Os estudantes católicos e a política”, de Luiz Alberto Gómez de Souza.

agitações (Sigrist, 1982). Nos anos de 1920 e 1930 a principal influência do pensamento católico combatente do liberalismo fora Jacques Maritain. No período pós-Segunda Guerra até a década de 1960, o personalismo de Emmanuel Mounier aceitou a política de mão estendida dos comunistas em função do combate contra o fascismo. Foi ele quem aproximou os cristãos do comunismo, embora considerasse o marxismo, na sua definição pontual do estatuto social e técnico do homem, uma filosofia grosseira. Ele dizia que havia um marxismo que era uma filosofia totalitária, que condicionava todas atividades espirituais como reflexo das circunstâncias econômicas, negligenciando os mistérios do homem e do ser, não visualizando outra face do homem que não fosse aquela que está em contato com a vida de se alimentar e se relacionar (D’astorg, 1985). Mounier criticava o marxismo pelo reducionismo que fazia do homem como simples *homo faber*. No entanto, compartilhava com os comunistas determinadas concepções acerca da sociedade capitalista: “ a raiva do egoísmo das classes abastadas e de seus aliados pequenos-burgueses, mesmo (ou talvez, sobretudo) quando elas se cobrem de certo liberalismo.” (D’astorg, 1985:98).

Mounier era cristão e sensível ao problema da miséria, mas, ao mesmo tempo, combatia o clericalismo. Ele não era a favor do comunismo, mas também não era anti-comunista, o que era um traço bastante recorrente nos ideais da esquerda católica que fundou a Ação Popular no início da década de 1960, principalmente no Rio Grande do Sul. Ele desenvolveu uma forma revolucionária de socialismo que era compatível com o espírito da doutrina católica em resposta às crises das décadas de 1930 e 1940. 3 tarde, teve a simpatia da hierarquia católica francesa apesar da atmosfera de intensificação da Guerra Fria. Um artigo de André Mandouze (in D’astorg, 1985) destaca três eixos de organização do personalismo:

O personalismo de Mounier faz com que ele pudesse ser tudo menos anticomunista. O personalismo de Mounier fez com que ele pudesse ser tudo menos pró-comunista, e menos ainda marxista. O personalismo de Mounier fez com que, visceralmente revoltado pelo mundo capitalista e existencialmente estrangeiro do mundo comunista, ele não visse outra solução além da invenção de uma terceira força. (D’astorg, 1985: 98)

A interpretação do cristianismo feita por Mounier, de o que ele chama “cristianismo total” é entender a natureza essencial da influência que os cristãos são convocados a exercer no curso da história (Hill, 1968). O seu trabalho pioneiro preparou o terreno para as mudanças do Segundo Conselho do Vaticano ao expor a base de uma

nova orientação política e social entre os cristãos; ao mesmo tempo, introduziu e reanimou a dimensão espiritual e pessoal do pensamento socialista (Hill, 1968).

Com as mudanças políticas do início da década de 1960, o Ideal Histórico passou a ser uma ideologia incapaz de resistir ao impacto da realidade histórica, os jucistas param de estudar Jacques Maritain, migraram para Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin. “o primeiro, pela dimensão cristã do seu “existencialismo”, frente a outros cristãos. O segundo, por apresentar uma alternativa cristã para uma visão “científica” da História, e, assim, fazer frente ao aspecto “científico” do materialismo dialético.” (Sigrist, 1982:24).

Dessa forma, a análise de Mounier sobre o indivíduo estabeleceu um caminho entre o marxismo e o existencialismo sartriano, desmistificando o espiritual, reavaliando o material e compondo uma terceira via do pensamento francês contemporâneo (Hill, 1968). A importância do pensamento de Mounier está no fato de que a juventude católica estava sendo formada de acordo com concepções mais progressistas em um contexto de ascensão de idéias revolucionárias na América Latina. Seus ideais permitiam que o cristão se sensibilizasse com os problemas sociais vividos no país e atuasse de acordo com os ideais humanistas ensinados tanto na JEC, quando na JOC e JUC (Flores, 2008).

2.4 Panorama Nacional da Juventude Católica

A Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica(JUC) foram criadas dentro da Juventude Católica Brasileira. Os estatutos da AC prescreviam que a JUC e Juventude Operária Católica (JOC) deveriam funcionar independentemente da JCB assim que fosse possível. Em 1950 foram oficialmente criadas a JUC, JOC, JEC, Juventude Agrária Católica (JAC), para o meio rural, e Juventude Independente Católica (JIC) para o meio independente (Sigrist, 1982).

Em Julho de 1960 aconteceu o Congresso comemorativo de 10 anos de JUC no Brasil. No Rio de Janeiro, os estudantes de esquerda começavam a se organizar dentro da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) sob a liderança de figuras como Aldo

Arantes e do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz. O Padre dava cobertura intelectual aos alunos, mas, segundo Arantes, também política: “no sentido de que ele, por exemplo, se empenhou na minha eleição para UNE, ele articulou certos segmentos.”(Entrevista com Aldo Arantes, 2002)

A JUC, na Universidade Católica do Rio de Janeiro, segundo Arantes (2008), era inicialmente dominada pela direita, o que fez com que ele e outros integrantes mais à esquerda se agrupassem em torno do Padre Lima Vaz. O Padre era professor na Faculdade de Filosofia da Companhia de Jesus em Nova Friburgo. Foi um dos principais ideólogos da Ação Popular e construiu uma análise crítica do marxismo. Quase concomitantemente com o congresso da JUC, se reuniram em Nova Friburgo, intelectuais e estudantes da PUC-RJ para tentar criar uma revista nos moldes da francesa *Esprit*:

A iniciativa não teve seguimento, mas os estudantes cariocas e o Pe. Vaz se reencontraram no Rio, em março de 1961, por ocasião de uma semana social na PUC, para a qual também foram convidados Cândido Mendes e Hélio Jaguaribe. O Diretório Central dos Estudantes da PUC, pelo jucista Aldo Arantes, aproveitou a ocasião para elaborar um Manifesto, publicado em junho. (Souza, 1984:175)

Apesar da tentativa frustrada de criar um veículo que servisse como um pilar que sustentasse um pensamento católico progressista, o encontro rendeu ao movimento jucista um manifesto. Esse Manifesto mencionava a aliança operário-estudantil e ressaltava a importância do estudante católico nos movimentos de cultura popular. Considerava que a mensagem cristã era a “revelação do próprio homem, sua história e seu fim”(DCE- PUC/RJ, 1962:3). O documento impelia os estudantes à ação, à reflexão e ao entendimento do cristão na sua participação do sentido da história. Foi mais tarde utilizado na gestão Ferraz/Hélgio da UEE. O Manifesto foi impresso e distribuído enquanto os estudantes faziam a caravana universitária da UNE/UEE volante. O instrumental encontrado no “Ideal Histórico” de Jacques Maritain e amparado pelas idéias de Mounier e do Padre Lebreton conduziam os estudantes cristãos a uma postura crítica diante da conjuntura que se apresentava: “Urge denunciar a propriedade capitalista e provocar o advento daquela “propriedade humana” diversificada de que fala E. Mounier. Situar a produção dos bens na linha de uma propriedade participada, em escala sempre mais vasta, por todo o corpo social”(DCE-PUC/RJ, 1962:7) Os católicos viam como pontos importantes a serem discutidos naquele momento:

- a- Discussão na Câmara dos Deputados do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde a oposição Escola Pública- Escola Particular “interessava profundamente” a Hierarquia da Igreja Católica.
 - b- “O Brasil estava vivendo uma época de exacerbado nacionalismo”, envolvendo os estudantes.
 - c- Acabava de se realizar, em Salvador, na Bahia, um Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária e Democratização do Ensino, “dominado, quase totalmente, por estudantes marxistas e comunistas” (...) “A maioria das reivindicações por ele proposta era profundamente aceitável, a não ser o combate sistemático à escola particular e de modo especial à escola confessional”
 - d- Alguns centros pareciam “estar encontrando uma pedagogia para dar concreta e organicamente aos militantes a dimensão social do catolicismo”.
 - e- A equipe nacional, tomando consciência mais viva “da importância e da urgência da ação política, achou que deveria estimular os seus dirigentes e militantes a uma ação sistemática e coordenada no plano da militância política estudantil desde que, para isso, se sentissem com gosto e aptidões.”
- (DALE, O. P. Romeu. JUC do Brasil, uma nova experiência de Ação Católica, documento não publicado. In SIGRIST, 1982:22)

Aldo Arantes iniciou sua participação no movimento estudantil através da JEC. Depois de ingressar na PUC do Rio de Janeiro, passou a integrar a Juventude Universitária Católica. Já em 1959 começou a organizar dentro da PUC junto com colegas como Cacá Diegues, o Grupão, um grupo de católicos e não-católicos, a esquerda da JUC (Arantes, 2002.). Em âmbito mais geral, o Grupão abarcava uma vertente nacionalista do movimento estudantil e o PCB. Nesse cenário, Arantes foi eleito presidente do DCE da PUC. Segundo Arantes, Padre Vaz teria contribuído para a elaboração do Manifesto do DCE da PUC que representaria as preliminares da fundação da Ação Popular. O documento levantava principalmente a questão da inserção política do católico. Em 1961, Arantes foi eleito presidente da UNE através de uma aliança com o PCB:

Eu sei que eu fui eleito para a UNE em julho de 61. Bom, o fato é o seguinte: o movimento de esquerda cresceu tremendamente na Universidade Católica, de uma hora para outra a Universidade Católica passou a ser o centro da polêmica no Rio de Janeiro, não é? E isso, evidentemente, projetou a minha liderança no Rio de Janeiro, projetou a UNE, fortaleceu tremendamente a UNE não, a Esquerda da JUC, não é? E em 60 a gente participa, quer dizer, no congresso da UNE de Belo Horizonte, onde o Betinho era a liderança maior da Esquerda da JUC até o momento, até candidato a presidente da UNE e termina em função, na época a gente tinha uma reunião, era uma espécie de convenção da maioria da UNE que era chamado na época de Conchavão. Então o Conchavão era hegemoneizado na época pelo Partidão e na realidade a JUC nessa época, a Esquerda da JUC já estava bastante forte, mas para não romper a unidade do Movimento Estudantil aceita a decisão do chamado Conchavão. (Entrevista com Aldo Arantes, 2002)

Segundo Arantes, a JUC tinha, na época, uma posição mais radical que o próprio PCB, o que aumentava a sintonia com os estudantes que sentiam o momento político propício à ascensão de movimentos populares (2002). A participação de Aldo Arantes na Campanha da Legalidade – ele foi até Porto Alegre onde uniu-se ao grupo que defendeu o direito de João Goulart assumir a presidência - rendeu mais tarde importantes recursos logísticos à UNE. Na Segunda UNE Volante, as passagens de avião foram conseguidas pela pressão do governador Leonel Brizola a Rubem Berta. A UNE Volante pôde viajar de graça por todo o Brasil pela Varig. Fato esse confirmado por diversos entrevistados.

O fortalecimento da UNE e do movimento estudantil estaria ligado, segundo Arantes ao crescimento geral desses movimentos populares. O momento histórico foi decisivo, mas a orientação política aproveitou aquele momento. O movimento estudantil mobilizou e fortaleceu sua liderança através da luta pela reforma universitária em um momento em que se começava a discutir as reformas de base (Arantes, 2002). Após a Legalidade, em que os estudantes tiveram uma forte participação, a luta que mais mobilizou esse setor foi pela reforma universitária. As reivindicações começaram em 1960 em uma greve contra o reitor da Universidade da Bahia (Arantes & Lima, 1984). Essa greve se estendeu por alguns meses e atingiu outros Estados. Então, a UNE realizou o I Seminário de Reforma Universitária em maio de 1961 em Salvador, na Bahia. Resultou desse encontro a “Declaração da Bahia”, que foi o primeiro documento elaborado no sentido de discutir os problemas das universidades brasileiras. Em março de 1962, foi realizado o II Seminário de Reforma Universitária em Curitiba, Paraná. A partir daí surgiu a reivindicação de um terço de participação dos estudantes nos órgãos colegiados expressa na “Carta do Paraná”. Os estudantes percebiam “o caráter arcaico e antidemocrático da universidade brasileira” (Arantes & Lima, 1984: 20) e começavam a se mobilizar em torno da necessidade de se modernizar o ensino superior no país.

Somado a isso, o ideal da Revolução Cubana influenciava a juventude militante de esquerda. A própria JUC tomou posições mais à esquerda, o que resultou em um confronto com a Igreja, principalmente quando a UNE, presidida por Aldo Arantes, filiou-se à União Internacional dos Estudantes, entidade que era dominada por comunistas. Nesse conflito, Aldo Arantes foi expulso da juventude católica. Ele relata a discussão que se criou naquele momento:

(...) a UNE realiza o seminário de reforma universitária e desencadeia a luta, se organiza com o CPC da UNE, e nesse ínterim tem um fato importante que no congresso que me elegeu, a UNE decidiu se filiar a União Internacional de Estudantes. Num determinado momento, eu sou chamado pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, que era o Dom Elder Câmara, na época bispo auxiliar, para me comunicar que o Vaticano tinha exigido do cardeal a minha expulsão de JUC. E como o Dom Elder era muito amigo nosso, eu disse “Olha, dom Elder, eu não aceito esse comunicado através do senhor, eu quero que o cardeal me informe isso”, nós então tivemos audiência com o cardeal, Dom Eugenio de Barros Câmara, ele informou e eu me lembro que nós tivemos uma discussão muito séria com toda a liderança que era de JUC na época, e eu mostrando para eles que aquilo era um absurdo, que era exatamente uma incompreensão dele a cerca do papel da ação do cristão na política, que essa era uma decisão democrática tomada coletivamente pela direção da entidade que na nossa opinião essa era a decisão que o Vaticano teria adotado, era uma decisão absolutamente absurda, antidemocrática, nós não concordávamos, etc. (Entrevista com Aldo Arantes, 2002)

O momento foi de grande mobilização, a UNE conseguiu angariar forças em todo o país para fazer a Greve do Terço em 1962. A greve durou quase 4 meses e paralisou 40 universidades em todo o país (Arantes & Lima, 1984). A ação concreta dos estudantes pela reforma universitária se iniciou ainda na gestão de Aldo Arantes, mediante a exigência de participação, com direito a veto, nos órgãos colegiados de administração da Universidade: Congregação, Conselho Universitário e Conselhos Técnicos. Essa participação era reivindicada na base de um terço, conforme decisão do Seminário de Curitiba em 1961. A greve tinha demandas praticamente utópicas e chegou ao fim sem atingir seus principais objetivos materiais.

É importante lembrar que fora do Grupão existia no movimento estudantil um movimento de direita, que tinha muitos militantes da JUC. Essa ala do movimento também tinha interesse na reforma universitária, porque percebia o momento como propício para a criação de uma nova ordem política, jurídica e econômica. Dessa forma o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), criado em 1961 por um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, procurou pressionar a aprovação de projetos de lei que garantissem os interesses da burguesia nacional e procurou voltar sua propaganda para os sindicatos e movimento estudantil (Sanfelice, 1986). Além disso, o Instituto fornecia análises da conjuntura tanto ao exército como a agências de inteligência do governo norte-americano. Documentos de 1963 relatam a vitória do presidencialismo no plebiscito como um fortalecimento dos poderes de Goulart. Também mapeiam os campos político, estudantil e sindical, alertando para a possível constituição de uma república sindicalista liderada por Goulart e que comportaria ações

como estatizações e vinculações políticas à área socialista (Dulles, Papers Relating to Brazil. Folder 8.4, n. 1/63, 15/01/1963). Mais tarde esses documentos foram úteis no mapeamento das ações clandestinas da AP durante o regime militar:

Embora a AP originalmente tivesse pontos de vista típicos de grupos de Ação Católica, sua natureza clandestina e sua organização em células promoveu um crescente radicalismo.(CIA, Brazil's restless Students, Special Report. 30 August 1968, LBJ Library, p.7)

Em 1960, no entanto, a JUC tentou colocar Herbert José de Souza, o Betinho, na presidência da UNE. Betinho era o principal articulador teórico da JUC e mais tarde na AP, o então estudante servia como um mediador entre o Padre Lima Vaz e o movimento (Castilho, 2010).

Junto ao Grupão, foi apresentada a candidatura de Betinho, mas decidiu-se alterar o critério de candidatura e Oliveiros Guanaes foi eleito presidente. O ano seguinte foi um momento de decisão e de ascensão da esquerda católica no movimento estudantil. A JUC enfrentou problemas em relação às diretrizes da Igreja de não poder lidar com política. Com a vitória de Aldo Arantes em 1961 à presidência da UNE, a Ação Popular saiu de seu estado embrionário. A AP iniciara com 3 candidatos: Vinícius Caldeira Brant de Minas Gerais, Paulo Mendes da Bahia e Aldo Arantes da Guanabara. Arantes conseguiu o apoio de toda bancada da Guanabara e do PC. Betinho analisou posteriormente a experiência dessa aliança em 1961:

Foi uma unidade que nasceu muito na base da cesariana. Mas, sem dúvida, foi uma experiência de unidade. Porque nós tínhamos as nossas diferenças, mas essas diferenças eram discutidas, debatidas dentro do movimento de esquerda. E eram divergências políticas. É importante que se diga que a diretoria do Aldo não nasceu de conchavo, não: ela nasceu de uma mobilização da bancada e de um desenvolvimento que a AP fez, apoiada ou não na JUC, nas bases do movimento estudantil. (Barcellos, 1994: 250-251).

O fator que mais salta aos olhos nesse contexto é a inspiração democrática do movimento. JUC, AP, PC, debatiam e conviviam democraticamente dentro da UNE. As críticas do PCB à AP eram relacionadas ao fato de os comunistas, inicialmente, não os diferenciarem dos grupos de JUC mais conservadores. Na verdade, a AP não era apenas a JUC socialista, segundo Betinho, havia naquele grupo militantes cristãos, outros que nunca haviam sido cristãos, católicos, e que indiscutivelmente mantinham a hegemonia do movimento universitário e secundarista (Barcellos, 1994).

Quando Vinícius Caldeira Brant chegou à presidência da UNE em 1962, não tinha tido até então grande envolvimento com militância estudantil, naquele momento, participava do movimento operário e do movimento camponês, mais precisamente em um braço urbano das Ligas Camponesas (Barcellos, 1994). A partir dos Congressos de Quitandinha (1962) e de Santo André (1963) foram estabelecidas normas para regular as eleições. Brant acabou como candidato único porque tinha apoio massivo da esquerda. Para Brant:

A AP foi criada em 1963, ao contrário do que dizem, em seu livro, o Aldo Arantes e o Haroldo Lima. Eles parecem achar que a AP sempre existiu e que é filha deles, da qual eles são herdeiros... mas voltemos a 1962. Existia também – e isso eu acho que era a maior parte dos estudantes – uma esquerda independente: pessoas que eram a favor das idéias progressistas, mas que não estavam afiliadas a qualquer grupo organizado. (Barcellos, 1994, P. 419)

Na metade do ano de 1963, José Serra, também membro da AP foi eleito presidente da UNE. No congresso de Santo André em que Serra fora eleito, Carlos Castilho, militante da AP que ocupava a presidência da Feurgs porque o presidente eleito havia saído de licença médica, ocupou a cadeira de vice-presidente de assuntos internacionais. Esse cargo era o que fazia toda a relação da UNE com a União Internacional de Estudantes (UIE) que era um reduto sabidamente comunista. Como católico e não-comunista, Castilho começou a ser chamado para mediar discussões em movimentos estudantis da Europa e África. Em Angola, por exemplo, havia duas uniões nacionais de estudantes, um movimento exilado de esquerda e um de direita dentro país. Por não ser comunista, Castilho foi chamado para mediar um início de conversação entre os dois grupos. Encontrou-se com os grupos em Gana e as negociações tiveram um encaminhamento positivo (Castilho, 2010). A UNE ficou internacionalmente conhecida por esse fato por ser tachada de não-comunista, mas com uma tendência progressista à esquerda o que enriqueceu os contatos da instituição com movimentos de estudantes da Europa.

Essa projeção da UNE foi freada com o golpe de 1964. Independentemente do momento em que foi criada de fato a Ação Popular, é necessário destacar que tanto ela como o próprio PCB se tornaram ancoradouros para estudantes e militantes que simpatizavam com as ideias reformistas então em voga. Mais importante que sua posição de núcleo formador de conceitos foi o fato de estarem abertos aos

“independentes“ em um permanente estado de discussão sobre a conjuntura política, econômica e social.

3. A Frente Única no Movimento Estudantil Gaúcho

*À força de querer procurar as origens nos tornamos caranguejo.
O historiador olha para trás e acaba por acreditar para trás. (Nietzsche)*

Mais do que qualquer outra coisa, a frente única entre PCB e AP no movimento estudantil gaúcho no início da década de 1960 se construiu em cima de elementos intelectuais comuns entre os dois grupos e de uma concepção da conjuntura praticamente idêntica. Esse capítulo pretende explorar a visão de mundo, as aspirações e as sensações dos estudantes do movimento universitário gaúcho que formaram a frente única entre PCB e AP nos diretórios, centros e uniões estudantis no período de 1961 a 1964. Carlo Ginzburg (2007) diz que o importante da história não é saber os fatos concretos, que muitas vezes são inventados, mas saber o que se pensava, e como se pensava no período em que se estuda. Não é uma história feita de fatos, mas de traços, de ideias que talvez nos aproximem mais da realidade do que os relatos ditos concretos.

A frente única foi um acordo tácito entre lideranças da AP e PCB na orientação do movimento estudantil gaúcho. Se não há nenhuma documentação que comprove uma união formal, há depoimentos de militantes destacando o permanente contato, diálogo e apoio mútuo, embora com uma permanente desconfiança, como afirma o militante da AP, Carlos Castilho:

(...) que eu me lembro era meio baseado na desconfiança. A gente percebia que o pessoal do PC era muito burocratizado e que o nosso objetivo era a aproximação do movimento estudantil com as bases. Foi isso que garantiu a eleição do Ferraz depois do Ernildo. Aí deixou de haver a desconfiança para haver uma aliança que não era aliança – uma aliança porque nenhum dos dois

achava ininteressante o confronto, o grupo da AP não se propunha um anticomunismo rasteiro. Então o pessoal do PC passou a nos ver como uma espécie de aliado conjuntural. Eles sabiam que nós queríamos avançar sobre os núcleos deles, da mesma forma que eles queriam avançar sobre os nossos. (Entrevista com Carlos Castilho, 2010)

O conteúdo programático dessa frente variava com o interesse de ambas as partes, mas de maneira geral, seguia as diretrizes discutidas nos em fóruns nacionais como os encontros da UNE do final da década de 1950 e início de 1960. Em maio de 1961, essas diretrizes foram organizadas na Declaração da Bahia. Esse documento foi o resultado intelectual do I Seminário Nacional de Reforma Universitária organizado pela União Nacional dos Estudantes em Salvador. Seu conteúdo expressava a necessidade de reformas sociais, políticas e econômicas e a promoção do desenvolvimento. As diretrizes abordavam aspectos práticos da conjuntura, dando atenção para a reforma agrária, a eliminação das disparidades regionais e a “promoção da classe operária”:

I-Promoção do desenvolvimento, entendido como reformulação da estrutura socioeconômica do País, tendo como conteúdo, no setor econômico : a) criação de sólida infra-estrutura de indústrias básicas; b) desenvolvimento do sistema de transportes;c) uma reforma agrária que possibilite o desenvolvimento diversificado da produção agrícola; d)eliminação imprescindível das disparidades regionais. II- Colocamos na base deste desenvolvimento a “promoção das classes operárias”, tanto urbana, quanto rural. Para isto, é indispensável superarmos a estrutura econômica liberal-burguesa e elaborarmos um sistema onde a economia anárquica do lucro seja substituída por uma economia planificada que vise: a) a satisfação das necessidades do povo, oferecendo-lhe padrões de vida mais humanos; b)a eliminação da exploração do trabalho humano pelo capital particular e pelo Estado oligárquico e classista; c)a superação da condição proletária, enquanto por este nome se entenda aquele grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho em troca de uma salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo; d) a socialização dos setores fundamentais da economia, que geram a alienação do proletariado (rede bancária, indústria de base etc.) (Declaração da Bahia, UNE, 1961. p.9)

O documento fazia uma análise pontual da política nacional, da política internacional brasileira, do setor educacional e do setor operário-camponês concluindo com uma série de diretrizes a ser seguida pelo movimento estudantil¹⁰. Nessa

¹⁰ Na política Internacional: 1. Reatamento comercial, cultural e diplomático com todos os povos do mundo. 2. Posição efetiva de neutralismo, diante dos dois blocos internacionais, cerrando fileiras com os países que defendem a mesma política, atuando no sentido de harmonia entre os povos. 3. Autodeterminação dos povos, na sua mais plena acepção, condenando qualquer forma de agressão econômica, política ou armada. 4. Anticolonialismo e antiimperialismo, em todos os seus aspectos. 5. Repúdio a todas as formas de ditadura. 6. Independência econômica e política do Brasil.

perspectiva, os estudantes traçaram no I Seminário de Reforma Universitária um ideal de revolução a ser perseguido, na qual o povo teria uma tomada de consciência no sentido de uma mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada, para outra em que estivessem eliminadas a injustiça, as desigualdades, as explorações e as competições. Para atingir esse objetivo, os estudantes deveriam “tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação política concreta ao lado dos operários e dos camponeses por uma revolução brasileira.”(Declaração da Bahia, UNE, 1961. p.16). As proposições para a reforma da universidade clamavam por maior autonomia administrativa e didática das faculdades¹¹ além de reivindicar bolsas de estudos,

Na política nacional: 1. Extensão do direito de voto aos analfabetos. 2. Condenação do regime capitalista, causador de nossa situação de dependência econômica em relação aos Estados Unidos da América do Norte. 3. Uma reforma agrária efetiva, com assistência técnica e planificação, atendendo às necessidades dos camponeses. 4. Mudança de toda estrutura sociopolítica vigente.

Setor educacional: 1. Rejeição total do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente em tramitação no Senado. 2. Aumento das verbas destinadas à educação. 3. Necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação diferente do atual projeto, que venha atender concretamente às exigências e necessidades do povo brasileiro, aproveitando-se dos estudos efetuados por entidades estudantis, por professores e técnicos. 4. Erradicação do analfabetismo. 5. Formação da consciência política do povo brasileiro.

Setor operário-camponês: 1. Participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o nosso desenvolvimento. 2. Criação de condições, pelo Governo, para o completo desenvolvimento das organizações proletárias, tais como: ligas camponesas, unidade do movimento operário em uma confederação etc. 3. Ausência de qualquer tipo de coação política, econômica e, principalmente, policial, sobre o movimento operário-camponês. 4. Busca de formas de organização que reúnam os elementos dinâmicos da nação: operários, camponeses, estudantes, numa luta comum pelas reivindicações da classe proletária e visando à transformação da estrutura social vigente. (Declaração da Bahia, UNE, 1961, p.14-15)

¹¹ O I SNRU conclui: a) pela participação dos discentes, docentes e profissionais com direito a voz e voto, em todos os órgãos técnico-administrativos da Universidade, assim como nas Comissões e Departamentos a serem criados; b) pela necessidade de se manter, nesta distribuição, as percentagens de 40% do total para membros do corpo docente, 40% para o corpo discente e 20 % para representantes dos profissionais. Somente um critério semelhante será capaz de assegurar a organicidade, harmonia e democracia que devem reinar no governo da comunidade universitária; c) pela necessidade de se objetivar um crédito de escolha que selecione os elementos mais representativos de cada grupo. Os representantes dos estudantes e dos profissionais devem ser indicados por seus órgãos de classe. Os profissionais devem ser escolhidos entre os egressos das Faculdades ou Universidades onde se fariam representantes e não exerceriam cargos docentes.

Conclui mais:

1- Quanto à autonomia administrativa: a) A escolha dos membros que compõem a cúpula administrativa deve ser feita democraticamente pelos próprios membros da comunidade universitária, cabendo à autoridade governamental apenas a nomeação. b) A Universidade terá o poder de mudar os seus Estatutos, cabendo ao Poder Federal apenas a formulação de uma série de princípios mínimos a serem estabelecidos na Legislação Específica ou na Constituição.

2- quanto à autonomia Didática: a) Terá a Universidade poder de criar ou suprimir matérias de currículo, salvaguardadas algumas consideradas por lei como definidoras do curso. b) Terão maior autonomia os próprios Institutos componentes da Universidade, de modo que possam modificar currículos e programas, experimentar novos métodos de ensino, reformar Estatutos e Regimentos, modificar sistemas de ingressos e aprovação. (Declaração da Bahia, UNE, 1961, p.28-29)

restaurantes, habitação, assistência médico-odontológica-farmacêutica, assistência social, cooperativa de livros e material técnico, bibliotecas, trabalho remunerado na própria universidade, concessão de crédito ao estudante através da criação de um fundo especial ou abertura de carteiras de crédito nos bancos existentes (Declaração da Bahia, UNE, 1961). Os estudantes gaúchos se reuniram em torno dessas ideias. A Universidade Federal já tinha alcançado alguns desses objetivos como assistência médico-odontológica aos alunos, restaurante universitário e habitação, ainda que de forma restrita. No entanto, no Rio Grande do Sul, para as faculdades do interior essas reivindicações tinham muito sentido, de forma que a campanha de Francisco Ferraz e Hélió Trindade para a presidência da UEE em 1962 conseguiu angariar uma considerável quantidade de votos pelo interior assim que os estatutos da eleição foram mudados para a votação direta de acordo com o que será discutido mais adiante. Além disso, em aspectos mais gerais do debate ideológico vivido então, a questão da necessidade das reformas interessava todos os grupos envolvidos no movimento estudantil. Este foi, sem dúvida, um ponto de convergência entre comunistas e católicos.

Se o contexto mostrou-se favorável à aproximação desses dois grupos, o conteúdo programático do movimento estudantil como um todo facilitou ainda mais essa união, mesmo que de origens ideológica e social tão distintas. Coradini (2008) não vê sentido em apenas se descrever a origem social e o recrutamento de um grupo de elite. O autor aponta para a necessidade de se mapear as redes que esses indivíduos formam e encontrar as posições e estratégias eles tem nos processos decisórios. Nesse sentido, a estrutura institucional da JUC fez o papel de rede, principalmente no momento da eleição de Francisco Ferraz para a presidência da UEE em 1962 quando sua campanha buscou votos no interior do estado e teve apoio irrestrito de militantes da juventude católica. Na frente única, a JUC dava o respaldo institucionalizado pelo lado dos católicos e o Partido Comunista, obviamente, pelo lado dos comunistas.

A frente única no movimento estudantil gaúcho uniu militantes que por serem universitários já se enquadram em um tipo de elite. Esses militantes formaram uma rede nacional na qual a Ação Popular foi hegemônica a partir de 1961 mas para a

qual contribuiu fortemente o PCB com um posicionamento norteador dos grupos políticos que almejavam papel atuante na esquerda brasileira.

A constituição dessa rede no Rio Grande do Sul se iniciou através dos católicos por um lado, e através do PCB por outro. Dois ramos diferentes que, na medida em que o contexto se tornou favorável, cresceram um em direção ao outro. A esquerda católica se organizou em torno da JUC, JEC e até do Partido Democrata Cristão dentro do qual destacou-se a atuação de Leônidas Xausa. Houve também contribuições da JAC (Juventude Agrária Católica) e da JOC (Juventude Operária Católica). A JUC tinha relações com esses outros setores da estrutura da Ação Católica o que lhe dava grande permeabilidade entre operários e camponeses católicos mais organizados. O Partido Comunista também tinha tentáculos espalhados por diversos movimentos, principalmente em centros urbanos, mas com presença organizada em cidades importantes do interior do Rio Grande do Sul. Com o movimento da Legalidade, o PCB e aliados próximos passaram a ter um contato maior com a AP principalmente porque o então presidente da UNE, Aldo Arantes, deslocou-se até Porto Alegre para tomar parte nas manifestações. A ligação da UNE com o governo do Rio Grande do Sul foi um ponto importante na construção de relações entre militantes nacionais e locais. O Governador Brizola encarregou-se de conseguir passagens de avião para que a UNE colocasse em prática o projeto da UNE-volante que já se iniciava. Com isso, os estudantes viajaram a diversos estados levando às populações teatro, cultura e consciência política num esforço de politização das massas (Barcellos, 1994). A UNE-volante foi um projeto que durou de agosto de 1961 a junho de 1962. A mobilização, o crescimento e a formação de uma rede nacional ocorreram em torno de momentos críticos como a Legalidade e a greve do terço:

(...) a proximidade do Padre Lima Vaz, do Aldo Arantes, o Aldo Arantes estava no BNDE, com o grupo local, especialmente Héglio e Ferraz, que militavam na direção da União Estadual dos Estudantes e tinham relações com pessoal de UNE, Padre Lima Vaz, aí está um pouco da origem, origem mesmo do movimento de Ação Popular aqui no Rio Grande do Sul com a participação do Leônidas Xausa e do meu pai num momento um pouco posterior, mas inicialmente foi mais com o Leônidas que era do Partido Democrata Cristão e que reunia muito com o pessoal da JUC e tinha ligações lá no centro do Brasil. Então o Leônidas Xausa e um grupo de JUC, eu acho que foram o grupo inicial. Em seguida, a minha irmã (Otília Fiori) já estava lá presente, ainda que ela já estivesse saindo do Brasil. Isso acabou trazendo uma presença do pai, porque se juntam coisas nessa época, se juntam situações que acabam convergindo na organização da AP aqui. E uma situação que aconteceu nessa época e que

favoreceu essa convergência foi a greve do Um Terço lá em 1962. (Entrevista com Paulo Tomás Fiori, 2008)

Nesse sentido, a perspectiva da sociologia das crises se torna interessante. Ela se aproxima também da reinserção sistemática na análise e na explicação da crise política da atividade tática de seus protagonistas. Ela supõe, mais geralmente, que eles se instrumentalizam para compreender o lugar a que aspiram, na aparição e no desenrolar de seus processos, pela mobilização pelas quais seus protagonistas procedem ao curso de competições e de afrontamentos que constituem a trama de relações políticas (Dobry, 1988: 15). A partir daí pode-se inferir que é cabível a colocação de Coradini de que “não é o “grupo” nem são os indivíduos que constituem o objeto, mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes.”(14: 2008). Os recursos e os princípios de legitimação são os elementos principais desse tipo de análise. Quais eram os recursos de que dispunham os militantes da frente única e quais os princípios de legitimação que uniam católicos de esquerda e comunistas sob a bandeira do movimento estudantil? O presente capítulo tenta responder esse questionamento.

3.1 Uma mudança de perspectiva: a Ação Popular no Rio Grande do Sul

A história da Ação Popular no Rio Grande do Sul está fortemente vinculada à dinâmica da Juventude Universitária Católica e de um grupo de estudantes de Direito egressos do Colégio Anchieta. A partir de sua estruturação inicial, ela começou a formar militantes principalmente provenientes da Juventude Estudantil Católica. Um documento assinado por militantes da primeira geração – Ernildo Stein, Francisco Ferraz e Hélió Trindade – descreve brevemente a origem desse grupo:

Há dois anos, um grupo de cristãos, na maioria jucistas, decidiram (sic) enfrentar o desafio que a revolução em curso, no Terceiro Mundo, opunha à sua consciência. Dispuseram-se a respondê-lo, com o testemunho de seu cristianismo, na vanguarda dos movimentos populares que estão procurando romper as estruturas sócio-econômicas vigentes, dentro das quais não viam nenhuma possibilidade de humanismo autêntico. Cristãos pela fé e obedientes, pois às diretivas gerais da Doutrina Social Cristã. (Posições Básicas da Ação Popular, Porto Alegre, 22 de outubro de 1963)

O núcleo da primeira geração de católicos de esquerda que fundou a AP iniciou seu engajamento político no início da década de 1960. Eram estudantes, principalmente, de colégios particulares da capital. Esse grupo tinha, entre outros, alguns integrantes que ocuparam cargos eletivos nos diretórios, e na União Estadual dos Estudantes (UEE): Ernildo Stein (presidente da UEE gestão 61/62), Manuel André da Rocha (presidente do centro acadêmico do Direito em gestão 62/63), Hégio Trindade (vice-presidente da UEE gestões 61/62, 62/63), Francisco Ferraz (presidente da UEE gestão 62/63), Plínio Dentzien (presidente da Feurgs gestão 63/64), Luiz Carlos Madeira (presidente do centro acadêmico do Direito gestão 61/62), Paulo Tomás Fiori (secretário executivo da UEE, gestão 63/64). Todos eram provenientes do Colégio Anchieta. Chegaram à Universidade onde, inicialmente, foram vistos pelos comunistas como católicos e conservadores. Quando entraram em contato com a política estudantil universitária, passaram a ter maior contato com os diversos grupos políticos, entre eles o Partido Comunista.

Luiz Carlos Lopes Madeira, foi um dos mais velhos dessa geração, entrou na Faculdade de Direito em 1959 e começou a fazer política estudantil universitária imediatamente. Ele já tinha iniciado sua militância política na Ala Moça do Partido Libertador em Alegrete, continuara o engajamento ao mudar-se para Porto Alegre. Ainda durante o colegial passara a militar no diretório regional desse partido com a extinção da Ala Moça. Segundo Madeira (2008)¹², a aproximação de alunos da Faculdade de Direito com intelectuais do Partido Libertador teria se iniciado antes de ele entrar na universidade. Madeira (2008) diz que a Ala Moça do PL tinha sido muito atuante na universidade, mais especificamente na Faculdade de Direito. Uma turma em que se destacavam Omar Fernandes, de Dom Pedrito; José João Azambuja, de São Gabriel; Getúlio Marco Antônio, que depois fora deputado e mais tarde presidente do Banrisul, era de Vacaria e Cláudio Albuquerque que tivera uma influência muito grande no Centro Acadêmico do Direito da UFRGS. Esses estudantes estabeleceram ligações com figuras intelectuais da época como Ernani Fiori, Carlos Brito Velho e Fernando Carneiro. Eles eram constantemente chamados pela Ala Moça para fazer palestras, segundo Madeira:

Um fato relevante foi que os velhos do Partido Libertador, conservadores, olhavam com reserva a ala moça. Porque a ala moça do partido incomodava?

¹² Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira

Porque o Partido tinha uma declaração de princípios que, segundo o velho João Mangabeira, era mais avançada que a do Partido Socialista. O Fiori e o Brito Velho foram autores da declaração. Vira e mexe, nós vivíamos atirando na cara dos velhos o compromisso do partido com os princípios postos na declaração e a gente ainda argumentava que o Partido tinha uma vocação revolucionária (Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, 2008)

Antes de Ernani Maria Fiori tornar-se um dos principais ideólogos da Ação Popular no Rio Grande do Sul, ele havia militado no Partido Libertador. Segundo diversos entrevistados, entre eles Paulo Tomás Fiori, filho de Ernani Maria Fiori, o professor teria se engajado no movimento de Ação Popular muito em função da militância dos filhos. Otília Beatriz Fiori, teria sido a primeira a se engajar na política estudantil, iniciando a militância através da JUC. Paulo Tomás e José Luiz Fiori também tiveram militância na AP.

A aproximação com o PC se deu em consequência dos debates que a reforma universitária e as reformas de base suscitavam. Foi muito em função do contexto propício ao surgimento de movimentos sociais reivindicatórios. Com o tempo, uma corrente mais à esquerda foi se distinguindo dentro do movimento católico. Segundo depoimento de Bruno Costa, presidente da Federação dos Estudantes da URGs (Feurgs) na gestão 1962/63, os militantes do PCB eram capazes de traçar essa linha diferencial:

(...) havia uma relação muito fraterna entre todos nós, nós dizíamos sempre que havia uma AP mais de esquerda e uma AP um pouco de direita (...) o Héglio Trindade era da AP da esquerda, o Ferraz também era considerado da esquerda. (Entrevista com Bruno Costa, 2008)

O discurso dessa primeira geração de militantes da AP no Rio Grande do Sul pregava uma política estudantil não-vinculada aos partidos políticos, principalmente como forma de se diferenciar dos comunistas que há muito já trabalhavam a política estudantil e a juventude comunista como uma preparação de futuros quadros para o Partido (Neves, 2008). Paulo Tomás Fiori, secretário executivo da UEE (63//64) e integrante da AP faz referência a essa geração precursora da seguinte forma:

A Ação Popular não é uma coisa que nasceu aqui, nasceu no centro do país (...)originária daquele romantismo do pessoal de JEC e JUC que tinha lideranças do Padre Lima Vaz, do Betinho, Herbert José de Souza. Aí nasce o movimento da Ação Popular que se distinguia, era separado do PC, pelo contrário, tratava de se diferenciar do Partido Comunista pelo simples fato que a nossa origem aqui, a nossa missão é que... era um pessoal de Ação Católica e que tinha essa coisa do Cristo revolucionário. (...) Eu não diria que esse grupo de origem era um grupo anticomunista, não se caracterizava como aquilo que sempre foi o anticomunista delirante, de direita, mais reacionário, no Brasil. Mas não aceitavam o comunismo, até com diferença em relação ao materialismo, que a

turma cristã não aceitava. Mas se essa sensação distintiva esteve presente na origem, ela, aos poucos, foi se esmaecendo e desapareceu, até que houve, realmente, uma atuação conjunta, articulada. (Entrevista com Paulo Tomás Fiori, 2008)

Essa geração de estudantes teve sua formação no Colégio Anchieta. Luiz Carlos Madeira, Luiz Paulo de Pilla Vares (que não foi da AP, mas militou no PC e em outros grupos de esquerda), Francisco Ferraz, Ernildo Stein, Marcos Lutz Müller, Plínio Dentzien, Manuel André da Rocha, Carlos Castilho foram todos anchietanos. Esses alunos participavam de grupos de estudos onde tinham contato com clássicos da literatura como Sartre e Camus e discutiam os mais variados assuntos, entre eles política. Professores como Luiz Osvaldo Leite, Delmar Schneider e Valter Seidl instigavam as leituras e discussões. Segundo André da Rocha e Carlos Castilho, a primeira mobilização que tiveram esses alunos foi no momento do em que Anísio Teixeira propôs um projeto de laicização da educação em 1958:

Se deu uma mobilização, que foi influenciada pelos padres, no momento em que estava em discussão o famoso projeto Anísio Teixeira da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (...) o Anísio Teixeira pretendia uma educação pública, então as escolas privadas, todas elas, se mobilizaram contra o projeto. E o projeto do Anísio Teixeira acabou desfigurado pela pressão das empresas privadas (Entrevista com Manuel André da Rocha)

Segundo André da Rocha, foi um momento isolado em que os alunos se mobilizaram. Mas já estavam sendo lançadas as bases para a formação de um grupo que fosse capaz de liderar e de ocupar posições de protagonistas numa sociedade em mudança. Osvaldo Leite (2008), na época professor do Colégio Anchieta, afirma que os jesuítas não tinham um projeto de educação de massa, mas sim fundado em cima de uma formação de elite para um grupo mais reduzido que fosse posteriormente capaz de se tornar liderança nos setores em que fossem atuar. Mas, antes de mais nada, os jesuítas preparavam seus alunos para serem católicos com uma formação muito forte nas diversas áreas do conhecimento:

(...) o nosso aluno sai do colégio, onde ele estuda religião, onde ele se torna católico e, mesmo quem não se torna católico, tem uma certa simpatia, pelo menos não fica hostil à Igreja. Mas o que vai acontecer com esse aluno que sai do Anchieta? Ele vai para a universidade, com os ateus, com os agnósticos (em tom irônico), então é preciso proteger (o aluno). (...) os jesuítas daquela época nunca se fascinaram pela idéia de criar uma universidade católica, o padre Werner tinha a idéia de que era melhor botar os católicos na universidade leiga, pública, era uma técnica de penetração, eu até diria que é uma técnica bem marxista, coloca os caras lá dentro... quadros. (Entrevista com Luiz Osvaldo Leite, 2008)

Havia um projeto de penetração dos católicos na universidade, existindo a preocupação de se manterem principalmente nas faculdades de filosofia professores com essa inclinação religiosa¹³. Leite diz que não necessariamente havia um projeto de fato, traçado explicitamente, no sentido de formar elites, mas que essa era uma característica da educação oferecida pelos padres jesuítas. Essa formação permitiu que os alunos, mesmo tendo orientação conservadora, mais tarde pudessem ter inclinações políticas mais progressistas e até revolucionárias:

(...) é difícil tu não fales em política, só que a visão ainda era uma visão conservadora, só pra dizer que nós fomos mobilizados para deter o projeto Anísio Teixeira. Mas quando nós entramos na faculdade de direito, nós entramos todos juntos, esse mesmo grupo, todos nós entramos no mesmo ano de 1961. E ali, o fato de a gente ter tido alguma preparação intelectual fez com que a gente começasse a atuar politicamente de um modo muito forte e, aos poucos, nós fomos deixando aquela visão conservadora, que ainda tinha alguma coisa, e fomos tomando uma posição bem mais progressista. (Entrevista com Manuel André da Rocha)

A geração de anchietanos que formou o núcleo da AP entrou na universidade no final da década de 1950 e início da década de 1960 formando, inicialmente, uma opção entre comunistas e direita reacionária. Um exemplo disso é a entrada de Carlos Castilho no grupo da AP. Na gestão de Serra na UNE ele chegou a ocupar a vice-presidência de relações internacionais. Castilho ocupou cargo na gestão de Francisco Ferraz na UEE, depois ocupou a vice-presidência da Feurgs. Sua entrada na política foi no momento da mobilização pela Legalidade. A partir daí, ele tentou uma aproximação com o grupo da UEE por saber tratar-se de uma opção diferente da do Partido Comunista:

Como eu vinha de família católica, quando eu ouvia falar de comunismo, eu sentia uns arrepios. Então quando eu descobri que tinha gente no movimento estudantil com aquela mesma motivação que eu tinha, eu decidi procurá-los. Então minha aproximação inicial foi com o Ernildo Stein (Entrevista com Carlos Castilho, 2010)

Francisco Ferraz, Marcos Luiz Müller, Plínio Dentzien, Paulo Odone, Manuel André da Rocha, Luiz Carlos Madeira entraram para a faculdade de Direito. Carlos Castilho cursou Agronomia. Ernildo Stein cursou Direito e Filosofia. Héglio Trindade cursava direito na PUC. Em 1961, um desses católicos ganhou as eleições para o Centro Acadêmico André da Rocha no Direito da UFRGS. Luiz Carlos Madeira foi eleito presidente sucedendo Osvaldo Peruffo. Madeira estava no começo da faculdade, vinha

¹³ Ver estudo sobre católicos na Faculdade de Sociologia da UFRGS, Monteiro, 2006.

de uma militância ativa dentro do Partido Libertador e, inicialmente, seguiu por essa linha na política estudantil:

Mas ali (no começo da faculdade) não tinha muita definição ideológica, se tivesse definição ideológica eu não estaria na esquerda, era mais conservador. E eu acho que tinha uma vertente anti-comunista nisso. Uma atitude de “anti”. (Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, 2008)

A própria simpatia pela Revolução Cubana se dava em função de o Partido Comunista Cubano só ter aderido posteriormente ao movimento. Essa geração de estudantes católicos via essa Revolução muito mais como um terceira via, um caminho alternativo:

Como eu acho que existia uma culpa de ser anti-comunista e existia uma propensão para fazer uma posição afirmativa, a gente via com simpatia a Revolução Cubana justamente porque representava uma alternativa, era uma revolução que não era necessariamente marxista-leninista. (Entrevista com Luiz Carlos Lopes Madeira, 2008)

Na verdade, Madeira fazia oposição aos comunistas na disputa pelo Centro Acadêmico do Direito. Quando entrou uma nova leva de ex-estudantes anchietanos na Faculdade, ele já tinha uma expressão política no Direito. Aos poucos ele se aproximou desse novo grupo em que estavam Manuel André da Rocha, Francisco Ferraz, Plínio Dentzien, Paulo Odone. No ano seguinte, Manuel André da Rocha foi eleito presidente desse centro e, em 1963, Paulo Odone perdeu as eleições para um candidato da direita. A gestão de Osvaldo Peruffo, que precedeu Madeira, foi importante para a modificação do sistema eleitoral da UEE. Peruffo e Fulvio Petracco, presidente da Feurgs na gestão 1960/61, tiveram um papel importante para que Francisco Ferraz e Héglio Trindade chegassem à direção da UEE. Petracco afirma que, durante um congresso da UEE em abril de 1961, Peruffo teria indicado a possibilidade de se fazer um plebiscito para decidir no meio estudantil se as eleições para a UEE deveriam ser diretas ou indiretas, até aquele momento as eleições tinham sido indiretas, o que dava enorme desvantagem aos grupos de esquerda que estavam mais localizados na capital:

Foi um jogo interessante de como nós conseguimos fazer que a UEE se democratizasse. Foi em final de 1961. Quem criou a condição para a eleição dele (Ferraz)? Foi assim: as eleições na UEE eram por voto indireto, ou seja, cada centro acadêmico comparecia no congresso da UEE com direito a dois votos, cada faculdade. Aí vinha Cristo Rei do interior, PUC: Direito, Engenharia, Odonto. Aí, faculdade por faculdade, eles tinham o dobro de faculdades que nós tínhamos, as religiosas, as particulares, então nos ganhavam a eleição sempre. Aí teve um congresso em 1961 e a gente tentou fazer uma reforma estatutária para fazer a eleição direta e, de novo, nos arrasaram, mas nós deixamos essa emenda constitucional para ser votada no último dia do congresso, que era um

sábado, daí em que os diretórios acadêmicos de Porto Alegre faziam bailes, jantas. Esse congresso estava se realizando na PUC, ali no Rosário. Aí nos estertores do congresso, eles já tinham ganhado tudo que eles queriam, eu acertei com o Osvaldo Peruffo, que era presidente do Diretório Acadêmico do Direito, e que era um homem também da direita, mas com visão da democracia, mas era um homem sério. Eu propus a ele: “Peruffo, como a gente pode agora ainda fazer alguma coisa?”, “Simples, agora na discussão das disposições transitórias a gente bota em votação uma disposição para que se faça um plebiscito no âmbito universitário para que os estudantes digam se querem eleição direta ou indireta”. Aí quando estava encerrando o congresso eu entrei com essa emenda, aí eles sentiram que iam perder, porque eu mandei a nossa turma ficar de plantão, e eles mandaram buscar os caras, mas não encontraram mais ninguém, eles estavam na festa. Nós emplacamos o plebiscito. No plebiscito ganhou disparado a eleição direta. Isso viabilizou a eleição do Ferraz. (Entrevista com Fulvio Petracco, 2008)

O jornal “O Universitário”, feito pela Feurgs, relata que o objetivo daquele congresso era fazer a reforma constitucional da UEE. Houve uma comissão formada por 3 membros que elaborou um ante-projeto: “Caminha, pelo Diretório Central de Estudantes da PUC, Petracco, pela Feurgs e Honório Peres pelas faculdades independentes”(O Universitário, Segunda quinzena de abril de 1961, ano 1, número 2, p.2). Honório era membro do Partido Comunista, Petracco era filiado ao PSB, mas atuava próximo ao PCB. Segundo Honório Peres (2008), o DCE da PUC tinha uma orientação à direita. Mas essa comissão, apesar de ter Petracco e Peres como integrantes, não conseguiu aprovar o ante-projeto. Ficou acordado que até outubro daquele ano deveria ser convocado um plebiscito para ouvir a opinião dos universitários sobre o sistema eleitoral mais conveniente. Feito o plebiscito, venceu o sistema de eleição direta. Os alunos poderiam escolher diretamente seus representantes na UEE. Francisco Ferraz e Héglio Trindade fizeram campanha pelas faculdades do interior. Começaram sem apoio de nenhuma organização, mas no decorrer da campanha, o Partido Comunista retirou o apoio que tinha feito ao estudante da PUC, Luiz Adão Gonzaga, e passou a integrar a candidatura de Ferraz e Trindade que venceu a eleição.

A gestão Ferraz/Trindade foi responsável por organizar o primeiro seminário sobre reforma universitária em âmbito estadual, também publicou os Cadernos de Reforma Universitária. O primeiro número foi resultado de uma conferência do Professor Ernani Maria Fiori “Aspectos da Reforma Universitária”(Fiori, 1962). Dentro da idéia da UNE volante, essa gestão da UEE realizou a caravana universitária visitando Caxias, Pelotas, Santa Maria e Rio Grande em 1962 e mobilizou o Centro de Cultura Popular e o Teatro Universitário fazendo apresentações. Foi nessa gestão que aconteceu a greve do terço. Essa mobilização deu maior projeção às

lideranças do movimento e fortaleceu os laços com os militantes do centro do país que já haviam sido estabelecidos desde a Legalidade quando a UNE se transferiu para Porto Alegre. Paulo Tomás Fiori (2008) comenta a importância da greve do terço na emergência de um grupo gaúcho como colaborador intelectual do movimento de Ação Popular:

Isso (a greve) mobilizou os universitários do Brasil inteiro e aproximou muito os movimentos do centro do Brasil com os daqui, nesse momento, estavam na direção da União Estadual o Héglio e o Ferraz. Então, através deles há essa aproximação. E naquela época está mais ou menos organizado um movimento de Ação Popular no centro do país e a coisa se estende pra cá. Nessa greve do um terço, o meu pai (Ernani Maria Fiori) teve uma participação muito forte e dali ele passou a ter uma proximidade, uma integração muito grande com a Ação Popular. Aí ele, Xausa, mas também Ferraz, Héglio, Manuel André, o pessoal mais intelectual, principalmente o pai e o Xausa, passaram a ser os intelectuais mais importantes nas formulações da Ação Popular, e aí não só em termos locais, mas em termos nacionais. Em seguida o pai passou a ter uma aproximação muito grande com o Luiz Alberto Gómez de Souza lá no Rio de Janeiro, com o Padre Lima Vaz, etc. (Entrevista com Paulo Tomás Fiori)

Em 1963, por voto direto, a chapa situacionista com Paulo Roberto Brinco na presidência, Paulo Renato Crochemore como vice e Paulo Tomás Fiori como secretário executivo venceu as eleições para a UEE. Brinco faleceu em acidente de automóvel em uma viagem pela UEE, Crochemore assumiu a presidência. Na UNE, José Serra, da AP, havia sido eleito pela frente única. Na Feurgs, Plínio Dentzien assumia a presidência. Os militantes da AP chegavam a todas as entidades estudantis com muita força. Representavam a ascensão de uma esquerda em sintonia com a situação do país, mas apoiada pelo Partido Comunista nas posições de enfrentamento dos setores conservadores e de reivindicação por mudanças. O golpe pôs fim ao trabalho que os estudantes faziam na área de educação, de tentativa de integração dos movimentos sociais ligados aos sindicatos e ao campo, e na ascensão das próprias carreiras como futuros políticos profissionais. A reflexão que o grupo de anchietanos fez após o golpe era de haver uma impossibilidade de se continuar atuando:

Se fez um retiro que foi uma reflexão sobre o quadro que estava posto, a conclusão que se chegou é que aquilo tinha vindo para durar, não era uma situação passageira e que cada um deveria se preservar para um dia, quando acabasse, poder colaborar. E não aderir, afinal de contas, nós éramos todos burgueses, não tinha nenhum operário. (Entrevista com Luiz Carlos Madeira, 2008)

Tratou-se de uma geração, tanto de católicos da AP, como de comunistas, que interveio em uma arena política já institucionalizada – a universidade - sob uma ótica de enfrentar os desafios de uma ordem política conturbada. Esses atores se

instrumentalizaram para compreender o lugar a que aspiravam, no desenrolar do processo de uma crise política que culminou com o golpe, e se mobilizaram no curso das competições e de afrontamentos que constituíram a trama de relações políticas daquele período (Dobry, 1988).

A mudança de perspectiva que ocorreu foi justamente na atuação dos católicos da AP. Eles partiram de uma posição conservadora no momento em que entraram na universidade. No entanto, a influência da Revolução Cubana, a chegada de João Goulart ao poder, a Legalidade, a greve do terço, a tentativa de implantar as reformas de base, entre outros fatores, facilitaram a aproximação desses militantes com os comunistas. Essa aproximação indicou não só uma abertura de uma geração de estudantes católicos de classe média e alta para os novos rumos que poderiam ser tomados pela sociedade naquele momento, como sua consolidação dentro da política estudantil como uma esquerda renovada do ponto de vista da absorção de determinados aspectos da doutrina cristã pós-João XXIII.

3.2 Os estudantes, o comunismo e a aliança com os católicos: a crítica ao comunismo como um princípio de legitimação.

A crise dos anos de 1930 fez com que setores mais avançados da Igreja em países em que a depressão foi mais sentida dessem ao capitalismo imenso descrédito. A Igreja já começara a perceber as mudanças que o sistema capitalista causara nas sociedades industrializadas desde meados do século XIX e sua percepção resultara na edição da *Rerum Novarum* em 1891. Além disso, o mundo assistia à URSS passar ileso àquele momento de graves transtornos econômicos. No Brasil, a política de Getúlio Vargas para o café evitou que o país afundasse em dívidas e falências e permitiu que a economia saísse relativamente saudável da crise internacional (Furtado, 1959). Dessa forma, aqui não houve a tensão social que sensibilizou a Igreja na Europa e nos Estados Unidos. A aproximação da Igreja com elementos mais progressistas - e até esquerdistas - começou no momento em que se percebeu a necessidade de um modelo de desenvolvimento diferenciado para a América Latina. Isso ocorreu no final da década de 1940 e início da década de 1950. A expressão intelectual dessa percepção de que se vivia

um momento propício para mudanças se refletiu na criação da Comissão de Estudos para América Latina e Caribe (CEPAL) em 1948 no Chile e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955 no Brasil:

A continuidade do ISEB com a temática intelectual dos anos 1920 e 1930 foi percebida e proclamada por vários dentre seus fundadores. Helio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Roland Corbisier insistiram, em alguns de seus escritos, no reconhecimento de filiações temáticas que os fazem representativos do historicismo e do culturalismo que vinham das primeiras décadas do século XX. (Weffort, 2006: 303)

Weffort afirma que a pedra de toque do pensamento do ISEB foi pensar a nação com autonomia, querendo o instituto se afirmar como o centro emissor da ideologia nacionalista, “Pretendia – e numa certa escala conseguiu – aquilo que teria faltado aos seus precursores: criar uma ideologia do desenvolvimento, fundar escola, influenciar a vida do país” (Weffort, 2006: 304). Era o momento em que se iniciava uma mobilização intelectual em torno de novas perspectivas para o país:

estávamos lidando com um amplo processo de mudança cultural, com a “força criadora das civilizações”(...)”se há mudanças é porque existe a possibilidade de escolha, o que pressupõe uma margem na disponibilidade de recursos, um excedente com respeito ao estritamente necessário à sobrevivência da coletividade”(Furtado,Celso, A fantasia organizada. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1985 in Weffort, 2006:315)

A Igreja não ficara atrás. Desde o início da década de 1920 passara a organizar o funcionamento de instituições católicas (Sigrist, 1982) e criara com o centro D. Vital um movimento de ação católica sistemático que pretendia, até certo ponto, doutrinar o apostolado leigo. Inicialmente essas mudanças tinham cunho conservador, mas a chegada de textos de Teilhard de Chardim, Jacques Maritain e Emmanuel Mounier ao Brasil deu novos horizontes a católicos que se sentissem incomodados com as consequências do sistema capitalista para países em desenvolvimento como o Brasil. Assim, a aproximação da Igreja com a esquerda ocorreu através de uma doutrina importada principalmente de filósofos franceses que encontrou católicos progressistas aptos a adaptarem aquelas idéias no momento em que se sentia a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para nações latino-americanas (Löwy, 2000).

Por outro lado, havia dentro da Igreja setores que procuravam conservar a estrutura da Igreja como vinha sendo nos últimos séculos, criticando novas formas de pensamento que pudessem apresentar qualquer tipo de ameaça. Tratavam o comunismo

como uma religião para que não fugisse do escopo da crítica formulada dentro da lógica do pensamento católico. Um livro da imprensa da Igreja inglesa, produzido em 1933 e publicado nos EUA em 1936 “Christianity and communism” é um exemplo de como se tentava desqualificar o comunismo, comparando-o a uma religião e posteriormente criticando o tipo de fé que ele despertava nos indivíduos:

O movimento que profere esperança e evoca devoção é a religião, e a religião que falha na realização de ambos não é uma religião viva. (Wood, 1933: 2)

O autor acredita que o comunismo, em meio à crise do capitalismo, poderia suplantar esse último sistema não por ser uma religião, através da fé, mas pelo fervor de conduta que ele inspirava às sociedades europeias que enfrentavam a grande depressão. Além disso, ele compara a universalidade dos ideais que emanaram da Revolução Francesa aos do comunismo:

De Toqueville chamou atenção para os mesmos características da revolução do fim do século XVIII. Era essencialmente uma revolução política, que avançava nos moldes de uma revolução religiosa. A fé que inspirou os eventos de 1789 era universal em seus apelos e em suas reivindicações. Fala-se em Revolução Francesa, mas seus princípios embasam a lenda dos “Direitos do Homem”, e isso remete não a feitos nacionais, mas a movimentos do espírito humano. Foi propagandístico como o Cristianismo ou o Islamismo primitivos. Produziu seus profetas e seus mártires. Algo similar é a verdade do Comunismo. Seus apelos, em primeira instância, não são ao homem, mas à classe, assim como à classe além das fronteiras nacionais, deixando de lado distinções raciais. “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”. Há uma nota universal em um slogan deste tipo, mesmo quando ele se aproxima da inclusão simplista dos direitos do homem. E então, o proletariado é convocado a entregar não apenas a si mesmo, mas toda a humanidade; e o Comunismo causa entusiasmo ao abrir caminhos rumo a uma sociedade humana ideal. E quer seja ou não a fé no Comunismo inspirada em profetas e poetas, ela certamente impulsiona homens e mulheres ao martírio. Na China e na Rússia, comunistas enfrentaram a morte por sua crença. Ninguém poderia deixar de honrar tal devoção. (Wood, 1933:2)

Ao final, Wood (1933) conclui que o comunismo podia ser descrito como o fundamentalismo do movimento socialista pois para propostos propagandistas e de fortalecimento da convicção pessoal do indivíduo, ele tinha todas as vantagens de um sistema super-simplificado. Esse tipo de crítica é bastante comum em publicações da década de 1930 que se prestavam a fazer frente ao avanço ideológico do comunismo¹⁴.

¹⁴ Ver MARTIN, Hugh (Ed.). Christian social reformers of the nineteenth century. Student Christian Movement Press, London, 1933.

[PENTY, Arthur J.](#) Communism and the alternative. Student, Christian movement press, London 1933.

MAURIAC, François & DUCATTILLON, R. P. & BERDIAEFF, Nicolas & MARC, Alexandre & ROUGEMONT, Denis de & ROPS, Daniel-. Le communisme et les Chrétiens. Librairie Plon, Paris,1937.

DUBOIS, Jules. Operation America; the communist conspiracy in Latin America. Walker and Company, New York, 1963.

Parenti (1970) estuda as consequências do anti-comunismo como doutrina política americana principalmente no campo das relações internacionais onde, segundo esse autor, “a maior de nossas conquistas anticomunistas foi o desenvolvimento de um imenso “complexo industrial militar”(Parenti, 1970: 75) na tentativa de se equivaler no balanço de poder à URSS cujo peso reforçado pela idéia de “terror comunista” havia sido criado pela própria doutrina anticomunista. Os maiores mitos do comunismo eram criados pelos seus próprios inimigos.

Outro exemplo desse tipo de crítica cristã ao comunismo é uma publicação da editora do movimento estudantil cristão inglês, “Comunism and the alternative” de Arthur J. Penty. A obra se diz ser uma ajuda aos cristãos para entender as verdades e os erros da doutrina comunista e ao final acaba propondo uma solução retrógrada às formas econômicas da idade média como uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo: “nós devemos ter uma teoria alternativa para a reorganização da sociedade que seja definitiva e fundamental como são as teorias do comunismo, pois a civilização capitalista não está apta a continuar por muito tempo (Penty, 1933: 101). O autor considera que o comunismo é a religião do reino terreno e a suprema negação do outro mundo, do além, ou de qualquer tipo de espiritualidade; e para ele, essa é a razão pela qual o seu materialismo se torna espiritual e místico, asserção que parece confusa e contraditória:

É usual aproximar o comunismo de uma teoria econômica, e se partimos de suas origens históricas, esta é a solução correta. Ainda se considerada uma teoria econômica, é uma com definitivas implicações morais e religiosas. No curso da história, seu centro de gravidade mudou da economia para a religião, em qualquer nível na Rússia. Para entender, em razão disso, o Comunismo russo, que é essencial ao buscar compreender o Comunismo como uma força político-revolucionária mundial, ele deve ser visto primordialmente como uma religião. (Penty, 1933: 9)

Dessa forma Penty considera que o comunismo “só pode ser compreendido como uma religião tentando tomar o lugar do cristianismo (1933 :10). Sua argumentação se baseia no fato de que o estado comunista é diferente de um estado secularizado pois a ele são atribuídas funções que pertenceriam à Igreja – as quais o autor não especifica – tornando-o um estado sagrado teocrático (Penty, 1933). A discussão levantada pelo autor é interessante, pois há uma preocupação em afastar a

WOOD, Herbert George. Christianity and communism. The Round Table Press, New York, 1933.
MERRIMON, Cuningim (Ed.). Christianity and communism. Southern Methodist University Press, Dallas, 1958.

idéia do comunismo da do comunismo cristão, que seria a “realização do reino de Deus na terra”:

Tornou-se associada na concepção dos setores do Comunismo Cristão a realização de um Reino de Deus sobre a Terra. Vista em relação a este histórico, o Bolshevismo aparece como a conclusão de um processo histórico, sendo ao mesmo tempo a continuação e a reação ao Comunismo Cristão dos sectos. Foi a crença tradicional numa missão messiânica associada ao impulso messiânico do Comunismo Marxista que tornou a revolução tão irresistível. O determinismo econômico de Marx não poderia ter feito isso. Uma doutrina segundo a qual toda vida humana é determinada pelo processo econômico é, por assim dizer, depressiva – e incapaz de inspirar alguém. Não foi o elemento racional mas o elemento irracional em Marx que supriu a força motora. Foi a ideia de uma vocação messiânica do proletariado que fez a revolução triunfante. (Penty, 1933: 13)

No entanto, no Brasil justamente o que ocorreu foi essa mistura da idéia de comunismo cristão com a idéia do próprio comunismo em si. A evolução do processo revolucionário na América Latina com o exemplo da Revolução Cubana, a maior liberalização da Igreja e sua virada a uma vertente mais popular com João XXIII, o contato com o Partido Comunista e com leituras de filósofos como Congar, Mounier, Maritain e Chardim fizeram com que a idéia de comunismo cristão se adaptasse a essa nova realidade a acabasse por se fundir com ideais de esquerda que efervesciam naquele momento. O depoimento de militantes da Ação Popular naquele momento esclarece muito bem isso ao referir-se a sua geração:

Era uma geração originária, não só a nossa, mas a anterior, mais conservadora, mas que teve abertura para acompanhar esse reordenamento da Igreja. E isso trouxe um novo tipo de comprometimento, a gente sentia um respaldo na época porque tinha um gordinho lá, o João XXIII, que dava força. Tu não brigavas contra a Igreja, a Igreja quase que puxava e te dava um respaldo para que tu assumisses posições mais transformadoras, aí a idéia do Cristo revolucionário e do romantismo, que se originava mais no Che Guevara. Eu acho que a Igreja, as mudanças sociais a Revolução Cubana, tudo isso criou um caldo que fez com que houvesse uma mudança de direção. Eu acho que eu era bem conservador até nível secundário, aí embarquei nessa... quando entrei na universidade comecei a enxergar as coisas diferentes (Entrevista com Paulo Tomás Fiori, 2008)

Repetidamente a Revolução Cubana é mencionada como um fator que trouxe muita inspiração para os militantes do período. Um alternativa antes do comunismo:

Não era uma revolução comunista (...) quando a gente fazia defesa da Revolução Cubana, alguns padres criticavam, e nós brincávamos com eles dizendo que no fundo eles se jactavam de que quem fez a Revolução Cubana foi um ex-aluno jesuíta: Fidel Castro. (Entrevista com Luiz Carlos Madeira, 2008)

Para os militantes católicos o carisma do Papa João XXIII também pesou ao representar a presença de um Igreja renovada e mais de acordo com a realidade que se vivia. O jornal da Ação Popular, quinzenário impresso no início da década de 1960, comentava o papel do apostolado leigo:

(...) Agindo, assim, em plena conformidade com as exigências da doutrina social, ele realiza aquilo que todo “homem de boa vontade é convidado a fazer”, como João XXIII acentua em diversas ocasiões. Como todo cidadão responsável, o cristão se orienta administrando o temporal, e nesta situação cumpre integralmente a função confiada por Deus, não só ao Estado, mas ao conjunto dos homens. (o quinzenário Ação Popular 22 fev. 1962: 6)

O militante católico de esquerda foi naquele período um indivíduo extremamente sensível ao contexto político, pronto a mobilizar-se em torno das causas pelas quais lutavam os movimentos sociais e ciente de que a ação política era capaz de modificar a sociedade e o próprio militante no decorrer do processo. O crescimento do movimento estudantil fazia aumentar a disponibilidade de recursos que os militantes poderiam colocar em jogo. O contato com pensadores como o Padre Vaz e com os ideais socialistas que começavam a aparecer no horizonte capacitavam a militância que enfrentava nos momentos críticos como a Legalidade e a greve do terço a possibilidade de aprender o ofício da política:

Apreciar a situação – ou antes de situações sucessivas – avaliar a determinação dos adversários e medir os recursos que são passíveis de serem utilizados, propor objetivos admissíveis e símbolos mobilizadores aos manifestantes, definir e modificar as estratégias, compreender a necessidade de “saber terminar” um conflito assim que a probabilidade de derrota aumente, tantos julgamentos e decisões que compõem as ocupações dos agentes mobilizadores frequentemente qualificados na literatura sociológica como “empresários”. (Lagroye, François, Sawiki, 2006: 334)

No entanto, para escapar da ilusão subjetivista que reduz o espaço social ao espaço conjuntural de interações onde ocorre uma sucessão descontínua de situações arbitrárias (Bourdieu, 1979), é necessário objetivar a estrutura de relações que havia no movimento estudantil, delimitar os grupos, suas estratégias, as posições a defender e conquistar no campo da disputa política.

3.3 Visões de mundo e militância

Em estudo sobre contestação, engajamento e militância de grupos como AP, PCB e PCdoB no Rio Grande do Sul, Reis (2007) diz que apesar da diversidade de origens sociais dos protagonistas católicos, que, em sua maioria, são favorecidos pela valorização do investimento escolar, é comum a esses militantes a base católica nas formações originais e, segundo a autora, o grau de ortodoxia com que seguiam a doutrina se refletia na diversificação das formas de intervenção dos agentes. Segundo a autora, tanto os militantes provenientes de JEC, JOC, ou JUC, quanto os egressos de colégios católicos sem muita ligação anterior com movimentos relacionados a Igreja tinham na formação católica uma forte base de referência para o comportamento como militantes. Com o tempo, esses jovens passaram a questionar as idéias dominantes da Igreja, sem, no entanto, negar as origens católicas que lhes inculcavam o sentido de “missão” e de envolvimento cultural:

(...) os jovens da JUC passaram a questionar aspectos das idéias dominantes na Igreja, como a passividade política diante da ordem estabelecida, num contexto de convivência universitária com outras correntes de pensamento, especialmente as socialistas e comunistas, às quais precisavam fazer frente. Eles eram influenciados pela discussão teórica no interior da própria Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII a partir de 1958; além de confrontar-se com as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional – nos anos liberais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) – e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959.” (Ridenti, 1998:4)

Löwy (2000) estuda os elementos que permitiram a convergência de interesses entre marxistas e católicos com base no conceito weberiano de afinidade eletiva pela qual duas estruturas culturais podem entrar em relação de atração, escolha, ou seleção mútua através de certas correspondências. Essas correspondências participam de um processo dialético que pode levar à fusão das estruturas (Löwy, 2000). O autor enumera, a grosso modo, alguns exemplos possíveis de áreas de afinidades entre o cristianismo e o socialismo: 1) ambos rejeitam o individualismo, eles compartilham a crença em valores transindividuais; 2) ambos consideram os pobres vítimas de injustiças; 3) ambos compartilham o universalismo, ou seja, veem a humanidade em sua totalidade; 4) ambos valorizam a comunidade, a vida comunitária; 5) ambos criticam o capitalismo e o liberalismo econômico; 6) ambos creem na justiça, na paz e fraternidade entre toda a humanidade (Löwy, 2000: 116). No entanto, dado o contexto que se vivia na

América Latina, as observações de Garcia (in Araújo, 1997) são oportunas quando ele afirma que é praticamente impossível considerar os movimentos de esquerda exclusivamente em seus contextos nacionais. O meio universitário sempre foi na América Latina um campo fértil para que ocorresse esse tipo de fusão ideológica. A percepção de que se passava por um momento de ‘efervescência política’ é praticamente unânime entre os entrevistados. A sensação de que se vivia um período em que era possível constituir movimentos que pudessem alterar a organização da sociedade, discutir possibilidades e atuar na história do país era real e contagiante. Os verbos ‘mudar’, ‘incluir’, ‘democratizar’, ‘revolucionar’, ‘crescer’, ‘desenvolver’, ‘lutar’ pareciam nunca terem sido tão constantes no vocabulário estudantil.

Michael Löwy (2000), incorpora a tese de Mainwaring (2004) (publicada originalmente em 1986) de que a esquerda católica introduziu o pensamento de europeus progressistas como Maritain, Lebreton, Congar e Mounier, e desenvolveu uma nova concepção da missão da Igreja. Mas Löwy (2000) considera essa tese insuficiente e emenda o fato de que o corpo de ideias francesas não foi diretamente aplicado, mas sim usado como ponto de partida para criar novas ideias, inventando uma cultura político-religiosa:

A lógica interna dessa reinterpretação e dessa mudança com relação à referência francesa pode ser resumida em uma palavra: *radicalização*. Essa radicalização compreendeu uma seleção das posições mais avançadas nos textos franceses (muitas vezes retirados de seu contexto original), uma incorporação cada vez maior de elementos marxistas, e uma mudança radical de perspectiva, substituindo o ângulo europeu por uma perspectiva da oprimida periferia do sistema capitalista mundial. Essa radicalização estava intimamente ligada às novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, muitas vezes em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular (Löwy, 2000: 139)

O presente trabalho encampa a tese de que uma conjuntura favorável em toda América Latina, aliada às renovações na Igreja Católica e ainda ao contato com a militância do Partido Comunista desencadearam a reconversão de militantes de origem católica com viés quase conservador, por assim dizer, em direção a uma esquerda católica que se radicalizou após o golpe militar de 1964. No Rio Grande do Sul, as principais lideranças do grupo que criou a AP no estado não tiveram origem na JUC.

Alguns estudantes, como Otilia Fiori – que influenciou os irmãos, que por sua vez influenciaram o pai, Ernani Maria Fiori, a entrarem na AP- já tinham uma militância na juventude estudantil católica. Mas o grupo anchietano, que não teve essa militância, é que liderou a formação da Ação Popular. Esses alunos egressos de um colégio de elite, de famílias de classes média alta e classe alta, cursando cursos como direito, filosofia, medicina e engenharia constituíram a primeira geração de líderes da AP no Rio Grande do Sul. De acordo com as entrevistas feitas, eles usualmente entravam em contato com os escritos de Mounier e Maritain na universidade, em um período em que já haviam iniciado a militância estudantil.

Além disso, é necessário distinguir esses indivíduos dos provenientes de JEC e JOC e que passavam a integrar a JUC quando ingressavam na universidade. Esses últimos iniciavam a militância muito mais cedo, geralmente no interior e depois se agregavam a grupos de JUC quando vinham morar na capital para cursar a faculdade. Eles tinham uma militância próxima a movimentos comunitários, mais ligada à conscientização política, à tentativa de mobilizar as camadas populares em torno de ideais de solidariedade e de luta por igualdade (Flores, 2008; Maciel, 2008). Era uma militância de base, pró-ativa, de contato direto com a população. O outro grupo entrou na universidade com um projeto diferente. Buscou espaço diretamente pela disputa política nos diretórios acadêmicos, apropriando-se de um discurso de esquerda moderada, entrando em contato direto com militantes do PCB. Tinham uma visão mais pragmática da política, uma fala mais secularizada, apesar de dominarem o discurso católico revolucionário e humanista aprendido nos escritos dos franceses e adaptados aos documentos e panfletos de propaganda. Os que tinham militância mais partidária viam a política estudantil secundarista com maior distanciamento:

A gente tinha um certo desprezo pela política estudantil secundarista, eu, particularmente, tinha um certo desprezo, mas tinha uma ânsia muito grande de participar da política universitária. (Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado)

Foi quando chegaram a postos importantes nas entidades estudantis que se aproximaram da JUC, com quem tinham maior afinidade, mas não deixando de estabelecer um diálogo com o Partido Comunista. A dinâmica eleitoral do PCB, estudada por Soares (1973) indicava que em grandes cidades, a urbanização e a industrialização

da economia incrementavam a votação comunista¹⁵. Segundo ele, nas eleições de 1962, quando o PCB conseguiu inscrever candidatos através de frentes com o PSB e o PTB, essa dinâmica se manteve. A votação do candidato comunista que concorria pela Coligação Popular (PTB-PSB) nas eleições de 1962 no Estado de Goiás¹⁶ estava agregada a indicadores de desenvolvimento econômico positivos (Soares, 1973). Dessa forma, a estratégia de frente do PCB com outras forças políticas sempre teve em vista a capacidade de elas poderem responder aos mesmos estímulos econômicos e sociais aos quais o próprio Partido Comunista responderia. A urbanização e a industrialização indicavam uma possibilidade de crescimento do PCB e de seus aliados. Soares (1973) exemplifica essa lógica com o caso do candidato comunista que concorreu pela coligação PTB-PSB. Esse candidato tinha origens rurais de luta contra latifundiários e grileiros, mas sua votação acabou tendo maior expressão na zona urbana de Goiás.

Da mesma forma, o movimento estudantil reconvertia a atuação de militantes, mesmo que de origem rural clara, para o âmbito urbano da política estudantil. Haviam os laços com movimentos políticos ligados ao campo, mas não eram organizados ou institucionalizados. Os movimentos eram solidários entre si, mas apenas em termos de mobilização de militantes para protestos ou reivindicações, situações que eram específicas. Isso pode ser comprovado pelo depoimento de Petracco (2008) que afirmava que a Feurgs apoiava as greves de operários e que sempre havia um apoio recíproco em mobilizações reivindicatórias, não havendo, no entanto, nada institucionalizado. Alguns antigos militantes veem nisso uma vantagem, de acordo com Arantes:

(...) a grande vantagem do movimento estudantil, daquela época e agora, é exatamente que o movimento estudantil não tem um interesse específico, o, portanto ele é mais fácil, é mais sensível de lutar por objetivos maiores que evidentemente na medida que são postos, termina conquistando o conjunto da comunidade. (Arantes, Aldo. Entrevista concedida a Hélgio Trindade, 2002)

O mais importante nesse processo era a socialização e a troca de experiências entre os militantes de diferentes movimentos. Os comunistas eram capazes de estabelecer laços com católicos, movimentos operários e camponeses, desde que tivessem um perfil ideológico de luta relativamente próximo. Além disso, a partir do governo Jango, os movimentos sociais passaram a ter mais ligação com o próprio Estado

¹⁵ Estudos de 1945, 1947 e 1962 feitos por Gláucio Ary Dillon Soares.

¹⁶ O candidato era José Porfírio de Souza.

através de secretarias e superintendências do que entre si. Betinho e outros militantes da AP e PCB trabalhavam no Ministério da educação enquanto Aldo Arantes fazia parte dos quadros da Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA) :

Agora, um dado interessante dessa época, é que eu e o padre Lages estávamos na SUPRA e o ministro do trabalho era o Almino Afonso e fomos exatamente nós que fizemos uma conversa com o Almino Afonso, eu e padre Lages propondo um convênio entre o Ministério do Trabalho e a Supra para desencadear a campanha nacional de sindicalização rural, uma campanha nacional. (Arantes, Aldo. Entrevista concedida a Héglio Trindade, 2002)

Militantes como Arantes e Betinho, que trabalharam no governo, chegaram a ter iniciativa, ou a participar de programas que visassem integrar movimentos, sindicalizar grupos sociais ainda sem autonomia ou capacidade de mobilização. Esses programas ainda em etapas iniciais enfrentaram grandes dificuldades e os militantes da AP não possuíam o suporte da JUC, JEC e JOC para se legitimarem em seus postos:

No movimento operário, o esforço da AP por criar raízes esbarrou em mais dificuldades que no movimento camponês. Não encontrou nada parecido à JUC ou à JEC, que lhe facilitara o crescimento no meio estudantil, nem com o MEB ou a SUPRA, que lhe permitira mais rápido acesso ao campo (Arantes & Lima, 1984: 45)

A relação dos militantes católicos de esquerda com a estrutura da Igreja durou até a expulsão de Aldo Arantes da JUC, quando a UNE filiou-se a União Internacional do Estudantes, órgão fortemente influenciado pelo Partido Comunista Soviético . Isso ocorreu após a vitória da campanha da legalidade, quando Arantes e Betinho se deslocaram até Porto Alegre para apoiarem a luta pelo direito de o vice-presidente João Goulart assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros:

(...) o fato é que a partir daí criou-se uma cisão entre a Esquerda da JUC e o que era aqui a Católica. A expulsão se efetiva e ao se efetivar a expulsão, nós decidimos organizar a AP, quer dizer, a AP surge como uma necessidade de organização política independente dessa ala de esquerda de Ação Católica. Então isso surgiu como decorrência da minha expulsão e de outros também, um dia me disseram que outros também já. Eu não sei, digamos que o simbolismo maior foi a minha expulsão pela posição que eu tinha, presidente da UNE. (Arantes, Aldo. Entrevista concedida a Héglio Trindade, 2002)

A partir do final de 1961 a AP começou a se autonomizar da hierarquia da Igreja Católica, mesmo que tenha mantido a matriz teórica e a concepção de ação e reflexão diante da conjuntura político-social daquele período.

No Rio Grande do Sul, militantes da JUC encontraram nos estudantes egressos do Colégio jesuíta Anchieta um braço que os pudesse conduzir cada vez mais a uma inclinação radical de esquerda e próxima da militância comunista. Mainwaring comenta sobre a importância da socialização desses estudantes nesse processo:

A orientação política do militantes leigos não é determinada unicamente por seus laços com a Igreja. Os católicos também fazem parte da estrutura social e, como tal, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Interação com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade como um todo e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe. (Mainwaring, 2004: 82-83)

Segundo o autor, os líderes leigos frequentemente entravam em conflito com a hierarquia pois dispunham de autonomia suficiente para atuar independentemente (Mainwaring, 2004). No entanto, haviam aqueles como o Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz que dentro da ordem da Igreja tentaram estabelecer um novo posicionamento do cristão na sociedade. Vaz cursara a Universidade Gregoriana e fora aluno de Joseph de Finance. Sua formação fora rigorosamente tomista. Trazia elementos como a primazia da lógica, o raciocínio, os argumentos da razão, o silogismo, a tese e a estrutura piramidal do pensamento discursivo (Villaça, 1975). O pensamento de Vaz também era marcado pelo helenismo e pelo existencialismo. Estudara os pré-socráticos e fascinara-se por Heráclito, onde encontrara o evolucionismo e a partir daí o projetara nas raízes das ideologias do homem moderno. Vaz lera Maritain quando esse autor se embrenhava pelo existencialismo, publicando um estudo sobre a existência e o existente (Villaça, 1975). Um acréscimo ao existencialismo de Vaz fora o teocentrismo de Emmanuel Mounier, seu humanismo de encarnação e seu senso grego de pecado (Villaça, 1975). A partir disso, Vaz concluía que o cristianismo não era apenas uma doutrina, mas um fato e que a visão cristã era histórica e dinâmica, elementos que o fizeram conceber o mundo e a história como processos. Daí saem as idéias de ação, de concreto, do destino do homem na história e na transformação da sociedade que podem ser vistas em documentos como o Manifesto aos Universitários Brasileiros do DCE da PUC do Rio de Janeiro, produzido sob sua influência em 1962:

Em dois tempos se desenrola o surgimento da mundivivência cristã: a esperança do povo hebraico na vinda do Messias, a realidade da vida cristã que tece sua trama no seio da história a partir de um centro pessoal (...) A História não se rompe como um absurdo, mas continua como processo e o homem não é apenas um espectador da cena do mundo, mas criador de um mundo novo - o

Homem Deus abre à existência a dimensão de uma história real. (DCE-PUC/RJ, 1962)

No Rio Grande do Sul, Vaz tivera contato com Ernani Maria Fiori e Leônidas Xausa (Fiori, 2008) os dois professores que orientavam política e ideologicamente os militantes da AP em Porto Alegre.

A partir de 1961, Jânio Quadros havia sinalizado posição contrária às cátedras e favorável à reforma universitária (O Metropolitano, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1961, p.1). Oliveira Guanais, então presidente da UNE, saudava os estudantes que participavam do I Seminário de Reforma Universitária realizado entre 20 e 27 maio de 1961 em Salvador na Bahia: “O seminário será o ponto de partida para uma campanha mais objetiva e conseqüente que só terminará com a vitória final, não do estudante, mas da Universidade brasileira.” (O Metropolitano, 21/05/1961: p.1). Guanais revelava que a principal causa que mobilizava o movimento estudantil naquele período era a reforma universitária. O projeto de lei das diretrizes e bases da educação nacional já tramitava pela câmara dos deputados. Em torno dele, a principal disputa se dava por causa da canalização de verbas públicas para instituições privadas para suprir a demanda pelo ensino superior.

A UNE lutava pela escola pública e manifestava profundo desgosto em relação ao texto do projeto. Guanais havia visitado Porto Alegre no início do mês de maio de 1961 para convocar os líderes e estudantes a comparecerem ao Seminário na Bahia (O Universitário, Primeira quinzena de maio de 1961, p.10). Sucessor de Fúlvio Petracco na presidência da Feurgs, Bruno Costa pronunciou-se através do jornal da federação para expressar a vontade de continuidade em relação à gestão anterior e convocar os estudantes a reunirem forças em torno da luta pela reforma universitária:

As portas da Feurgs estão abertas para todos os colegas que, independentemente de suas maneiras de pensar, queiram trabalhar na solução de nossos problemas. (...) Se os universitários encontrarem as causas e as soluções para os problemas gerais, terão encontrado, também, as causas e soluções para os problemas particulares das Universidades do Brasil e da nossa própria Universidade. Em cada consciência, então, já estará plantada a semente de uma Reforma Universitária autêntica (O Universitário, Primeira quinzena de outubro de 1961, p.1).

A força do bloco soviético em plena guerra fria se expressava pelas críticas que surgiam em relação às más condições de vida que o sistema capitalista gerava à classe trabalhadora e principalmente, à desigualdade que era gerada em termos de

desenvolvimento econômico dentro do país e entre o país e outras nações mais desenvolvidas. Os católicos de esquerda viam na crítica ao capitalismo um dos pilares a se erguer em termos de projeto político, no entanto, encontravam no cupulismo do Partido Comunismo um entrave sério ao desenvolvimento desse projeto. Era necessário levar adiante as ideias de reforma e revolução, mas sem que houvesse a interferência da estrutura hierárquica do PC. No final da década de 1950, a Revolução Cubana se mostrou um bastião contra a evolução do “imperialismo americano” e representava a maior influência política para qualquer movimento progressista que surgisse. Segundo Aldo Arantes:

(...) progressivamente, a Revolução Cubana, a idéia da Revolução Cubana foi ganhando os países da América Latina e ganhou muitos segmentos no Brasil, quer dizer, todo movimento progressista era influenciado pelo ideal da Revolução Cubana e no Brasil você tinha o movimento sindical frágil, você não tinha um movimento, você tinha na época CGT, que era Comando Geral dos Trabalhadores, não era Central do Trabalhadores, você não tinha ainda central, era uma articulação de cúpula, (...) parte de Unidade e Ação, você tinha certa articulações, mas você não tinha o movimento de base, sólido, você não tinha. E esse movimento era ligado ao antigo Partido Comunista, o chamado Partidão. E o Partidão tinha uma relação muito próxima e de apoio com o presidente João Goulart e também estava em curso o problema das Ligas Camponesas, além disso, tinha o movimento estudantil nesse processo de efervescências, luta dos trabalhadores, então esse período do governo do Jango, na verdade, era um período de grande efervescência e de grandes liberdades políticas no país e o imperialismo norte-americano tinha evidentemente um grande receio de que se desencadeasse um processo revolucionário no Brasil (Entrevista com Aldo Arantes concedida a Hélió Trindade, 2002)

Durante o Movimento da Legalidade em 1961, os estudantes, que já sentiam-se mobilizados em torno de ideais revolucionários ou pelo menos reformistas, puderam amadurecer politicamente em uma situação real de confronto e instabilidade em que forças como o Partido Comunista tentavam influenciar de maneira a projetarem-se nesse cenário. Já os estudantes que ainda não tinham uma militância forte amadureceram com toda a mobilização daquele evento histórico:

(...) com essa efervescência política no movimento da Legalidade é que eu comecei a tomar consciência das coisas, porque até então era quase uma aventura (Entrevista com Carlos Castilho, 2010)

A concepção de Bruno Costa, presidente da Feurgs após a legalidade, a sensação que os estudantes vivenciavam era de euforia por estarem participando de um momento político importante na história do país, além disso, Costa entendia que diversos atores passaram a tentar influenciar os acontecimentos da Legalidade:

A direção principal era feita pelo governador Leonel Brizola, mas também tinha, paralelamente à direção do Brizola um movimento organizado, de várias entidades, entre as quais o Partido Comunista, que procurava influenciar o rumo dessa luta do Movimento da Legalidade (entrevista com Bruno Costa, 2008)

A defesa pela posse de Jango era uma manifestação pela permanência do fluxo natural da democracia, com a renúncia do presidente, na sucessão assumiria João Goulart. Embora em um primeiro momento a Feurgs defendesse o retorno de Jânio Quadros, com a impossibilidade de isso ocorrer, a luta entricheirou-se pela continuidade do processo democrático. Durante a Legalidade, os estudantes da Feurgs tiveram maior envolvimento, a UEE, ainda estruturado-se em torno dos católicos de esquerda teve papel secundário. No momento do anúncio da renúncia de Jânio, as principais lideranças dos católicos foram convocadas a reunirem-se na casa de Leônidas Xausa para discussão do cenário que se configurava. Os estudantes da Feurgs imediatamente articularam-se e colocaram-se à disposição das lideranças do Movimento da Legalidade. Alguns militantes chegaram a buscar uma quantidade inexpressiva de armas no interior de Santa Catarina já pensando em uma mobilização armada. Mais tarde, durante a greve do terço, em 1962, inverteu-se o nível de participação. Os católicos da já formada Ação Popular tiveram a liderança do movimento, enquanto os militantes e simpatizantes do Partido Comunista e Partido Socialista Brasileiro tiveram participação periférica, chegando a afirmar que a greve havia sido esvaziada com a desistência de algumas faculdades de mobilizarem-se (Petracco, 2008).

Após a posse de Jango, no decorrer de seu governo, as opiniões dos estudantes variavam sobre a inclinação ou não do presidente à esquerda. Os comunistas viam em Jango um aliado:

o Jango sempre nos deu dinheiro para os festivais da juventude, sempre nos deu. Até o Meneghetti dava dinheiro, agora, a gente fazia muita pressão nesses caras também De que forma? participando... nós apoiamos o Lott, a única vez que nós tivemos candidato foi em 45 que foi o Fiúza, não era comunista também, na verdade nós nunca tivemos um partido eleitoreiro também, foi sempre de frente, atuando nas entidades de massa, os sindicatos, a UNE, a UEE, a Feurgs, os centros acadêmicos, que eram a base da... no movimento estudantil nós tínhamos base em todas as faculdades, até no Belas Artes (Entrevista com Honório Peres, 2008)

No entanto, alguns militantes do PCB nutriam certa desconfiança pelo presidente, embora considerassem que com Jango tivessem uma legalidade de fato e não de direito (Trindade, 2008):

(...)éramos simpáticos ao Jango, mas com o pé atrás, ele sempre teve uma política muito personalista e muito de direita também. Ele atendia as políticas da esquerda, mas ao mesmo tempo, atendia a indústria, o latifúndio. E em São Paulo, em um dos últimos comícios dele, ele fez uma crítica muito severa ao Partido, um comício quase que anti-comunista, tentando se recuperar. Ele sempre acendia uma vela para Deus e outra para o Diabo. Tanto é que no exército ele não nomeava para cargos de comando de tropa pessoal de esquerda, ele sempre fazia concessões para a direita. Ele que nomeava os coronéis para o generalato, então nunca nomeava pessoal de esquerda. (Entrevista com Oscar Trindade, 2008)

A percepção que tinham os militantes da Ação Popular em relação ao governo Jango era menos acalorada, mais pragmática e prática. Esses militantes viam no apoio mútuo às reivindicações sociais que surgiam no período uma forma de crescer como força política. Todas as alianças tinham um certo aspecto de praticidade diferente da forma como o PCB construía as suas, embora ambos fossem realizar uma aliança marcante no movimento estudantil. O PCB precisava de frente, de lideranças sem a “pecha” de serem comunistas, que compartilhassem o programa que o partido então considerava ser o ideal. Após a declaração de março de 1958, o PCB aceitou que no Brasil a revolução pudesse seguir o caminho da aliança com a burguesia que passara a prosperar dentro do sistema capitalista. Essa escolha gerou controvérsia e dissidência dentro do partido, mas como diretriz, foi seguida à risca nos setores onde o PCB mantinha influência. Pelo lado dos católicos de esquerda, a força do Partido Comunista estava na preparação da militância, na organização da instituição – mesmo que clandestina – e na sua influência em movimentos sociais que ascendiam naquele período. Para os militantes da AP, isso representava a possibilidade de ampliação de um movimento que tinha inicialmente uma base extremamente elitizada. Segundo um militante da AP, as alianças tinham características particulares de apoio recíproco entre os movimentos sociais:

Eram alianças no sentido de um apoio mútuo às reivindicações do início da década de 60, os movimentos populares muito incendiados, muito acesos, se tinha, por exemplo um movimento de greve de estudantes, a gente ia buscar apoio nos movimentos sindicais e vice-versa, os estudantes, principalmente, estavam sempre apoiando as reivindicações sindicais, ou do campo, ou da reforma agrária, era mais nesse sentido, não que houvesse uma ação de mãos dadas, organizada, concatenada, institucionalizada, mas de identidade, de propósitos. (Entrevista com Paulo Tomás Fiori, 2008)

Havia também um componente de imaturidade em toda a empolgação que se vivia naquele momento:

Na verdade era uma grande farra, você não pode exigir de gente que tem 18, 19 anos que tenha uma racionalidade política. Isso naquela época e hoje. Não dá

para exigir das pessoas um comportamento de militante adulto .(Entrevista com Carlos Castilho, 2010)

Apesar disso, os estudantes sabiam como funcionava o jogo político. Carlos Castilho, que ocupou a presidência da Feurgs em 1963, após afastamento do presidente eleito por licença médica, afirma que as negociações de verbas com a reitoria muitas vezes funcionavam de forma não muito amigável:

(...)cada vez que eu precisasse que um processo de verbas andasse mais rápido, eu chamava um funcionário da reitoria e dizia, "olha, se não sair, a gente corta essa história da comida" (*os funcionários tinham desconto*¹⁷) (...)nós também não éramos nenhum modelo de virtude, os caras também davam golpe baixo, davam pontapé na canela (Entrevista com Carlos Castilho, 2010)

As generalidades do jogo político se refletiam dentro desse nicho específico que era a política estudantil. Além disso, a AP tinha a vantagem de poder recrutar entre estudantes que não simpatizavam com o Partido Comunista e, naquele momento, a JUC se estruturava com áreas externas e, inclusive, em torno da AP, os militantes vinham de diferentes círculos de atuação dentro da juventude católica e mesmo fora dela:

Eu acho que o apelo da proposta da Ação Popular, simultaneamente ao momento político que se vivia na década de 60, após queda do Jânio, entrada do Jango, reformas de base, isso mobiliza muito o movimento estudantil em geral, força a que haja uma organização, uma participação, não só as circunstâncias forcem, mas os que estão na liderança de uma Ação Popular, de uma União Estadual dos Estudantes – quem estava na liderança era o Stein, ou o Ferraz e o Hélió – que também estavam aderindo a uma Ação Popular. Eles forcem uma organização e há uma adesão muito significativa de muita gente que era muito amorfa, ou não simpatizava mas também não tinha nenhum grau de organização, nenhuma possibilidade de se articular, encontram nesse movimento de Ação Popular uma possibilidade de, articuladamente, trabalhar e assumir os centros acadêmicos, Federação etc. E até mesmo disputando e conseguindo vencer o Partido Comunista, era uma disputa de espaço grande. (Entrevista com Paulo Tomás Fiori, 2008)

Se havia cooperação, obviamente também havia disputa pela liderança no movimento estudantil. As alianças eram práticas, mas nos bastidores as pretensões eram hegemônicas, nenhum movimento ou partido queria ser menos que a força dominante. Segundo Fiori (2008) isso aconteceu numa época em que houve uma razoável efervescência, e, segundo ele, a influência cubana foi extremamente significativa e após a Revolução Cubana, os movimentos sociais começaram a se organizar efetivamente no Brasil. A origem de alguns desses movimentos não tinham a marca da esquerda, mas possuíam um caráter de mudança, de uma revolução

¹⁷ Observação do autor.

libertadora de situações de dominação, de exploração. Segundo Fiori (2008), isso seduziu e influenciou muito a juventude, uma geração que, entretanto, não era de esquerda, mas que também não era refratária a ideias dessa ordem que começava a surgir na América Latina de forma um pouco mais generalizada.

Outro ponto de vista de um militante de origem um pouco mais conservadora carregava um pouco da culpa judaico-cristã na justificativa de se envolver em movimentos por mudanças sociais:

Como eu acho que existia uma culpa de ser anti-comunista e existia uma propensão para fazer uma posição afirmativa, a gente via com simpatia a Revolução Cubana justamente porque representava uma alternativa, era uma revolução que não era necessariamente marxista-leninista. (Entrevista com Luiz Carlos Madeira, 2008)

Ao mesmo tempo, surgiram nessa época o movimento de alfabetização de Paulo Freire que acaba engajando muitos estudantes. Segundo Fiori (2008), a AP tinha uma participação muito grande, inclusive através das secretarias de estado. A secretaria de educação do Rio Grande do Sul possuía um programa de educação de adultos pelo método Paulo Freire onde trabalhavam pessoas de Ação Popular. Herbert de Souza, o Betinho, um dos fundadores da Ação Popular, chegou a ser chefe da assessoria do ministro da Educação Paulo de Tarso Santos durante o governo João Goulart. Fiori (2008) afirma que a participação nesse tipo de atividade acabava criando uma troca de experiências entre educadores e alunos que contribuía para a percepção da real necessidade das mudanças na sociedade que se vivia.

A percepção geral era que se tinha liberdade para mudar e para discutir. Isso não acontecia só em função da conjuntura favorável aos movimentos sociais no país, nem somente em decorrência da influência da Revolução Cubana na América Latina. Excetuando-se Estados Unidos e Canadá, o resto da América enfrentava uma crise onde uma das formas do capitalismo mostrava esgotamento. A maioria dos países passava por um processo de industrialização tardia que começara poucas décadas antes e que não conseguia superar as desigualdades sociais estruturalmente históricas. Em 1964, o governo Goulart sucumbiu a um processo que se iniciara anos antes:

(...) então fizeram uma articulação, uma propaganda política, ideológica contra o governo João Goulart numa tentativa de caracterizá-lo como um governo esquerdista, pró-comunisante, etc, o que absolutamente não tinha. Era um homem democrata, mas democrata moderado, não era um democrata radical, era um democrata moderado. Só que o imperialismo não admitia qualquer tipo

de reforma, qualquer tipo de medida que viesse limitar o processo de dominação do imperialismo norte-americano na América Latina e sobre o Brasil era inaceitável e algumas medidas foram tomadas, quer dizer, a lei de remessa de lucros foi tomada, o problema da nacionalização, das refinarias de petróleo, o problema da reforma agrária ao longo das rodovias, então na realidade algumas medidas adotadas foram medidas que levaram ao processo de ebulição social e você não tinha um movimento social forte, organizado, de base, então o que você tinha de mais organizado era o Movimento Estudantil, mas evidentemente não tinha condições de fazer isso, então você passou a ter uma ação muito forte por parte dos americanos através dos Voluntários da Paz, Aliança para o Progresso de uma campanha muito forte e através dos meios de comunicação, da organização dos grupos paramilitares, enfim... (Entrevista com Aldo Arantes concedida a Hélió Trindade, 2002)

Era óbvio que no início dos anos 1960 um conjunto de reformas políticas e sócio-econômicas deveria ser prioridade na agenda política, mas “as instituições democráticas do país ruíram sob a pressão de forças polarizadas e radicalizadas a favor e contra a mudança social” (Figueiredo, 1993: 22).

4. Conclusão

Essa dissertação trata de um período anterior ao golpe, quando ainda não se imaginava que a frente construída entre católicos de esquerda e comunistas no movimento estudantil teria sua ação interrompida. Essa frente representou uma tentativa de mobilizar diversos setores da sociedade civil em torno de questões coletivas que tivessem como objetivo desenvolver o país. Um movimento em função de uma intervenção “positiva”, se fizermos uma analogia ao termo aplicado por Gildo Marçal Brandão (1995) à influência do Partido Comunista Brasileiro na política do país. Brandão (1995) analisa o papel do PCB no processo político real, durante o desenvolvimento capitalista e a construção de uma ordem burguesa particular no Brasil. Soares (1998) faz uma síntese dessas contribuições:

(1) de imediato, positiva é a esquerda que contribui para a solução concreta de problemas sociais; participa da elaboração de programas de governo; orienta políticas públicas; dirige a ação de seus militantes no sentido da conquista, no interior dos marcos legais, de benefícios que signifiquem avanços, do ponto de vista da equidade; assume responsabilidades institucionais; ou pressiona os demais atores, demandando integrar-se à ordem política democrática, para ampliá-la e aprofundá-la; (2) positiva é também a perspectiva epistemológica e metodológica do autor, que constrói seu objeto como espectro de positivities historicamente contextualizadas, e não como espectro judicativo — oriundo de *standard* normativo, teleológico, doutrinário, anacrônico —, que regula a distância entre o que deveria ter sido e o que efetivamente foi; (3) finalmente, positivas são, em minha leitura do subtexto do autor, ambas as dimensões da dinâmica institucional democrática constitutivas, com idêntico direito à cidadania conceitual, da ordem política: inclusão e exclusão. (4) Conclui-se, portanto, que registrar o caráter excludente do regime que se redefine em 1947 significa acrescentar uma dimensão relevante à descrição de sua objetividade. A

exclusão dos comunistas não é o avesso (o negativo) da ordem semidemocrática da República liberal (uma espécie de custo, incompletude ou limitação), mas um fator indispensável ao seu funcionamento, um aspecto necessário daquilo que ela é. Donde, não se diz o que ela é omitindo a presença eficiente desse fator. (Soares, 1998: 195)

Assim não só a contribuição do Partido Comunista, como também a dos católicos foi positiva sob o ponto de vista de uma intervenção militante e propostas de políticas construtivas no meio universitário e na sociedade. Os estudantes tinham em mente uma reforma que pretendia democratizar o ensino superior e melhorar a qualidade das instituições de ensino. Essa proposta foi ao encontro de outros projetos que naquele momento se tornavam populares, as reformas de base, a reforma agrária e o projeto de alfabetização idealizado por Paulo Freire. O setor estudantil percebeu o mérito dessas reformas e projetos, tomando-os como bandeira de seu movimento.

A adaptação dos católicos a esse ambiente já vinha sendo feita gradualmente, principalmente a partir do momento que a Igreja percebera sua perda de espaço entre operários e intelectuais. A palavra “anticlerical” surgiu na França na década de 1850 (Hobsbawm, 1998). A partir desse momento, o anticlericalismo se tornou um ponto central na política do centro e da esquerda francesa. Ele se tornou um problema importante na política dos principais países católicos porque a Igreja Católica Romana optara por uma negação à ideologia da razão e do progresso e porque a luta contra o obscurantismo acabou por unir a burguesia liberal e a classe trabalhadora. A desestabilização à Igreja Católica causada pelo caso Dreyfus foi um exemplo de uma frente unida (Hobsbawm, 1998). No entanto, a própria Igreja percebeu seus erros e passou a inclinar-se mais em direção ao social com a encíclica *Rerum Novarum* editada em 1891.

O cenário politicamente empolgante no Brasil, aliado às renovações que vinham ocorrendo desde o início do século XX na Igreja Católica e ainda ao contato que militantes católicos tinham com a militância do Partido Comunista desencadearam a reconversão de militantes de origem católica com viés quase conservador, por assim dizer, em direção a uma esquerda católica que chegou a se radicalizar após o golpe militar de 1964. Naquele momento da história, tomada de posição era algo importante. Era necessário saber de que lado se estava, quem se apoiava. Deveriam estar bem claras as ideias que se seguiam. Isso inicialmente jogava em favor dos comunistas que eram indivíduos marcados e posicionados. Porém, a clandestinidade não permitiu que ao

longo do tempo os militantes pudessem seguir um programa partidário e colocar em prática as diretrizes ditadas pelo comitê central sem que passassem impunes. Os católicos puderam tirar proveito de propaganda política assinada, embasada em teóricos católicos progressistas como Mounier que se tornava então um aglutinador de esquerdas moderadas. Mesmo assim, o programa encampado pelo movimento estudantil nos âmbitos regional e nacional teve forte influência ideológica dos comunistas, principalmente nas idéias resultantes dos seminários de reforma universitária onde eram discutidos diversos aspectos da conjuntura para a posterior tomada de posição do movimento. Apesar de toda a cooperação, a frente única foi uma união pragmática. Os grupos continuavam claramente delimitados entre si e, segundo as entrevistas, nunca deixou de haver competição por espaços estratégicos no movimento estudantil. A Feurgs era um desses espaços. Essa instituição tinha um restaurante universitário em que alunos e funcionários faziam suas refeições enquanto se tornavam massa de manobra dos dirigentes da federação: " A gente subia numa mesa, discursava e mobilizava aquela massa de alunos e funcionários" (Entrevista com Carlos Castilho, 2010). A Feurgs também oferecia aos estudantes assistência médico-odontológica e dava desconto nas refeições dos funcionários da reitoria. Esse desconto funcionava como moeda de troca sempre que a Feurgs precisava de apoio dos funcionários em alguma mobilização.

A UNE teve papel fundamental nesse sentido. Funcionou como local de debates aberto tanto a católicos como a comunistas e até a independentes. As diretrizes, os programas, as formulações que favoreceram a aproximação desses grupos nasceram a partir desses debates. Depois de delineados como grupos, católicos e comunistas passaram a afinar os discursos em favorecimento do movimento estudantil e da busca pelas reformas política, social e econômica. O porquê da existência da frente única se justificava na ascensão de uma consciência esquerdizante e, acima de tudo, renovadora, diante de um contexto que se tornava decisivo.

Os militantes do movimento estudantil percebiam que era um período de grande liberdade para se atuar politicamente, eles tinham sensibilidade para perceber a possibilidade de um reordenamento da sociedade. Além disso, sentiam-se atores importantes e relevantes nesse processo em curso.

Ao final da década de 1950 até meados da década de 1960 houve uma conjuntura favorável a todo tipo de liberdade intelectual em toda América Latina. No Brasil não foi diferente. Aqui ocorreu uma mistura da ideia de comunismo cristão com a ideia do próprio comunismo em si. A evolução do processo revolucionário na América Latina com o exemplo da Revolução Cubana, a maior liberalização da Igreja e sua virada a uma vertente mais popular com João XXIII, o contato com o Partido Comunista e com leituras de filósofos como Congar, Mounier, Maritain e Chardim fizeram com que a ideia de comunismo cristão se adaptasse a essa nova realidade e acabasse por se fundir com ideais de esquerda que efervesciam naquele momento e que afloraram com maior clareza no movimento estudantil.

Embora a disputa entre comunistas e militantes da AP fosse permanente, quando se tratava de assuntos em que fossem de interesse da sociedade em geral, essa disputa era posta de lado. Havia disputas internas tanto no PCB quanto na AP. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que a dinâmica interna desses dois grupos foi um fator definidor para a concepção final da frente única. A entrada de um grupo católico mais aberto ao diálogo e ambicioso em termos políticos facilitou a aproximação com os comunistas que tentavam ampliar sua influência no movimento estudantil. Os universitários atingiam uma maturidade política levados pelo convívio, pelo debate, pela disputa eleitoral e pela conjuntura social favorável, dessa forma tornaram-se o inimigo prioritário da ditadura após o golpe de 1964:

Politicado no sentido de esquerda, o movimento estudantil não podia deixar de ser um dos alvos preferenciais da repressão ditatorial. O Governo Castelo Branco decretou a ilegalidade da UNE e seu Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, adotou uma série de medidas castradoras da atividade política dos estudantes. As invasões policiais dos recintos universitários se tornaram fato corriqueiro e deram lugar a agressões brutais. (Gorender, 1998: 145)

A frente única no movimento estudantil gaúcho representou uma evolução política no sentido do consenso. Tanto comunistas como católicos e independentes fizeram do movimento um fórum de discussão das mudanças que a sociedade brasileira demandava naquele período histórico. A frente única foi uma união em que esses grupos tinham objetivos comuns, mas preservavam suas características orgânicas que se mantinham vivas na disputa por espaços internos. Não houve nenhuma reconversão cruzada entre os entrevistados, ou seja, nenhum comunista tornou-se católico e nenhum católico tornou-se comunista militante. Havia posturas de defesa de ideias e objetivos

comuns, mas as características de militância, postura e ação enquanto católicos e comunistas permaneceram as mesmas naquele período. A aliança entre os militantes do movimento estudantil caracterizou-se por uma frente justamente por não ter havido nenhuma espécie de fusão ideológica ou mesmo estrutural e institucional entre os grupos envolvidos. A proximidade abrandou as diferenças programáticas, mas não as ambições inerentes a cada grupo. A certeza histórica é que o golpe militar podou uma incipiente organização de um dos setores mais avançados da sociedade civil brasileira.

Bibliografia consultada

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB. Alfa-Omega, São Paulo: 1984.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1930 a 1960. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BARCELLOS, Jalusa. CPC da UNE uma História de Paixão e Consciência. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue – a luta clandestina contra a ditadura militar- dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. São Paulo, Editora Casa Amarela, 2000.

BEAUD, Michel. A history of capitalism. 1500-2000. Monthly Review Press, New York, 2001.

BERGSON, Henri. Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Martins Fontes. São Paulo, 1990

BEZERRA, Gregório. Memórias. Primeira parte: 1900-1945. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Editora UnB, Brasília, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007.

BOURDIEU, Pierre. La distinction. La critique sociale du jugement. Les Éditions de Minuit, Paris, 1979.

BRANDÃO, Gildo Marçal. O Partido Comunista como esquerda positiva. Lua Nova Revista de Cultura e Política, n.35, p. 183-199, 1995.

BRANDÃO, Octavio. Combates e Batalhas. Memórias. Vol.1. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos: 1750-1880. Ed. Ouro Sobre Azul, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. (in) TRINDADE, Héglio (org.). O positivismo – teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CASTAÑEDA, Jorge G. Utopia Desarmada- intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CHATELET, François; PISIER-KOUCHNER, Evelyne; VINCENT, Jean-Marie. Les marxistes et la politique. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.

CHILCOTE, Ronald H. Partido Comunista Brasileiro – Conflito e integração. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1982.

CORADINI, Odaci Luiz (org.). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

D'ASTORG, Bertrand (et al.). Le personnalisme d'Emmanuel Mounier : hier et demain, pour un cinquantenaire. Editions du Seuil, Paris, 1985.

DOBRY, Michel. Sociología de las crisis políticas. Centro de Investigaciones Sociológicas, España, Madrid: 1988.

DREYFUS, Michel; LEW, Roland. Communisme et violence. (in) DREYFUS, Michel; GROppo, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). Le siècle des communisms. Éditions de L'Atelier, France: 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheiub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIORI, Ernani Maria. Aspectos da Reforma Universitária. Cadernos de Reforma Universitária, n.1. Rio Grande do Sul, Secretaria de ensino, 1962.

FOGARTY, Michael P. Historia e ideologia de la democracia cristiana en la Europa Occidental 1820-1953. Editorial Tecnos S.A., Madrid, 1964.

FURTADO, Celso. *A economia Latino-Americana*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.

_____, Celso. Formação econômica do Brasil. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959

GARCIA, Marco Aurélio . *As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias*. (in) ARAÚJO, Angela M. C.(org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. Editora Scritta, São Paulo: 1997.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. A JUC: os estudantes católicos e a política. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5.ed. Editora Ática, São Paulo, 1998.

GORENDER, Jacob. Da revolução russa à crise mundial. (in) COGGIOLA, Osvaldo. (org.). História e crise contemporânea. Edições Pulsar, São Paulo, 1994.

GOTT, Richard. Cuba: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GROPPO, Bruno. Fascismes, antifascismes et communismes. (in) DREYFUS, Michel; GROPPPO, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). Le siècle des communisms. Éditions de L'Atelier, France: 2004.

GUILÍLOV, S. O Programa Leninista de Solução da Questão Nacional. URSS: Edições Progresso, 1982.

GUYAU, Jean-Marie. A arte do ponto de vista sociológico. Martins Fontes, São Paulo, 2009.

HYDE, Douglas. United we fall (the tactic of the united front). National Academy, Delhi, 1964.

HILL, Patrick J. Mounier's integral realism. In APTHEKER, Herbert . Marxism and Christianity; a symposium., Published for A.I.M.S., by Humanities Press, New York, 1968.

HOBBSAWM, Eric J. A cultura europeia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX. (in) HOBBSAWM, Eric J ... (et al.). História do Marxismo. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1985.

_____, Eric J. A era das revoluções. 1789-1848. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2006.

_____, Eric J. A era dos impérios. 1875-1914. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.

JOHNSON, John J. (Ed.). Continuity and change in Latin America. Stanford University Press, Stanford, California, 1964.

KELLY, Michael. Pioneer of the Catholic revival : the ideas and influence of Emmanuel Mounier. Sheed and Ward, London, 1979.

KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Editora Graal, Rio de Janeiro: 1980.

KRISCHKE, Paulo José. A Igreja e as crises políticas no Brasil. Vozes, Petrópolis: 1979.

LENIN, V.I. Contra el revisionismo. Ediciones en lenguas extranjeras, Moscú: 1959.

LÖWY, Michael. A guerra dos deuses. Religião e política na América Latina. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

LOWY, Michaël. Figures du communism latino-américain. (in) DREYFUS, Michel; GROPPPO, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL,

Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). Le siècle des communisms. Éditions de L'Atelier, France: 2004.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). Editora Brasiliense, São Paulo: 2004.

MASSARDO, Jaime. Investigaciones sobre la historia del marxismo en América Latina. Bravo y Allende Editores, Chile, 2001.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A estratégia dos católicos na coquista da Sociologia na UFRGS (1940-1970). Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOUNIER, Emmanuel. O Personalismo. Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1960.

_____. Manifesto ao serviço do personalismo. Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1967.

_____. Obras Completas. Vol.4. Ediciones Síqueme, Salamanca, Espanha, 1988.

NOLTE, Ernst. Le Facisme dans son époque. Vol.1 e 2. Julliard, Paris, 1970.

OLIVEIRA, Plinio Correa de. Em defesa da Acao Catolica. Editora Ave Maria, Sao Paulo, 1943.

PACHECO, Eliezer. O partido comunista brasileiro (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega: 1984.

PARENTI, Michael. A cruzada anti-comunista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1970.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Editora Ática, São Paulo: 1990.

PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard. Du Parti bolchevik au Parti stalinien (in) DREYFUS, Michel; GROppo, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). Le siècle des communisms. Éditions de L'Atelier, France: 2004.

PENTY, Arthur J. *Communism and the alternative*. Student , Christian movement press, London 1933.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1960.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. Martins Fontes, São Paulo: 1978.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

PRESTES, Anita Leocadia. *Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional”(1938-1945): a virada tática na política do PCB*. Paz e Terra, São Paulo: 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PUDAL, Bernard. *Politisations ouvrières et communism*. (in) DREYFUS, Michel; GROPPPO, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). *Le siècle des communisms*. Éditions de L’Atelier, France: 2004.

REIS, Eliana Tavares. *Contestação, Engajamento e Militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado defendida no PPGCP da UFRGS, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Um balanço da historiografia sobre a esquerda brasileira*.(in) ARAÚJO, Angela M. C.(org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania*. Editora Scritta, São Paulo: 1997.

_____, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. Apresentado no Encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos, Chicago, Illinois, setembro de 1998.

RODRIGUES, Anna Maria Moog (org.). *A Igreja na República*. Editora Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1981.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica - 1928-1946. Tese defendida na Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, São Paulo: Assis, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Du Contrat Social. Flammarion, Paris, 2001

SANFELICE, José Luís. Movimento Estudantil – a UNE na resistência ao golpe de 64. Cortez: Autores Associados, São Paulo, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. El ser y la nada. Ensayo de ontología fenomenológica. Editorial Losada, Buenos Aires, 1983.

SCHNEIDER, Delmar Ewaldo. Metafísica e historicidade. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

SIGRIST, José Luiz. A JUC no Brasil – Evolução e impasse de uma ideologia. Cortez Editora/Unimep, São Paulo: 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. Difel, São Paulo, 1973.

SOARES, Luiz Eduardo. Duas almas, muitas assombrações e o corpo da história. Revista Brasileira de Ciências Sociais, (online) vol. 13 n. 37, pp. 191-197. São Paulo, Junho de 1998.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. A JUC: os estudantes católicos e a política. Vozes: Petrópolis, 1984.

TODOROV, Antony; WOLIKOV, Serge. L'expansion européenne d'après-guerre. (in)

DREYFUS, Michel; GROppo, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). Le siècle des communisms. Éditions de L'Atelier, France: 2004.

TRINDADE, Helgio. Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30. Difel, São Paulo, 1979.

VILLAÇA, Antonio Carlos. O pensamento católico no Brasil. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

VINHAS, Moisés. O Partidão. A luta por um partido de massas: 1922-1974. Editora Huitec, São Paulo: 1982.

WOLIKOW, Serge. Aux origines de la galaxie communiste: l'Internationale. (in) DREYFUS, Michel; GROPPPO, Bruno; INGERFLOM, Claudio; LEW, Roland; PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard; WOLIKOW, Serge (dir.). Le siècle des communisms. Éditions de L'Atelier, France: 2004.

WOOD, Herbert George. Christianity and communism. The Round Table Press, New York, 1933.

Entrevistas

ANDRÉ DA ROCHA, Manuel. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

ARANTES, Aldo. 2002. **Entrevista concedida a Hélió Trindade, 2002.**

CAMPOS, Arnaldo. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

CASTILHO, Carlos Albano Volkmer de. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2010.**

COSTA, Bruno. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

DULLES, John W. Foster, 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

FIORI, Paulo Tomás. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

FLORES, Feliciano Edi Vieira. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

GONZALES, José Nelson. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

HAGEMANN, Lauro. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

- LEITE, Luiz Osvaldo. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro, 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- MACIEL, Áurea. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- MADEIRA, Luiz Carlos Lopes. 2008 **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- NEVES, Gervásio Rodrigo. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- PERES, Honório. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- PETRACCO, Fulvio Celso. 2008. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- PRESTES, Anita Leocadia, 2008a. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**
- TRINDADE, Oscar. **Entrevista concedida a Dulphe Pinheiro Machado, 2008.**

Periódicos

O quinzenário Ação Popular 22 fev. 1962

O Universitário, Segunda quinzena de abril de 1961, ano 1, número 2

Documentos e acervos

União Nacional dos Estudantes. Declaração da Bahia. I Seminário Nacional de Reforma Universitária, UNE, Salvador, Maio de 1961. Disponível em: <http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>. Acessado em agosto de 2010.

Diretório Central dos Estudantes (DCE-PUC/RJ). Manifesto aos universitários do Brasil! Caravana Universitária UEE-RGS, 1962.

DULLES, John W. Foster. Papers Relating to Brazil. Benson Latin American Collection, The University of Texas at Austin.

CIA, Brazil's restless Students, Special Report. Lyndon Baines Johnson Library, 30 August 1968. The University of Texas at Austin.

Posições Básicas da Ação Popular. Mimio, Porto Alegre, 22 de outubro de 1963.